

ATA DA 242ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 23 dias do mês de abril de 2019, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima quadragésima segunda Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Rodrigo, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Márcio Caldeira – ASSPROM; Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, Isac dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais, Elerson da Silva – Cáritas, Rodrigo Silveira e Souza – CRESS, Arlete Alves de Almeida – Mov. Graal, Fabrícia Ferraz Mateus Lopes – Seapa, Soyla Rachel dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, Ariadna de Almeida Silva - Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG, Patrícia Carvalho Gomes – CMAS Nova Lima, César Augusto Calinçani Pereira, Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Ivone Pereira Costa Silva - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Sara de Souza Campos- SES, Marleide Marques Castro - Conselho Regional de Psicologia - CRP - 4ª Região, Marta Maria Castro Vieira da Silva - Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Noelle Lana da Silva Prata Seapa/Seda, Luciana Alves melo – SEE, Sandra de Fátima Veloso Costa - CMAS de Montes Claros; Paulo Antônio Peixoto de Brito Jamim Seplag, Maria do Carmo Brandão Vargas – CMAS Leopoldina, Janaína Reis do Nascimento-Sedese, Rosália Aparecida Martins Diniz- SEE, Cecília de Araújo Carvalho, Eleniudes Santos Silva - Feneis, Francielly Associação Quilombola Porto Pontal, Cristiano de Andrade – Sedese, e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Cláudia Alexandre, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Fernanda Silva Souza, Maria de Paula Ribeiro, Leonardo Lobato Martins Costa, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Misley Mielly de Castro Costa, Raquel Trindade de Freitas Freire, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: Joana de Moraes Horta. **Janaína:** Essa é a nossa segunda reunião do conselho aqui do Ceas espero que a gente tenha um dia bastante produtivo reforço as palavras do Rodrigo de agradecer por a gente de fato ter trocado a nossa rotina ter adiantado 2 dias fazer o encontro no início de semana requer mesmo um desafio de logística, então obrigada, a gente está com uma pauta hoje bastante importante, trabalhamos bastante ontem também nas comissões, eu queria também parabenizar a gente passou a tarde e também as equipes foram trabalhando trazendo para gente os resultados, então a gente está bem feliz que é trazer esses resultados aqui hoje e também construir então também agradecer nossa equipe de Subas por estar aqui, mais uma manhã com a gente e vamos trabalhar. **Rodrigo:** Eu vou iniciar os trabalhos dando posse, os conselheiros já tomaram posse, só saldando, sr. Márcio Caldeira agora como titular; secretaria de estado de educação, sra. Luciana Alves de Melo; daqui a pouco os conselheiros novos eu vou abrir a palavra para vocês se apresentarem, secretaria de estado de planejamento e gestão, seplag, Paulo Antônio Peixoto Brito Jamim, ele esteve ontem mas não está aqui hoje; Seapa secretaria de estado de agricultura, pecuária e abastecimento, Noelle Lana da Silva Prata; Secretária de estado de saúde, Sara de Souza Campos, sejam bem-vindos, então Luciana quer falar alguma coisa, os conselheiros novos recém empossados gostariam de falar alguma coisa, por favor a rotina de pegar o microfone, falar o nome e a representação, sempre. **Luciana-SEE:** Bom dia meu nome é Luciana, eu sou da secretaria de estado de educação e faço parte

da saúde na escola, e agradeço de estar aqui conhecer mais vocês e no que eu puder ajudar estou aqui presente. **Noelle:** Bom dia eu sou Noelle, eu sou agrônoma trabalho na Seapa, estou aqui como suplente da Fabrícia que todos já devem conhecer, que ela tem bastante tempo que ela está atuando nessa frente e ela resolveu-me indicar para que eu tivesse atuando eu tenho uma forte queda pela parte social ela já conhece meu trabalho junto com ela na secretaria e eu estou muito feliz de estar aqui com vocês e estou aqui para aprender com todo mundo porque é tudo muito novo pra mim e o que eu puder acrescentar, contem comigo. **Sara:** Bom dia o meu nome é Sara eu sou da secretaria de saúde, lá eu sou referência técnica na coordenação de saúde mental, que já participava quem era a conselheira titular era a Magda e agora a Magda está de férias prêmio em via de aposentar eu estou substituindo e a Nathália é minha suplente, ela já esteve presente em outras reuniões que é da coordenação de equidades, obrigada. **Márcio Caldeira-Assprom:** O que mudou foi só a plaquinha, continuamos aqui firme e forte no conselho. **Rodrigo:** Então justificativa de ausência nós temos o Aloísio Soares de Lima Júnior do Cogemas, compromisso de trabalho, João Victor de Almeida Chaves, também trabalho e Luanda também trabalho. Nossa pauta de hoje, abertura de quórum, justificativa, apreciação da pauta, Informes, e aí vem pontos de deliberação, conferência de assistência social e almoço, seguido de apresentação dos relatórios de comissões temáticas, apresentação sobre o fluxo de análise de barragem, constituição do grupo de trabalho para tratar sobre as denúncias que chegam ao Ceas e o encerramento, alguma questão? Eu tenho também um pedido de inclusão, vamos colocando num ponto de pauta pra gente colocar em discussão mas pode talvez da gente deliberar na ocasião até mesmo por um ofício alguma coisa assim é para a comissão de normas sobre a questão da identificação, setor de identificação vocês vão recordar, algumas denúncias que chegaram sobre a identidade, sobre liberação e identidade gratuita pela polícia civil de alguns municípios que estão tendo problemas então eu gostaria de contar com o apoio de vocês da gente incluir como ponto de discussão, temos uma proposta a fazer, seguindo os trabalhos vamos aos informes, ah temos um pedido como ponto de inclusão também um ofício do poder judiciário pedindo uma representação para compor o júri então a gente tem que colocar como ponto de deliberação e se sair alguém aqui indicado a gente faz a resolução e o encaminhamento, isso a gente tem que incluir, informes, chegou pra gente um pedido, uma solicitação do conselho nacional, um convite solicitando conselheiros para a reunião descentralizada sul/sudeste que acontecerá no Espírito Santo, a princípio eu havia despachado com a Consolação indicando um conselheiro de cada segmento se os cursos fossem pelo Cnas considerando que os cursos são nossos não dá para ir um conselheiro de cada segmento então nós indicamos o seu João Crisóstomo pra ir ele vai nos representar nessa reunião, enquanto Cress eu vou trazer, o Cress vai realizar no dia 29 de abril no auditório da rua tupis uma roda de conversa sobre acompanhamento familiar no Paef e o trabalho da assistente social, eu a Francielly e o **Lucas** somos diretores do Cress e coordenadores da comissão de assistência, essa comissão teve paralizada muito tempo no Cress. A gente tem tentado durante essa gestão nossa retomá-la porque a gente sabe que o Suas é um dos maiores empregadores de assistência social e como que a comissão de assistência não funciona no próprio conselho profissional, é um desafio e a gente tem tido boas práticas e exitosas com essas rodas de conversa, a gente transmite via youtube, a gente as vezes tem uma limitação de vagas por causa do nosso auditório mas a gente transmite via youtube nós fizemos uma também sobre o adoecimento sobre o trabalhador do Suas que deu mais de 1400 visualizações instantâneas ao vivo acompanhando a gente, é um número considerável considerando que é a noite e a gente tem tentado trazer

porque essa roda de conversa é fruto de uma enquete que a gente fez um levantamento com a categoria pra gente poder levantar temáticas e o que estava acontecendo no território e essa foi uma das demandas pra gente entender essa lógica de acompanhamento e a gente sabe nós temos aqui o diretor da especial eu acho que ele vai poder falar com mais propriedade a gente ainda tem muitos municípios principalmente de porte I que o acompanhamento familiar no Paef é feito muitas vezes dentro do próprio Cras ou por dentro da própria equipe do Cras, isso é um desafio gigantesco de referência para com a família e de desenvolvimento pelo próprio trabalho, pela metodologia do trabalho então é a toa teve o capacita suas passado sobre a proteção especial foi logo depois dessa enquete mas não foi tema prioritário pra gente então a gente já trás logo nesse primeiro semestre a roda de conversa então esse ano praticamente todas as nossas rodas de conversas vão ser pautados grande parte pela especial então vamos fazer o capricho de convidá-los a gente acabou esquecendo pela rotina, me perdoa, chamar a Sedese para estar presente no auditório conosco, acompanhar e as vezes até mesmo participar da elaboração, os trabalhadores da Sedese também compunham a comissão, então a gente está fazendo esse esforço também Janaína de estimular os trabalhadores do Suas que estão lá na Subas de participar das comissões do Creas acho que é importante, dia 29/04 às 19:00 horas na rua tupis 485 sala 504 centro é tupis com amazonas, eu vou colocar no grupo. Mais algum informe? **Ivone-Cogemas:** Bom dia, então eu vou passar primeiro o informe do Cogemas, nós realizamos nosso encontro descentralizado, mais um foi o 5º lá em Diamantina foi muito interessante, teve participação de mais de 80 pessoas, tivemos uma participação boa de municípios daquela região que nem sempre frequentava a reunião do Cogemas então assim estão mostrando para nós que as reuniões descentralizadas são muito importante, nós vamos realizar agora em junho o primeiro encontro de gestores municipais da assistência social no estado de MG, vai ser dia 4 e 5 de junho na Puc Minas, neste encontro também vai acontecer a eleição dos representantes regionais do Cogemas que vai compor junto com a diretoria, normalmente é escolhido um representante de cada região, teremos também esse ano o encontro nacional do Cogemas, esse encontro vai ser em Belém do Pará em agosto, então vai suceder vários encontros regionais e o nosso encontro regional do sudeste do Cogemas, que era pra ser agora em maio foi alterado, vai ser no dia 15 e 16 de julho no Rio de Janeiro, centro de convenção sul américa cidade nova, Rio de Janeiro, então assim também serão importantes momentos para o Cogemas onde todos os encontros regionais vão discutir uma mesma temática e cominar no encontro nacional lá em Belém do Pará que é realmente a questão da Emenda Constitucional 95, as reformas da previdência todas essas situações das negações dos direitos já garantidos, nós temos o site www.cogemas.org.br e facebook: @cogemasmg, que são também vários informes do Cogemas, tudo que está acontecendo no Cogemas estão nesses instrumentais, tem email do Cogemas que é Cogemasmg@gmail.com.br e telefone (31)3270.3615, nesses dias também 16/04 aconteceu o encontro lá em Brasília da frente parlamentar em defesa do Suas na câmara dos deputados, também foi um momento muito importante articulado pelo Cogemas Nacional e que nos trouxe aí junto com a Cit a recomposição do orçamento de 2019 que já dá uma certa folga pra todos nós municípios aqui, dia 17 teve reunião da Cit e dia 26 o Cogemas Nacional está organizando a mobilização do dia D para recomposição do orçamento, além do orçamento também os recursos então vai acontecer no estado de MG está sendo convocados todos nós para esse dia de mobilização que vai ser no dia 26/04 de 2019, da Cit foi dia 10 de maio que a gente participou, o estado deve dar mais informes mais assim foi uma reunião que nos trouxe também algumas inquietudes, nós tivemos a

pauta do PPCAN que é a retomada do grupo de trabalho mais também foi a resolução dos prazos do plano de serviço do piso mineiro, então foi aprovada uma resolução do dia 30 de junho, o prazo para os gestores registrar o plano de serviço no sistema e dia 31 de julho para os conselhos municipais de assistência social dar o parecer, e nesse momento a gente gostaria de firmar com a subsecretária se nós vamos fazer uma outra reunião extraordinária dessa Cib uma vez que os gestores que estavam representando o Cogemas não se sentiu segurança para a questão os planos de serviços, os valores que seriam pra nós os valores do orçamento de 2018 para 2019 foi nos passado que seriam os valores da resolução do quadrimestral que foi aprovada na penúltima Cib que nos trouxe para nós gestores uma certa insegurança desses valores então a subsecretária comprometeu de chamar uma outra Cib extraordinária para gente estar pensando e discutindo esses valores para o piso mineiro em 2019 qual que seria de fato esses valores pra gente estar elaborando o plano de serviço, então eu gostaria de saber se ela já tem um indicativo de alguma data para nós, o prazo de gestor é 30 de junho. **Soyla-Cmas Paracatu:** Na verdade o meu não é informe e não sei se é ponto de pauta Rodrigo, eu penso assim, a gente não vai fazer uma nota de repúdio, alguma coisa, algum documento sobre a extinção dos conselhos, comitês que foram feitos pelo governo federal, é de extrema importância que esse conselho se manifeste. **Rodrigo:** Tem que virar ponto de pauta Soylo. **Soyla-Cmas Paracatu:** E é uma questão de orientação dos conselhos municipais que estão perdidos diante da situação e estão esperando orientação do estado a esse respeito, o meu conselho municipal lá do idoso, da pessoa idosa, questionou a gente e agora o que vai ser dos municípios a gente vai permanecer na luta? **Rodrigo:** Pra manifestação de repúdio, qualquer manifestação que for virar um ato tem que ser ponto de pauta, então eu vou perguntar se a gente transforma em ponto de pauta, mas a comissão de apoio ou de política tratou sobre essa temática? A gente tem que tomar cuidado com isso também de trazer essas discussões porque já poderia ter trazido inclusive a proposta de nota, já poderia ter vindo uma minuta pra gente discutir, então os conselheiros que concordam de transformar essa manifestação como ponto de pauta para gente deliberar? Contrários, Janaína, abstenções? Ok transformado como ponto de pauta. **Irajá:** Bom dia a todos meu nome é Irajá sou da articulação dos povos indígenas do nordeste de Minas Gerais e Espírito Santo inclusive a cidade de Pirapora, o meu informe que eu ia passar para todos é o 15º acampamento da **renove** minas que é a maioria mobilização indígena do país, e que reúne milhares de lideranças indígena em Brasília pra discutir, reafirmar a assistência e articular a estratégia de luta, é uma informe que já está acontecendo, desde hoje até sexta feira acampamento **to da renove** que eu tive o privilégio de estar indo na coordenação por 5 anos mas infelizmente eu estou aqui com o coração muito partido de não estar junto com os meus parentes, com meu povo em Brasília mas eu dei a preferência de participar do conselho de assistência e uma parte melhor que a gente sente nesse 15º acampamento que aconteceu foi ameaça do acampamento do governo federal de estar colocando as forças armadas porque isso nunca aconteceu em todo acampamento, ameaçando e intimidando para que os índios não fizessem esse acampamento na Esplanada, então pra gente indígena está se sentido ameaçado porque o governo federal teve que se colocar contra o movimento indígena. **Elerson-Cáritas:** É só uma pergunta pra Ivone que a Ivone deu um informe aqui que vai ter um mobilização dia 26/04 agora sexta feira então precisa dar mais informações onde é que vai ser pra gente apoiar e fazer alguma coisa nesse sentido. **Ivone-Cogemas:** A mobilização ela vai ser descentralizada em cada município estar articulando isso é no Brasil inteiro eu acabei de receber aqui que na Paraíba que vai ser na assembleia legislativa da Paraíba então assim em Minas não houve uma centralização então cada

município está sendo convocado à criar o seu ato na sua cidade e a gente tem o secretário executivo do Cogemas que vai captar esses atos com as fotos para depois divulgar porque não tem um ato em Minas centralizado não, estamos chamando de dia de mobilização dia D pela recomposição do orçamento e os recursos pela assistência. **Elerson:** Eu só queria sugerir então Ivone que se a gente pudesse pensar eu sei que essa data é nacional, da gente pensar em outra data pra Minas porque a coisa está desmobilizada, então a gente pensar pra não deixar passar porque é um ato de extrema importância diante do cenário que a gente está tendo, eu acho que dá pra gente mobilizar as entidades, os trabalhadores pra isso. **Rodrigo:** Ok, mais algum informe? Irajá eu solidarizo com o povo indígena, com você companheiro de luta, é lamentável a gente ter forças armadas achando que o povo vai, mas não vai, a gente venceu uma ditadura e venceremos outra se vier. Antecipando então só para a gente já começar a deliberação é com relação ao ofício do poder judiciário do estado de Minas Gerais destinado a presidência e aí ela solicita a indicação de 100 funcionários do Ceas maior de 18 anos com residência em Belo Horizonte para composição da lista geral de jurados 3 do tribunal do júri, eles pegam os órgãos que tem confiabilidade, respeito, então também achei bonitinho e aí algum conselheiro residente em BH gostaria de compor, ser indicado para compor o tribunal de júri? E tem esse agravante que tem que morar em BH, Márcio, Assprom, são aqueles jurados que ficam lá as vezes trancafiados, big brother, Joana é advogada, você tem como explicar para os conselheiros como que funciona o tribunal do júri? Jurados do 3º tribunal do júri. **Joana:** O que o ofício solicita é a indicação de 100 funcionários do Ceas para composição da lista geral de jurados pelo terceiro tribunal do júri, esse terceiro tribunal de júri não posso falar o que seria no caso mas é para compor aquela lista de jurados que existe em todos os tribunais de júri que julgam crimes dolosos contra a vida, então todos os crimes dolosos contra a vida são julgados no tribunal do júri, ele está previsto na constituição federal e no código penal e tem que ser maior de 18 anos, e aí os critérios de escolha são eles que fazem e encaminham uma carta convocando para vocês serem jurados em determinado crime mas é de acordo com os julgamentos do próprio tribunal do júri, mas funciona com votação, é assim eles vão assistir a audiência e aí tem audiência de 1 dia, 2 dias, 3 dias, 4 dias, 5 dias, não pode um conversar com outro, tem que ficar sem contato, mas é muito legal eu ia me inscrever. **Rodrigo:** Então Janaína e o Márcio, Janaína se candidatou aqui, mais alguém? Elerson, ok, a gente fica brincando mas é verdade, é o que a Janaína falou é **sídico**, se a gente que tem uma consciência de direitos humanos, de classe, de sociedade não ocupar esse espaço a gente permite que outras pessoas com outras metodologias, com outros modos de vida ocupem e nem sempre a gente garante a justiça porque ela vai ser descentralizadas para o júri, então a gente tem que influenciar esses espaços, parabéns aos conselheiros. Agora, vou colocar então antes da gente começar no ponto da conferência que está marcado para 11 horas a gente tem um tempinho ainda, eu gostaria de colocar como ponto de apreciação então vai ser rápido também a demanda da Soyla lembrando que a moção de repúdio que a Soyla está se referindo é contra o governo federal porque o ato foi dele, o decreto que aboliu os conselhos, revogando os conselhos, todos os conselhos que estavam instituído em decreto foram automaticamente extintos por exemplo conselho nacional do idoso, pessoa com deficiência e tantos outros, tem uma lista grande de conselhos importantes, fala aí Patrícia a lista, em debate. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu não me recordo da lista são mais 70 conselhos mais dentro da assistência social um exemplo é a comissão da mesa de negociação de gestão do trabalho do Suas, há 35 órgãos extintos, conselho nacional de combate e discriminação e promoção dos direitos LGBT, comissão

nacional de educação escolar indígena, comitê nacional de educação em direitos humanos, comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento da política nacional para população em situação de rua, comissão nacional de alfabetização e educação de jovens e adultos, comissão nacional de florestas, comissão nacional para erradicação de trabalho escravo, conselho nacional de políticas sobre drogas, conselho superior do cinema, conselho nacional dos direitos do idoso, conselho de transparência pública e combate a corrupção, conselho das cidades, conselhos nacional dos direitos da pessoa com deficiência, conselho da autoridade central e administrativa federal contra o sequestro internacional de crianças, conselho deliberativo da política do café, conselho nacional de desenvolvimento rural sustentável, conselho de desenvolvimento do agronegócio do cacau, conselho nacional de combate à pirataria devidos contra a propriedade intelectual, conselho nacional de proteção e defesa civil, conselho de recursos da previdência social, conselho nacional de segurança pública, conselho de relações de trabalho, conselho de representantes dos brasileiros no exterior, conselho nacional de integração e políticas de transporte, comissão especial de recursos, comissão nacional de população em desenvolvimento, comissão nacional de erradicação do trabalho infantil, comissão nacional da biodiversidade, comissão nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, comissão técnica nacional da adversidades para assuntos relacionados a educação dos afro brasileiros, comissão nacional da política higienista, comissão de coordenação da atividades de meteorologia, climatologia e hidrologia, comissão nacional da agrologia e produção orgânica, comissão nacional dos trabalhadores rurais e empregados. Aqui são os conselhos, não são só os conselhos que são instintos. **Rodrigo:** Fóruns, comitês, e dentre essa mesa de negociações, então em discussão conselheiros a respeito dessa nota de repúdio contra o decreto, por favor. **Cristiano-Sedese:** É só uma coisa antes porque acho que é importante todo mundo tem recebido informações sobre esse decreto por meio das redes sociais, eu perguntaria quem leu o decreto? É bom fazer um debate em cima do texto, é só para não correr risco para a gente ficar mais tranquilo na hora de fazer o debate porque é bom ler, é bom se informar a respeito do documento, rede social é isso, viraliza e todo mundo vai, é só para ter segurança. **Rodrigo:** Muito lícito Cristiano, eu acho ótima contribuição o decreto está aqui eu li na ocasião e eu acho que poderia discutir em cima dele pegar os pontos que ainda tem condições de falar sobre os pontos dele principal e a comissão tem de destacar o decreto, Helder, está no ponto de pauta? eu não sabia que estava como ponto de pauta para a comissão, eu trouxe o ponto para agora para votação. **Helder:** Rodrigo na mesa diretoria você encaminhou a análise do decreto que estabelece diretrizes, regras, limitações para colegiados da administração pública à comissão de normas tendo em vista que o Ceas tem recebido questionamento de conselhos municipais se esse decreto ele interfere ou não nos conselhos, por isso que a gente debruçou sobre ele e elaboramos alguns encaminhamentos. **Rodrigo:** E aí o que eu estou trazendo já puxei o ponto de pauta da questão da moção de repúdio da Soyla, ou então a gente pode optar pelo seguinte, já colocar a moção de repúdio dentro do parecer da comissão, pode ser conselheiros? **Juanita-Federação das Apaes:** Bom dia a todos, presidente eu penso que a comissão se debruçou sobre a leitura do decreto, acho que a gente podia deixar para essa comissão quando fizer a leitura e aí a gente faz as considerações, pode ser? **Márcio-Assprom:** A minha fala é na mesma sintonia com a da Juanita, a gente trabalhar na hora da apresentação da comissão, porque eu acho que tem elementos que eu acho importante clarear pra que a gente caminhe enquanto conselho em relação as questões que estão sendo colocadas aqui agora. **Rodrigo:** Eu vou pedir atenção aos conselheiros porque quando a Soyla

colocou essa questão deveria ter falado que a comissão trataria e que esse ponto poderia sair como deliberação da comissão, não precisaria ter virado ponto de pauta e quando eu puxei a comissão desse ponto deveria ter me alertado a gente perdeu um tempo discutindo. **Márcio Caldeira-Assprom:** Acho que é importante clarear a comissão ela não tem uma matéria que vai trabalhar sobre a questão de moção de repúdio então a questão de ter trazido aqui a moção de repúdio acho que é uma questão que agrega a discussão da comissão de normas, por isso que ela começou a ser tratada aqui mas não era o ponto de pauta da comissão em si a questão de trabalhar a nota de repúdio, acho que a gente está caminhando aqui para agregar essa discussão no momento oportuno para ver qual o encaminhamento que o conselho pode estar dando nesse sentido. **Helder-Cmas Pedro Leopoldo:** Eu queria fazer uma consideração aqui, não sei se é possível nós lemos o decreto analisamos alguns artigos e chegamos apenas a dois encaminhamentos caso a plenária aqui entenda a gente pode falar quais os encaminhamentos. **Rodrigo:** Então vamos trazer a comissão para agora, apresenta a comissão agora são só essas 2 encaminhamentos? **Helder:** Não tem mais 2 notas técnicas. **Rodrigo:** Então vamos iniciar e depois a gente puxa logo depois da conferência, inicia a comissão por favor. **Helder:** A questão do decreto federal nº 9759 de 11 de abril de 2019 a gente já conversou aqui que eles tire e estabelece diretrizes e regras e limitações para colegiados da administração pública federal, destacando pública e federal e aí ele vem mostrando o que? Qual que é o objeto no âmbito de aplicação desse decreto? Todos aqueles conselhos que estão abaixo de uma lei, ou seja, eles não atinge os conselhos criados por lei federal, aqueles conselhos colegiados, órgãos, fóruns que são criados como ato normativo inferior a decreto, ato de outro colegiado eles ficam instintos, a Patrícia já fez a leitura de quais são esses conselhos, ele não é um rol taxativo isso foi feito um estudo posterior, mais qual é o encaminhamento que nós estamos colocando aqui tendo em vista que alguns conselhos municipais já manifestaram essa preocupação ao Ceas e como que isso interfere na lógica dos conselhos, os encaminhamentos da comissão foram: elaborar uma nota de esclarecimento aos conselhos municipais informando que considerando as consultas recorrentes ao Ceas sobre esse decreto citado que não se aplica ao estado de Minas Gerais visto ser direcionado à administração federal ainda que não extingue aqueles conselhos criados em lei como que é o caso do conselho nacional de assistência social, como é o caso do conselho estadual de assistência social e muitos outros conselhos, publicar essa nota de esclarecimento no site do Ceas encaminhar aos conselhos municipais por email esses foram os dois pontos de encaminhamento. **Rodrigo:** Em discussão, Elerson. **Elerson-Cáritas:** Eu acho que é interessante essa proposta de repúdio porque a gente tem que versar também pelo espírito do decreto, ele só não excluiu mais aqueles conselhos que são regidos por força de lei porque decreto não tem força pra isso, por isso ele não excluiu porque não excluiria também, a ideia de fato é justamente de acabar com a participação social na construção de políticas públicas e a gente não pode esquecer essa ideia que está por trás e esse decreto ele inserjou em vários outros estados, a Cáritas está aí em alguns estados, já inserjou eu alguns estados uma ação do mesmo sentido por parte de alguns governos estaduais, então está os governos estaduais planejando para fazer também as mesmas coisas, e os comitês e conselhos que foram extinguidos são todos conselhos que a gente lutou muito para construir, tanto o caso da indígena, da quilombola, os direitos LGBT então a manifestação de repúdio nesse sentido reforça não só a nossa indignação em relação a isso mas também reforça que a gente quer a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, eu acho que é um pouco nesse sentido eu concordo também com os encaminhamentos que foram dados

com sentido de esclarecimento, dizer que não vai nos atingir, mas tem esse outro lado de mostrar a nossa indignação. **Márcio Caldeira**-Assprom: Eu acho que é importante a gente clarear também que na leitura que a Patrícia fez em relação aos conselhos que foram extintos a gente não desceu aqui pra outras instâncias que são os fóruns e das comissões e a Patrícia até lembrou aqui que a Cit também ela é afetada por esse decreto e a Cit é uma comissão extremamente importante para o Suas no ponto de vista da pactuação de todas as deliberações, então eu acho que o conselho realmente tem que se manifestar em relação à essa situação de extinção porque isso vai afetar a política de assistência em qual medida, qual é o efeito que isso vai trazer, cascata para todo processo do Suas, isso é importante a gente se colocar enquanto conselho por que a gente vai ser afetado? Sim, então a gente tem que se posicionar em relação a essa medida porque nós estamos aqui no processo de construção e fortalecimento de um sistema e a gente poder ter uma perda muito intensa nesse sentido com a extinção da Cit. **Isac**-Angolo: Bom dia a todas e todos eu também queria me manifestar em apoio na nota de repúdio e considerar um pouco no sentido que o Elerson falou, pra nós dá a sensação que o decreto ele só não tirou o que não podia tirar e quando a gente lembra que inicialmente isso tem uma abrangência nacional a gente precisa lembrar também que todos essas políticas acontecem mesmo no município por existirem âmbito nacional acontece nos estados também por existirem em âmbito nacional só para gente ter uma ideia dessa questão a gente ver a luta que está sendo para gente conseguir construir a conferência esse ano isso porque a princípio o nível nacional deu a entender que não queria construir a conferência, nós estamos vendo a luta que está acontecendo pra isso ao ponto de estados que não fariam se não tivessem a lei nacional e lembrar aí que é claro que teoricamente o governo nacional teria o direito de excluir esses órgãos que não foram construídos por lei mas a gente precisa lembrar que para construção desses órgãos foram empregado uma luta intensa das pessoas que demandavam por ele mas na exclusão desses órgãos as pessoas vão ficar totalmente desprotegidas com relação aos assuntos que eram discutidos ali e a maioria desses órgãos eles estão relacionados com a política de assistência social e é claro que tanto eu como o Irajá e a Cecília, a gente que representa as comunidades tradicionais aqui a gente se sente mais ferido com esse decreto por pegarem alguns órgãos que são quase que especificamente para tratar das nossas temáticas, um conselho que a gente sente muito dolorosamente que não é para só para discutir as comunidades tradicionais mas que ampara muito é o conselho de desenvolvimento rural e sustentável e isso nos municípios de Minas Gerais e da minha região esse é um conselho que consegue levar a população da zona rural para dentro do município, então eu estava até discutindo lá no meu município isso nessa semana as pessoas lamentando muito isso então considerando as possíveis consequências disso para a população acho que é importante demais que esse conselho se manifeste com esses órgãos. **Marleide**-CRP: Eu gostaria só reafirmar de acordo com o que os colegas já colocaram a importância da gente fazer esse manifesto e também para gente atentar para a questão de como que foi feita de uma forma antidemocrática, autoritária, de cima pra baixo, sem diálogo com os interessados, a sociedade, os conselheiros, os representantes que estavam presentes nesses conselhos ou comissões, enfim e também a forma como o governo em si utilizou desse decreto e dá publicização dessa medida que foi de uma forma também **bunda**, como quase uma fake News porque o próprio Onix por exemplo ele disse que temos aí quase 700 conselhos e muito desses conselhos estão inativos e portanto a importância de acabar com parte deles iniciou com 35 daqui a pouco foi mais e a gente sabe que não são 700 conselhos nem todos se tratam de conselhos, tem alguns que são comissões até mesmo temporárias que foram criadas e que depois não teve continuidade enfim ele

colocou tudo num mesmo balaio e de forma autoridade e de forma que vai afetar o processo democrático como o Isac colocou aí e afetar principalmente as populações que estão mais vulneráveis, as questões ligadas ao meio ambiente e enfim, a gente tem que atentar para esses pontos e esclarecer que nem todos esses órgãos que foram extintos trata-se de conselhos e os que foram extintos à importância que eles tem para o controle social e a garantia de direitos. **Ivone-Cogemas:** Quero parabenizar a iniciativa de trazer esse debate aqui, de fato é um ato muito autoritário porque fere não só a constituição brasileira onde que lá está garantida a participação da sociedade civil, então a nossa própria constituição garante isso, a intervenção da sociedade civil como governo na construção das políticas públicas, então eu queria dizer que todos os atos nossos são normatizados, na minha cidade tem um conselho do idoso que é normatizado por uma lei municipal, então o decreto fere o legislativo está ferindo cada, o estado de minas tem uma lei que cria o conselho estadual do idoso, então é um decreto que veio ferindo uma legislação dos entes federados, tudo, então acho que merece também um ato de repúdio e eu queria acrescentar aqui que eu acho que esse conselho ele deveria propor uma reunião ampla com todos os órgãos, conselho do idoso, conselho LGBT, os conselhos que estão sendo afetados, chamar o Ministério Público, seria uma extraordinária, pra que a gente debata essa ação do governo federal porque não é uma ação só de extinção é uma ação de tirar o controle social agora **celeusa** e depois pode ser outros então temos que reagir sim, então eu proponho aqui a nota de repúdio mas mais que a gente faça uma extraordinária deste conselho convocando os representantes do conselho do idoso, pra todos os conselhos estão ameaçados aí dessa extinção. **Soyla-Cmas Paracatu:** Então, quando a gente fala e como diz a Arlete a gente tem que falar da maneira da gente e o lugar da gente é município, são 853 municípios e quando a gente pensa em extinção de órgãos nacionais a gente pensa nos municípios, como vai ficar essa questão, como vai ficar a questão das denúncias dos idosos nas nossas cidades, como que vai ficar a questão de trabalhar os direitos da pessoa com deficiência nos municípios se os conselhos bem fazem isso dentro dos municípios trabalhando várias questões como transporte público, como acessibilidade nos municípios e isso são temas nos municípios que geram até guerras internas, como vai ficar porque nós enquanto conselheiro estadual dependemos muito do **Cm** para orientações, como que fica isso, e o estado? nesse momento é complicado mas o estado viu sra. subsecretária o estado vai ser cobrado para se manter, sobreviver isso porque a assistência social não aguenta mais abraçar política que não deveria porque segurança alimentar por exemplo o estado está abraçando solitário porque o nacional foi extinto de uma certa forma também e a gente está aqui parado, esperando e o trem indo, está na hora sim Ivone da gente fazer um ato, a gente pode por exemplo o João vai nos representar a gente no conselho nacional e levar uma solicitação de ponto de pauta alguma coisa voltada a isso, pra estigar, pra cutucar mesmo o conselho nacional para ele falar alguma coisa à esse respeito, para ele se pronunciar, a gente está infelizmente nesse momento, Minas Gerais hoje está estigando o Brasil a se pronunciar e quando a gente fala sobre a extinção principalmente eu como indígena né Irajá, tupi guaraní, eu vejo muita questão da população indígena, foi extremamente afetado, hoje em dia não se fala mais sobre a educação indígena, a gente não fala sobre a nossa cultura, vai morrer a cultura indígena a maioria aqui 99% tem sangue indígena, pelo amor de Deus a gente vai ficar esperando, e outra coisa quando a gente fala sobre a exclusão de conselhos como meio ambiente, como trabalho infantil que envolve trabalho escravo que afeta tudo isso a gente está matando a nossa humanidade, se os outros estados não puxarem Minas tem que puxar, e outra questão também é sobre isso que eu falei mesmo, a gente tem que tomar cuidado

senão daqui a pouco idoso, pessoa com deficiência, indígena que deveria ter suas discussões igual a segurança alimentar vai aprender nesse conselho e a gente não vai dar conta só que a gente vai fazer, porque a gente é guerreiro mas a gente tem que tomar cuidado com isso, espero que Minas seja exemplo e que o governo estadual mantenha esses conselhos porque foi fruto de muita luta assim como eu falo que a Urcmas é resistência de anos para tentar sobreviver dentro Minas esses conselhos vão sobreviver nem que nós enquanto municípios continuamos fazendo as reuniões à custo zero mas a gente vai fazer porque Paracatu vai puxar outra pré conferência dentre elas população de rua, dentre elas criança e adolescente, pessoa com deficiência e idoso e a gente vai questionar e levar a proposta para estadual a partir dessas políticas. **Irajá-** Rodrigo eu venho aqui manifestar eu acho que a Soyla foi muito feliz quando coloca-se em discussão aqui no conselho estadual sobre a **artimissão** dessas comissões de conselho e quando foi publicado o decreto eu fiquei muito preocupado porque isso fere a bandeira não fala só dos povos indígenas mas adas bandeira das minorias das comunidades tradicionais a bandeira de luta e de conquista inclusive quando se vê aquela bandeira sendo extinguida sem sequer perguntar o porquê foi criado, porque foi feito e esse decreto nº 9759 veio pra gente como uma bomba, a gente acostuma dizer como liderança indígena no movimento que desde 1º de janeiro nós estamos sendo massacrado nós estamos sendo extinguido da sociedade civil, os povos indígenas vamos dizer aqui rapidamente, a Funai foi fateada, a Funai foi dividida em 3 pedaços e onde ela pertencia ao Ministério da Justiça é do ministério da Damares que é da comissão de família e ensino humano e depois foi para a agricultura, como que o Ministério da Agricultura vai delimitar, demarcar, fazer estudo de terras indígenas que ali está a maior parte do Ministério são fazendeiros, são pessoas que querem acabar com as comunidades indígenas, será que eles vão fazer isso tudo, demarcar terras indígenas então nós estamos sendo a todo momento ameaçado, vem agora o acampamento de terra livre que nós estávamos com intensão de fazer o movimento de 10 mil indígena, houve a nossa preocupação de colocar mulheres e crianças porque tem uma força armada esperando por nós, porque nós índio falou que não vamos recuar, vai morrer indo, a gente não vai recuar que antes eram 6 milhões reduziu pra 200 e chegamos a 1 milhão de índio isso não quer dizer que não pode reduzir para 200 mil de novo mas a recuação nós não vamos recuar esses direitos, então enquanto a gente ver a CNPI que é a comissão nacional de políticas Indigenista sendo extinguida que era um conselho que nós debatia com o governo, com o governo federal a política indigenista isso é o fim quando a gente ver um dos conselhos que é tão importante que é a comissão que fala também da educação indígena que é onde nós temos uma educação diferenciada respeitando a sua cultura e sua língua e o governo federal não respeitando isso, fala pra gente que é o fim, e os demais conselhos que já foi citado com o nosso parente que é o Isac é um dos principais que são os quilombolas, que são os negros que construiu esse país que enriqueceu esse país então a gente vê não sendo respeitado, porque o governo federal está na mira dele seria os moradores de rua, LGBT e a parte da minoria que é indígena e quilombola que é o que está na mira desse governo, se a gente não se alto pronunciar, não se alto não falar em defesa de nós quem vai falar por nós, eu me sinto privilegiado de estar aqui nesse conselho para defender essa bandeira, imagina que não tivesse outras pessoas protagonista dessa defesa então quando eu decidir não ir pra Brasília e vir para esse conselho porque eu tinha algo importante pra falar nesse conselho do estado de MG eu sei que está indo com missões daqui de Minas em toda parte desse Brasil se mandaram passagem pra mim eu falo que não vou se eu for eu vou chegar em casa manhã eu pego o meu carro e vou, eu chego até sexta feira mais ou menos para estar no ato final mas a gente fica

preocupado sim desse governo que a gente ver que é um governo contra a minoria. **Arlete**-Graal do Brasil: Essa é uma discussão que fica mexendo com a gente, você fica sem lugar, fica desconfortável, todo mundo que compreende ainda que não tenha passado por situação de exclusão ou que não esteja envolvido em apoio e nesse cuidado solidário com grupos que vivem em situação de exclusão realmente fica desconfortável e eu espero que esse desconforto e essa indignação atinja a maior parte da população brasileira e Soyla quando você fala assim que sempre digo que fala do meu lugar de fala é esse lugar sim é esse lugar do território das vivências, é esse lugar da exclusão de tudo, do econômico, do social, do alimento, da roupa, eu e muitas tantas iguais a mim ou diferentes de mim sempre tivemos dificuldade de entrar numa loja para comprar uma roupa porque nós sempre vivemos do que sobrou da casa de alguém, e as vezes as sobras que chegam pra pessoa da minha classe social ou talvez ainda de pior condição do que a minha é aquilo que o outro realmente não quer porque tem pessoas solidárias que eles repassam para o outro aquilo que ainda é possível usar ou comer, aí tem gente que é no descarte mesmo, então é desse lugar que eu estou falando o Brasil é um grande território e uma população imensa, mas esse território ele é dividido em vários territórios e em vários tipos de populações e quando a gente ver as possibilidades reais de calar a boca dessas populações a gente compreende que o processo de escravização do Brasil nos nossos antepassados escravizados porque eu e nem ninguém somos descendentes de escravos nós somos descendentes de povos que foram escravizados porque os nossos povos não viviam na escravidão, nós fomos escravizados e a gente paga muito caro por isso até hoje, é na escola, é na saúde em todos os espaços que a gente chega, graças a Deus algumas pessoas avançaram e essas pessoas tem lutando com a gente para nossa inclusão e essa inclusão as vezes quando a gente pensa que a gente avançou 2 passos a gente recua 4 e que eu estou falando desses grupos que agora precisam calar e a gente está incluído neles porque lá no território onde a gente tem os pés assentados, onde a gente sobrevive as vezes a gente é ouvido por meio desses grupos e na hora que esses grupos são obrigados a calar a nossa voz também morre e lembrando de novo do lugar de vivência eu falo da situação da mulher negra, da menina que é prostituída, da mulher que tem que dá conta da sua prole porque ela ainda é culpada de acabar no feminicídio, eu falo daquele homem que a muito tempo perdeu o título de provedor da família e aí ele se torna também opressor porque um oprimido oprime outros haja visto a nossa história de colonização, quem era o capitão do mato, então a gente precisa fazer para tratar dessas questões fazer uma revisão dos nossos processos histórico e todas vezes que a gente quiser pensar, refletir e discutir isso nós precisamos pegar esse processo histórico e fazer uma leitura com os olhos e os pés é preciso sair do lugar que está e retornar ao lugar do processo de colonização porque essa herança ela permanece no nosso meio eu só quero reforçar isso que um oprimido oprime o outro, e nós temos muitos opressores que eles comungam essa ideia de que nós, a maioria da população brasileira não podemos lidar com o direito, para nós são as sobras quando tem e por isso que nós precisamos fazer luta, é nesse lugar aqui, é nesse lugar não é ditar a voz não e nem de permitir a voz não, nós precisamos gritar, nós precisamos de reafirmar o nosso lugar de população brasileira e que nós temos direitos a essas terras, o Isac falou do CMDRS eu sei o que é uma luta de CMDRS e algumas conquistas que tivemos na nossa região, na nossa cidade, eu sei o que é encontrar um idoso na rua, jogado, abandonado e você pegar e levar ele pra dentro de casa e cuidar dele sem nunca ter visto ele na vida e você pegar uma pessoa caída na rua levar pra dentro da sua casa e dar um banho nele dentro do seu banheiro e pegar uma roupa sua e vestir nessa pessoa tem alguma coisa falhando gravemente dentro desse país. **Juanita**-Federação

das Apae's: Presidente eu queria fazer um encaminhamento, eu penso que todas as questões aqui colocadas já não cabe mais tecer comentários porque por si só já fala o ato do governo, é o que governo que temos não é o que queremos mas é o que temos então a gente tem que lutar com as armas que nos compete, eu queria fazer um encaminhamento aqui junto com o repúdio pra gente oficializar os parlamentares estaduais e federais para fazer um movimento em suas casas no sentido de derrubar esses decretos, chamando atenção para os pontos normativos existentes que contradiz a não participação popular, então a gente lembrar aqui os parlamentares além de mandar para o presidente das casas, da assembleia legislativa, do congresso e do senado também, lembrar o nome dos parlamentares mineiros que estão representados nessas casas e a gente mandar nominal com essa solicitação de socorro mesmo eu acho que é esse encaminhamento que eu queria dar, obrigado. **Rodrigo:** Ótimo Juanita nós temos 2 encaminhamentos, não, 4 encaminhamentos o da comissão eu já estava entendendo, deixa eu corrigir, o da Ivone eu gostaria de fazer um adendo a ele senão eu coloco ele como uma segunda opção, ela pede uma reunião extraordinária com os conselhos, eu acho mais oportuno eu, presidente do conselho reunir com os presidentes dos conselhos estaduais desses segmentos, alinhar com eles e com a Sedese, a gente chama a Sedese, proteção especial, proteção básica e com as secretarias que lidam com as temáticas afins se for o caso, mas a gente reunir, alinhar pra saber o que eles já estão fazendo e convidá-los para a plenária de maio, porque nós temos também que pensar na questão da conferência que a gente precisa dar encaminhamento, agora no finalzinho de abril e começo de maio nós temos vamos ter muito trabalho, com termo de referência, uma série de coisas para conseguir fazer as conferências municipais e regionais já encaminhando para a estadual inclusive, então tem negociações internas e uma série de coisas, então eu gostaria de ver se a Ivone aceite da gente colocar como proposta única Ivone, pode, ok então e aí havendo necessidade a gente convida eles para a plenária de maio, a gente ver e trás esse retorno pra gente pensar nessa força tarefa. **Soyla-Cmas Paracatu:** Outra questão que eu falei é de estar levando o conselheiro João que vai representar nós no CNAS, levando como ponto de pauta, alguma coisa, uma atitude, uma ação ao Conselho Nacional, um pronunciamento a respeito da extinção dos conselhos. **Rodrigo:** Eu pedi a Consolação para preparar o João, pra reunião assim que tiver a pauta, discutir, ligar para o João, conversar com o João a respeito da pauta, tratar e colocar pra ele, mandar os documentos que já foram tratados no Ceas alusivo às temática, fazer um preparatório pra ele e não só pra ele, pra todo os conselheiros tem que fazer isso, eu quando vou à Brasília e eu sei da pauta, eu peço as resoluções, a Consolação me envie e se eu precisar eu tenho ela no zap lá na hora, eu acho oportuno sim, é no final de maio. **Soyla-Cmas Paracatu:** Nossa moção de repúdio podia ser enviado a todos conselhos estaduais também é até bom que eu incentivo. **Rodrigo:** Para o conselho estaduais, Cmas, conselhos municipais, moção tem que dar ampla divulgação dela. **João-Cmas Pirapora:** Lógico que qualquer reivindicação que seja que é natural nesse momento pertinente a temática de extinção dos conselhos a gente tem que brigar, só que Consolação lembrou, nós vamos ter esse encontro do Conselho Nacional que a gente vai estar representando nosso conselho isso é no final do mês de maio, olha quanto tempo nós vamos ter que esperar então eu acho que nós vamos ter que tomar atitude agora. **Rodrigo:** João isso vai ser tomado, isso é a mais, concomitante a gente vai fazer isso também, nós não vamos esperar, inclusive a Consolação começou a rascunhar a nota aqui, isso é imediato, semana que vem isso já está sendo publicado ou até essa semana ainda, então podemos colocar em votação essas deliberações, o encaminhamento que a Juanita deu, o encaminhamento para os parlamentares,

oficializar, a questão da reunião com os conselhos estaduais, lideranças e demais parceiros, a moção de repúdio e a nota de esclarecimento aos conselhos municipais e demais gestores. **Juanita**- Federação das Apae's: Ali não é reunião extraordinária não, é reunião desse Ceas com os demais conselhos estaduais. **Rodrigo**: Isso, é porque a Ivone havia pedido uma reunião extraordinária aí eu modifiquei para eu alinhar primeiro e traze-los na próxima reunião ordinária. Podemos votar então, conselheiros que aprovam os encaminhamentos da comissão com os acréscimos, contrários, abstenções, aprovados, Helder continue com a comissão para a gente concluí-la. **Helder**-Cmas Pedro Leopoldo: O segundo ponto de pauta que nós temos aqui da comissão seria uma nota técnica sobre os programas de transferência de renda, já discutimos na última plenária do município de São Domingo das Dores, aquele serviço de limpeza que estava caracterizando como programa de transferência de renda, aí nós elaborando uma nota técnica sobre o programa que beneficia indivíduos e família em situação de pobreza, ou extrema pobreza, por meio de transferência monetária, e aí o encaminhamento é a nota técnica revisado pela comissão. **Rodrigo**: Plenária quer que ler a nota técnica toda, Juanita pediu, leia por favor, nesse momento eu passo a presidência para a vice-presidente porque eu vou me retirar só um minutinho. **Helder**: A nota técnica à emenda de programas municipais de transferência de renda. Introdução: Em atendimento a deliberação da 241ª plenária ordinária do Ceas ocorrida no dia 29 de março de 2019, divulgamos a presente nota técnica que fala sobre os programas de transferência de renda entendidos como programas que beneficiam indivíduo à família em situação de pobreza ou extrema pobreza por meio de transferência monetária. Avaliação: 1º- Responsabilidade dos entes federados. A lei federal 8.642 de 7 de dezembro de 1993 lei orgânica de assistência social-Loas, prevê a repartição de competência entre os entes para construção dos objetivos de assistência social, artigo 12, 13, 14 e 15 e ainda estabelece normas essenciais e implementação do Suas e a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios assistenciais, artigo 5º, 6º, 8º, 10º, 11º, 16º e 30º, o artigo 11 da Loas estabelece que as ações socio assistenciais nas 3 esferas do governo realizam de forma articulada, cabendo à coordenação e as normas gerais a esfera federal e a coordenação e execução de programas e seus respectivos entes aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, os estados, municípios e Distrito Federal são dotados de alto organização que se manifestam na liberação das constituições estaduais, leis orgânicas ou leis ordinárias ou complementares, no caso de município essa permite sobretudo adição de leis e normas complementares a nacional, estadual que darão tratamento adequado às necessidades específicas, adaptando às peculiaridades da região, nesse sentido é importante a regulamentação da política pública municipal de assistência social a fim de alcançar a concretude desse direito fundamental para seus usuários, porém a legislação ou norma não pode sobrepor a legislação estadual e/ou federal ou seja a legislação municipal não pode ferir os ordenamentos jurídicos de outros entes. 2 – Programas de transferência de renda: Conforme determina a loas, a assistência social e política pública, direito do cidadão e dever do estado, constitui-se como política de seguridade social não contributiva realizada por meio de um conjunto entregado de ações, com intuito de garantir o atendimento das necessidades básicas da população ocupa-se de provir proteção a vida, reduzir danos, acompanhar populações em risco e prevenir incidentes de agravo a vida em fase da situação de vulnerabilidade, nos últimos anos o governo brasileiro vem desenvolvendo estratégias de inclusão social da população em situação de vulnerabilidade, transferindo renda, expandindo serviços e benefícios assistenciais, no brasil atualmente a política de transferência de renda alcança seus propósitos comprovados por meio de diversos estudos publicados onde mostram seus

resultados que impactam a recente queda de desigualdade de renda e da extrema pobreza de acordo com a nota técnica do Ipea 2006 temos o seguintes, medido pelo coeficiente de IGB que é a desigualdade de renda mais comumente utilizado o grau de concentração de renda do país caiu 4% entre 2001 a 2004 passando de 0,593 para 0,569 uma queda dessa magnitude uma concentração de renda tem potencialmente elevados impactos sobre a pobreza e da extrema pobreza, isso porque uma queda na desigualdade de renda só ocorre quando a renda média dos mais pobres cresce mais rapidamente que a renda média nacional, como a renda per capita da população total não cresceu no período, toda queda da pobreza verificada pode ser integralmente atribuída a redução na desigualdade, de fato apenas a queda de 4% da desigualdade de renda com direito a 2001 a 2004 levou por si só uma redução de 3,2 IP na proporção de pessoas extremamente pobres o que equivale retirar mais de 5 milhões de brasileiros dessa condição, fonte: transferência de renda, modalidade e finalidades, Luiz de Azevedo S. Soares, março 2010 página 8. Os programas de transferência de renda miram o repasse direto de recursos públicos aos beneficiários como forma de acesso a renda, e no combate a fome, a pobreza e outras formas de privação de direitos que levam a situação de vulnerabilidade social criando possibilidades para emancipação do exercício de autonomia das famílias e indivíduos atendidos em desenvolvimento local, o protocolo de gestão integrado serviços/benefícios, transferência de renda, no âmbito do sistema único de assistência social, Suas aprovado pela resolução Cit nº 07 de 10 de setembro de 2009, considera que a segurança de renda deve ser associada às seguranças do convívio familiar e comunitário e de desenvolvimento da autonomia, isto é, que o acesso de indivíduos e famílias a benefícios socioassistenciais e à transferência de renda deve ser associado à oferta de serviços socioassistenciais no SUAS; e ainda que as famílias beneficiárias dos benefícios e programas de transferência de renda, tais como, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e, benefícios eventuais de Assistência Social, devem se constituir público prioritário nos serviços socioassistenciais dentre outros, os dados, programas de transferências de renda podem ser consultados no site do Ministério da Cidadania, na maioria desse programas são exigidos cumprimento de consolidados associados as políticas públicas de educação à saúde e ao trabalho e esse último com a perspectiva de inserção ao mercado de trabalho por meio de qualificação profissional que é a preparação do cidadão através de uma formação profissional para que possa aprimorar suas habilidades e executar funções específicas demandadas pelo mercado, ainda deve-se ter a garantia do que está exposto na loas no seu artigo 2 inciso 1º alínea C que prevê como um dos objetivos da assistência social a promoção e integração ao mercado de trabalho, as ações de acesso ao trabalho não são de responsabilidade exclusiva da política de assistência social mas resultado da ação intersetorial de diversas políticas públicas propondo desenvolvimento de articulação, mobilização e encaminhamento de pessoas em situação de rua e mobilidade e o risco social para garantia do direito à cidadania à inclusão ao mundo do trabalho por meio do acesso à curso de qualificação, informação profissional, ações de inclusão produtiva e serviço de intermediação de mão-de-obra conforme resolução do CNAS nº33/2011 que define a promoção e integração ao mercado de trabalho no campo da assistência social e estabelece os requisitos, as iniciativas de oferta de qualificação profissional e intermediação de mão de obra que visa a colocação de usuário nos postos de emprego com carteira de trabalho e previdência deve estar de acordo com resolução citada nº 33/2011 que dar-se-á por meio de um conjunto integrado de ações das diversas políticas cabendo a assistência social ofertar ações de proteção social que viabiliza promoção do protagonismo a participação da cidadã a mediação ao acesso ao novo

trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas, por fim os programas de transferência de renda pretendem defender o aumento da autonomia do indivíduo frente ao poder do capital aumentando o seu poder de compra e/ou de integração do beneficiário ao mercado de trabalho. Município: Reafirmamos nessa nota que todo programa de transferência de renda a ser criado e desenvolvido a nível municipal deve garantir que esteja vinculado ao serviço tipificado pela assistência social e deve seguir as leis trabalhistas não podendo ser requisito a sua percepção pelo suposto beneficiário a vinculação à prestação de serviços ou diferentes tipos de atividades que caracterizem trabalho, podendo ser caracterizado como remuneração pelo trabalho, ou seja, pagamento pela mão de obra durante o período de trabalho diário, semanal ou mensal, devendo ser considerada como Política de Trabalho e Renda, por haver vínculo e não Política de Assistência Social, - ainda, na mesma perspectiva, o trabalho se prestado em regime de tempo parcial, com salário proporcional à jornada trabalhada, conforme dispõe a nova legislação trabalhista deve ser considerada uma relação de trabalho, e não como um benefício da Política de Assistência Social. “Art. 58 A. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquela cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) (em vigência) § 1º O salário a ser pago aos empregados sob o regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 2001)” - o princípio do respeito à dignidade humana e, dos direitos dos usuários, com a exigência de alguma contrapartida que exceda a espírito da sua inclusão social, e que por consequência viole ou rompa relações de autonomia ao ter a mão de obra explorada (trabalho análogo ao escravo). – **CONCLUSÃO:** Por tudo exposto, considera-se que os programas de transferência de renda de nível Federal, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, dentre outros, complementa a renda de famílias em situação de vulnerabilidade, que vai além da insuficiência de renda, mas também do não acesso a serviços públicos básicos, bem como à informação, ao trabalho e à renda digna, ou a não participação social e política. Esses programas podem interromper o ciclo vicioso e intergeracional de reprodução da pobreza nos membros da família. Os programas de nível municipal devem observar os princípios dos programas de transferência de renda da esfera federal e a Loas, principalmente ao que se referem ao disposto no seu art. 4 inciso III - “respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade” e no art. 24 que dispõe que “os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais”. Belo Horizonte, assistente social que é técnica da secretaria executiva, Rosalice e foi revisada durante a comissão ocorrida ontem. **Juanita-** Federação das Apae's: E peço desculpa aos colegas mais eu fiquei um pouco perdida pela leitura técnica que eu me ausentei do Ceas esse ano por incompatibilidade de agenda de trabalho eu queria pedir ao presidente da comissão só para me dar um esclarecimento maior, isso é uma denúncia que chegou pra gente presidente da comissão. **Helder:** Foi encaminhada aqui o conselho municipal de assistência social ele fez uma requisição, uma consulta ao Ceas sobre uma análise de uma lei que já foi aprovada, e na última plenária a 241ª mês passado a gente deliberou por essa nota técnica. **Juanita:** Na verdade eu penso uma

contribuição para a comissão, a nota técnica por si só ela tem que ter essa clareza eu acho que **na ementa** ou na referência a nota técnica deve trazer essa questão pra qualquer pessoa que ler saber do que se trata, então eu recomendo, sugiro que a nota técnica comece com a referência tratando do “ofício encaminhado pelo conselho trata-se de ofício encaminhado ao Ceas do conselho municipal referente a isto solicitando apoio”, aí depois tece a nota que está muito bem feita e enfim, e além da nota técnica eu queria colocar um encaminhamento que eu não sei se vai ser proposto também da gente responder ao conselho solicitando para que ele faça um manifesto de solicitar o município para derrubar a lei que fere as normativas legais e **infralegais** da assistência considerando tudo que foi colocado na nota. **Rosalice**-secretaria executiva: Bom dia Rosa técnica de comissão de normas, foi encaminhado no mês passado um ofício para o conselho municipal passando a análise técnica de toda lei, na plenária foi pedido que fosse feita essa nota técnica não direcionando só para o município mais para os 853 municípios que está sendo uma situação recorrente em alguns municípios, esse tipo de programa de transferência de renda que caracteriza muito mais uma exploração da mão de obra barata nos municípios, então foi feito isso, esse conteúdo foi feito em ofício para o município solicitando que ele faça a gestão para revogação dessa lei e que cesse essa nota técnica, nos trouxemos essa nota técnica exatamente para que a plenária aprovasse para a gente mandar para os 853 municípios, então essa referência que você falou foi feita no mês passado. **Juanita**: Então eu retiro o encaminhamento porque eu não sabia desse histórico de encaminhar para o conselho de enviar o pleito para o município mais eu ainda mantenho o meu pedido de colocar aí a referência na nota técnica até porque vai para todos os municípios e a nota técnica por si só quando você lê tem que compreender todos esses esculpos eu penso que na referência deve tratar do ofício do conselho municipal ao ceas. **Rodrigo**: Conselheiros de acordo com o encaminhamento, mais alguma questão com relação à nota, então conselheiros que aprovam a nota técnica sobre o programa de transferência de renda, contrários, abstenções, aprovada. Tem a outra né Helder, antes de ler Helder eu gostaria que você explicasse o contexto da nota até mesmo seguindo a orientação que a gente acabou de fazer pra que as pessoas acompanhem a nota como a Juanita aquele dia justificou que por causa do trabalho ela teve que se ausentar do Ceas, acompanhe com outro olhar a nota. **Irajá**: E tem conselheiros novos também que precisam compreender a nota. **Rodrigo**: Isso mesmo Irajá obrigado, então por favor explique o contexto da nota primeiro antes de lê-la. **Helder**: Próximo ponto também trata-se de um nota técnica sobre as leis municipais e hierarquia em relação ao arcabouço normativo referente a política nacional de assistência social, trata-se de uma consulta do Cmas de Rio Casca sobre a atualização da lei de criação e a hierarquia dessas leis em relação aos entes federados uma vez que a gente recebeu uma correspondência sobre esse conselho onde que o órgão gestor através de uma análise jurídica considerava que a lei orgânica da assistência e outras normativas eram apenas sugestões e não tinha esse caráter de deliberar sobre a localidade porque a localidade se tratava de a máxima seria a lei municipal e não tinha essa interferência da lei orgânica da assistência e outras normativas inclusive outras resoluções de conselho nacional de assistência ela não poderia entrar na esfera municipal, e a conselho municipal de assistência de Rio Casca ele faz essa consulta nós já encaminhamos a correspondência ao município com as análises já feitas, já deliberadas, e também agora foi elaborada essa nota técnica também na perspectiva geral, não foi uma nota técnica direcionada ao município de Rio Casca, mais uma nota técnica geral para todos os municípios sobre as leis municipais sobre a questão da hierarquia em relação ao arcabouço referente a política nacional de

assistência social essa nota técnica foi encaminhada dia 08 de abril e tivemos a contribuição da conselheira Marta. **Rodrigo:** Helder só um minutinho, lembrando que a comissão Juanita na reunião passada a gente deliberou por oficial o município também pedindo nesse caso não revogação e sim a anulação do ato dessa lei visto que ela fere normas federais, então aí nem se trata de revogação, a outra transferência de renda por revogação, nesse caso a gente pede anulação do próprio ato, e oficia-se salvo me engano a Câmara também, acho que vai ofício para Câmara. **Helder:** Esclarecidos? Então considerando essa introdução a emenda de leis municipais que dispõe sobre a política de conselho de assistência social. Introdução: Em atendimento a deliberação da 241ª plenária ordinária do Ceas ocorrida em 29 de março de 2019 divulgamos a presente nota técnica que versa sobre as leis municipais, hierarquia em relação ao arcabouço normativo referente a política nacional de assistência social. Avaliação: Competência dos entes federados, em 1993 com ascensão da lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993 denominada lei orgânica da assistência social, Loas organizou-se a assistência social por meio de um sistema descentralizado e participativo integrado pelos entes federados, conselhos de assistência social e as entidades e organização de assistência social, a Loas prevê a competência dos 3 entes conforme os artigos 12, 13, 14, 15 para concepção dos objetivos da assistência social e ainda nos artigos 5º, 6º, 8º, 10º, 11º, 16º e 30º estabelece normas essenciais em implementação do Suas e ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios sócio assistenciais, o art. 11 da LOAS estabelece que as ações socioassistenciais nas três esferas de governo realizam-se de forma articulada, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e ainda que integra essa esfera o conselho nacional de assistência social CNAS que compete a coordenação e execução de programas e serviços aos estados, municípios e Distrito Federal. Observa-se que os estados, municípios e Distrito Federal são dotados de autoorganização que se manifesta na elaboração das constituições estaduais, leis orgânicas e leis ordinárias ou complementares, mas que são decorrentes do originário à constituição federal e todos os demais preceitos que são verticalmente superiores. Destaca-se que a autoorganização do ente permite sobretudo a edição municipal de leis e normas complementares a Nacional que dará tratamento adequado as necessidades específicas e as peculiaridades da região nesse sentido é importante a organamentação da política pública municipal de assistência social a fim de alcançar a concretude desse direito fundamental para os usuários porém que essa não sobreponha a legislação estadual e/ou a federal em discricionalidade, que é a competência, finalidade e forma. Em 2015 foi publicado pelo ministério do desenvolvimento social de combate a fome, MDS, hoje ministério da cidadania, o manual de orientação aos municípios sobre a regulamentação da política municipal de assistência social para apoiar a regulamentação das leis locais, seu objetivo é apresentar subsídios, apoio e orientação aos municípios e ao Distrito Federal no que se refere a liberação de suas leis que dispõe acerca da organização da assistência social respeitados por certo a autonomia política administrativa advindos da república federativa do brasil conforme dispõe o artigo 18 - a organização política e administrativa da república federativa do brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios todos autônomos nos termos da Constituição, nesta Nota técnica reafirmamos que a loas é uma lei federal que regulamenta aspectos da constituição federal devendo ser observado e cumprido para alcance dos objetivos da política de assistência social em todos os níveis dos entes federados, em forma de sistema único de assistência social ou seja cada ente federado pode estabelecer novos princípios desde que esteja em consonância com a constituição federal e as normas gerais exalados pela nova política de assistência

social, orientação aos municípios sob regulamentação da política municipal de assistência social, MDS Brasília 2015. Sobre suas demais legislações que compõe o arcabouço legal e normativo da assistência social como disposto na política nacional de assistência social PNAS 2004 Norma Operacional Básica do Suas, Nob Suas 2012, e no decreto 6.308 de 14 de dezembro de 2007, que define o que é a entidade de assistência social, regulamentação do artigo 3º da Loas, e na resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009, que aprova a tipificação nacional dos serviços sócio assistenciais, trazendo a descrição dos serviços, objetivos, usuários, forma de acesso, aquisições em função das necessidades desses usuários no que se refere aos serviços de proteção social básica especial de média e alta complexidade dentre outras, para elaboração da Lei do Suas é necessário se faz conhecer o processo legislativo ou seja o conjunto de atos realizados pela assembleia legislativa ou câmara municipal visando a elaboração das leis de forma democrática ordenados conforme as regras definidas na constituição estadual ou lei orgânica municipal e no regimento interno da casa, cartilha de orientação aos municípios sob regulamentação da política municipal de assistência social MDS, Brasília 2015 pag. 13. A proposta da lei municipal específica sob a política de assistência social deve ser escrita na forma de um projeto de lei ordinária podendo ser de iniciativa do poder executivo mas devendo ser amplamente discutido com o conselho de assistência social e apresentado a câmara municipal. Conselhos Municipais de Assistência Social, CMAS a loas no artigo 16 institui os conselhos de assistência social como instâncias deliberativas do Suas fortalecendo assim o papel da sociedade civil organizada na concepção da política de assistência social, artigo 16 -

As instâncias deliberativas do Suas, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são, redação da lei 2.475 de 2011: I - o Conselho Nacional de Assistência Social; II - os Conselhos Estaduais de Assistência Social; III - o Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; IV - os Conselhos Municipais de Assistência Social. Os conselhos tem como composição paritária entre governo e sociedade civil, os representantes deverão ser em número suficiente para que seja garantida a referida paridade conforme determinado pelo Loas, observadas as resoluções do conselho nacional de assistência social a sociedade civil deverá ter representante dos usuários ou de organização dos usuários de entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor escolhidos em foro próprio o processo de eleição deve se dar sob fiscalização do Ministério Público ainda recomenda-se a proporcionalidade entre os 3 segmentos da sociedade civil na titularidade CNAS ou no caso de ausência de um dos segmentos por exemplo de entidades ou organizações de assistência social que as vagas sejam distribuídas entre segmentos dos usuários e de trabalhadores, o conselho municipal de assistência social é órgão criado por lei, de natureza colegiada, permanente, deliberativa, responsável pelo controle da execução, formulação, e, por conseguinte da fiscalização, mas também da promoção e defesa da política pública de Assistência Social; • Dentre suas atribuições e competências, estão: - Aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política Nacional e Estadual de assistência social na perspectiva do SUAS e as diretrizes estabelecidas pelas conferências de assistência social; - Exercer a orientação e o controle do Fundo Municipal de Assistência Social; - Acompanhar e controlar a execução da política municipal de assistência social; - Definir os programas de assistência social obedecendo aos objetivos e aos princípios estabelecidos na Lei Federal nº 8.742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social; - Definir os critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais (provisões suplementares e provisórias prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de

calamidade pública). - Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços, programas e benefícios de assistência social prestados à população por órgãos públicos (como o órgão gestor da política de assistência social) e entidades sem fins lucrativos; - Acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos destinados à Assistência Social, e o desempenho dos programas aprovados e implementados dentre outras ações, que são publicizadas para conhecimento da sociedade e registradas em atas do conselho e em resoluções. • Ressalta-se que a política municipal de assistência social, ao ser aprovada pelo CMAS, deve estar em consonância com a Lei elaborada pelo Poder Executivo Municipal; • Devido ao seu caráter, não há subordinação entre os conselhos de assistência social e o órgão gestor, mas sim vinculação administrativa, conforme disposto na LOAS, art. 16, a saber: Parágrafo único. “Os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.(Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)” Da mesma forma, não há subordinação em relação as deliberações dos CMAS e as do órgão gestor municipal. Conclusão: Assim, o presente documento busca orientar os municípios no que se refere à elaboração de suas leis que dispõem sobre a organização da assistência social, ressaltando o respeito a autonomia político-administrativa advindos da Constituição Federal, conforme dispõe o seu art. 18. Cabendo a cada ente organizar a assistência social por meio do sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único da Assistência Social – SUAS, de acordo as competências dispostas no arcabouço legal da Política de Assistência Social. □Rosalice – Técnica Administrativa, revisada pela comissão de normas realizada ontem. **Rodrigo:** Em discussão. **Paulo-Seplag:** Bom dia a todos, Helder em tese a nota técnica está muito bem elaborada, redigida e esclarecida eu tenho uma dúvida pelo questionamento ser mais técnica, legal em consonância com a estrutura do funcionamento eu pergunto nessa nota técnica, na composição ela teve ajuda, teve apoio de uma área jurídica para fundamentar, fazer essa análise porque ela dá um caráter muito interpretativo também, por isso eu pergunto como eu realmente não conheço eu estou chegando, a estrutura dessa comissão de normas se passou pelo crivo de uma área técnica, jurídica. **Rodrigo:** Primeiro que toda nota técnica é produzida por um técnico de nível superior, no caso da Rosalice técnica da secretaria executiva em parceria revisado pela comissão que tem diversos atores inclusive nós temos conselheiros advogados, mas não é o caso também de ser necessário esse advogado posto que as normas já estão colocadas na legislação o que foi feito foi trazer essa legislação, dar luz a essa legislação nessa nota técnica que já é habitualmente prática não só desse conselho mas de um parecer técnico porque todo técnico de nível superior usa desses instrumentos, parecer, notas técnicas, para subsidiar sua fala, suas análises, seus planejamentos. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu queria fazer a mesma reflexão da outra, colocar a referência na nota técnica também porque ademais está completamente a contento. **Cristiano-Sedese:** só um comentário, esse documento vai ser enviado por meio físico, digital, eu sugiro que encaminhe uma cópia do caderno de orientações que é citado junto. **Rosa-Técnica da comissão de normas:** A comissão ela pensa também além de encaminhar para todos os conselhos municipais colocar à disposição no nosso site com essas referências que nós citamos na nota técnica. **Márcio-Assprom:** Eu acho que é importante a comissão se debruçou em cima dessa temática elaborando essa nota técnica que eu acho que é algo muito recente também dentro do conselho de emitir essas notas técnicas nesse sentido, mas eu acho

que é muito importante a gente não perder de vista a posição que nosso novo conselheiro colocou aqui no ponto de vista da nossa segurança jurídica no processo, eu acho que é muito importante a gente pensar de como tratar de algumas questões e aí a própria comissão de normas quando ela sente alguma situação que a gente não dá conta de tratar o nosso objetivo é tratar junto com o jurídico da Sedese pra que a gente tenha embasamento e fundamentação mas eu acho que é muito importante a gente caminhar nessas linhas aí pra que a gente possa ter a segurança jurídica enquanto conselho na elaboração de um instrumento que vai ter um alcance que a gente pretende para os oitocentos e cinquenta e poucos municípios. **Rodrigo:** A gente sempre que eu lembre né Consolação que é a história viva desse conselho pode me esclarecer melhor mas sempre que a gente pedia por exemplo a Sedese para elaborar, encaminhava as vezes para a assessoria jurídica da Sedese para que a Sedese desse o parecer, neste caso Márcio como trata-se de um saber específico da assistência social a gente detém um saber necessário para elaboração, não há essa necessidade é óbvio que também não exige a gente pode submeter até mesmo essa e eu concordo com o questionamento do Paulo e com essa contribuição sua não pode perder esse radar porque as vezes principalmente se a gente dá um peso de ter parecer jurídico dá um peso muito maior da nota também para os municípios. **Cristiano-Sedese:** Só para contribuir também que eu acho que nesses assuntos que dizem respeito especificamente da regulação do Suas ou a elaboração de leis municipais ou mesmo até em relação a planos municipais que não tem tanto a ver mais tem também, lá na Sedese a gente tem uma diretoria de gestão do Suas que também apoia os municípios e até em relação a isso eu acho muito importante também sempre a gente estreitar essa parceria também com o conselho, estreitar essa parceria com o estado no caso especificamente dessa diretoria quando o assunto é esse porque normalmente a diretoria já tem também notícia de esse município que fez uma consulta ou que chegou no conselho em relação a regulação a diretoria já deve ter tratado ou pode contribuir também com alguma orientação. **Janaína-Sedese:** Para reforçar o que o Cristiano trouxe e colocar também a Sedese à disposição tanto a nossa área de vigilância quanto nossa assessoria técnica e jurídica caso o documento queira ser encaminhado para análise para que de fato a gente tenha como o Paulo trouxe a segurança jurídica para dar o encaminhamento necessário. **Rodrigo:** Eu queria contribuir também que a comissão relatou aqui ontem que eu fiz uma roda de conversa nas comissões pedindo uma atenção, pedindo um olhar diferenciado na questão das demandas e é isso Cristiano primeiro que a Sedese está aqui dentro também mas as comissões tentar buscar ainda mais com propriedade estreitar esse diálogo nessa situação por exemplo perguntar lá: município tal já foi atendido, apresentou essa demanda, a secretaria executiva fazer esse movimento para levar pra comissão já ter esses retorno, já ter esses encaminhamentos porque eu despacho isso semanalmente aqui no conselho, anterior a comissão, pra chegar na comissão porque senão a gente fica esperando comissão e aí na próxima comissão pra encaminhar outra coisa e aí 1 mês, 2 meses, 3 meses e dá 6 meses a gente não fez nada, dá 1 ano eu não digo que a gente não fez nada mas fez pouco, e aí o fator tempo ele é algoz do controle social ele é algoz da eficiência, então a gente precisa dar uma resposta muito rápida então esses levantamentos a gente precisa de ter ele muito rápido igual ontem a gente fazendo na comissão né Cristiano perguntar pra vigilância como que está o **RNA**, como está o CadSuas, dados da estatística, o município já foi atendido, quais orientações já foram feitas, acho importante demais reforçar isso eu estou gravando em ata essa questão pra justamente reforçar esses encaminhamentos que a gente dá as vezes e que a gente

tem tomado as vezes no conselho, mais alguma questão conselheiros, podemos colocar em votação, estamos esclarecidos, só mais um questionamento, vocês querem que encaminhe para a Sedese o parecer jurídico ou não há necessidade. **Sandra-CMAS Montes Claros:** Então, vou pontuar uma questão aqui que pode ser que alguns não concordem mas eu me senti incomodada, toda nota técnica vai ser encaminhada ao jurídico? A minha pergunta é esse porque a discussão foi pautada na mesa, eu penso que o técnico da assistência social ele tem autonomia de fazer uma nota técnica, nós vamos judicializar a assistência social como que é isso, me preocupa porque cada um tem a sua instância, acho que se for alguma coisa que envolva o jurídico penso que tem que ser encaminhado ao jurídico mas se não, uma nota técnica do assistente social, do psicólogo eu pauto essa discussão porque eu já pautei esse discussão no meu município junto com o jurídico e com o meu secretário lá, então eu penso assim aquilo que é do assistente social é do assistente social, aquilo que é do administrador é do administrador, aquilo que é do jurídico é do jurídico precisa ser encaminhado, a gente precisa ter essa leitura, senão pra que? Pra que assistente social então, não sei gente eu queria pautar isso aqui porque me incomodou a discussão. **Rodrigo:** Paulo, Helder e Elerson, eu estou trazendo para discussão que como foi levantado Sandra, eu não estou criticando não é isso eu só estou colocando essa questão remetendo a fala que eu tive, nós acredito eu que nessa matéria nós temos a expertise necessária para falar do que é nosso, mas é meu dever colocar em discussão e depois em votação, o seu apontamento ele é mais que oportuno porque existe sim a discussão da judicialização da assistência, existe a questão da gente deixar outros saberes influenciar e tencionar o nosso saber em detrimento do nosso saber muitas vezes a gente tem vivido isso no território então é mais do que oportuno mesmo é só pra gente lançar a luz e discutir isso. **Paulo:** Só para esclarecer, não é meu propósito de maneira nenhuma judicializar as questões da ação social de maneira alguma eu só estou colocando que nessa nota técnica específica que é a primeira que eu estou participando aqui e estou vendo ela tem um caráter muito perceptivo da interpretação da lei e nesse ponto é que eu me referi que até pra ter uma segurança se esse tratamento que foi dado passou pelo crivo, alguém condicionalmente regulamentado para dar um parecer técnico jurídico uma vez que está muito bem feito, minha formação é administração pública e engenharia nada a ver com direito, mas é claro permeia de alguma forma e então quando eu vejo esse posicionamento que me pareceu que encaminhou da interpretação das leis por isso que me veio essa dúvida, esse levantamento não quero judicializar nada aqui eu só perguntei se como a conduta da nota ia por um caminho de interpretação e daí veio a dúvida me parece que compete muito bem à quem é do ramo fazer essa interpretação legal mas se fosse um tema bastante objetivo e não entrasse na esfera da interpretação, não caberia e nem eu teria dúvida sobre isso, mas como nessa nota específica me chamou atenção esse ponto me senti à vontade e acho que o conselho foi feito pra isso ter a participação, colocar esse ponto. **Helder:** Só reforçar isso que foi dito pelo meu colega é porque eu compreendi eu tenho formação na área jurídica eu entendi isso aqui perfeitamente que realmente há uma questão aí sobre uma dúvida do conselho sobre a questão de hierarquia de leis e aí a questão de hierarquia de leis é uma matéria jurídica e eu acredito que seja pertinente sim, mas como já colocamos aqui da elaboração e tal fica aí uma sugestão para que essa elaboração, essa nota técnica a gente faça sim essa consulta jurídica para ter até mesmo aquela segurança que o Márcio, membro da comissão apontou aqui, eu compreendi a fala da subsecretária que ela colocou a questão da vigilância, da assessoria jurídica à disposição no sentido de estreitar diálogo com a secretaria jurídica do conselho e não uma subordinação das notas

técnicas pra que a gente passa por lá talvez eu tenha compreendido erroneamente por que eu acredito sim na questão que a gente tem que defender que o conselho aqui ele é autônomo nas suas decisões, nas deliberações e tal mas eu entendi que é um apoio e quando o Cristiano também colocou aqui e o presidente reafirmou sobre essa questão por exemplo da nota técnica a gente conversar e estreitar os laços com a Subas as vezes a gente está fazendo uma coisa que a própria Sedese já fez, não foi isso Cristiano que a gente tinha falado, às vezes a Sedese que eu sei que a Sedese elabora notas técnicas o município pelo qual eu pertença que é o de Pedro Leopoldo a gente recebe várias notas técnicas de vocês talvez é nesse sentido que eu compreendi à fala da subsecretária no sentido da gente estreitar diálogo e a gente verificar o que já está produzido pela própria Sedese. **Janaína**-Sedese: Helder obrigada pelos seus pontos, só para endossar é justamente isso é colocar à disposição a gente reconhece a autonomia e o controle social do conselho da instância do Ceas e na perspectiva de estreitar laços e pensar de maneira colaborativa a política de assistência social a gente se coloca à disposição, à disposição significa optativo, é opção do conselho seguir com esse auxílio ou não, só para deixar claro. **Elerson**-Cáritas: Eu me sinto contemplado. **Rodrigo**: Então Helder só para recaptular a proposta então que você está trazendo é de mandar essa nota técnica para o jurídico. **Helder**: Exatamente, seria em respeito ao posicionamento de 2 conselheiros aqui que falaram sobre a questão de segurança jurídica com relação à interpretação e hierarquia de leis essa foi específica a nota técnica mais tem discussão. **Juanita**-Federação das Apaes: Eu queria colocar uma questão contrária, discussão aqui, na verdade a gente pediu para fazer a leitura e esse pleno é completamente possível e capaz de aprovar a nota técnica, eu não vejo necessidade dela passar porque quando a gente remete a nota técnica para análise do jurídico ele subsidia da nota técnica para elaborar a nota técnica jurídica que não é o caso desse colegiado, esse colegiado aqui está fazendo uma manifestação técnica sob uma demanda que veio do município, e a gente tem completa condições de fazê-lo, então eu queria colocar um encaminhamento contrário do presidente da comissão da gente já aprovar a nota técnica aqui, agora. **Márcio Caldeira**-Assprom: Eu acho que é muito importante quando a gente coloca aqui uma coisa que eu sempre aprendi aqui no conselho mas escapa em alguns momentos, é a gente clarear muito a nossa fala porque a gente não deixa nenhuma dúvida, ou deixa algumas questões entrelinhas, quando eu coloco a questão de segurança jurídica no processo eu não estou me referindo que essa nota específica que foi apresentada aqui ela deixa algum lastro aberto em relação à essa segurança pra mim ela está completamente atenta a dar conta daquilo que ela se propõe quando eu coloco a questão da segurança jurídica do conselho são algumas questões que muitas vezes passa por esse conselho ou passa até mesmo pelas próprias comissões principalmente para a comissão de normas, quando a gente tem alguma insegurança a gente aciona assim a instância de competência para a gente possa ter clareamento da situação que eu não vejo que não é o caso dessa nota técnica quando manifesta a questão de situação jurídica do conselho não tiver a compreensão de alguma matéria que ele for fazer algum processo de deliberação assim, que a gente tenha a segurança jurídica para isso mas não é o caso dessa nota técnica especificamente, então eu acho que é importante clarear isso quando eu coloco a questão de segurança jurídica, pra mim tem total segurança jurídica essa nota técnica que foi elaborada aqui. **Ivone**-Cogemas: Eu queria me ater de 2 coisas, primeiro eu acho que a nota técnica ela está tratando de 2 órgãos de suma importância dentro da política de assistência social que é o órgão gestor e o órgão do controle social, e em nenhum momento esses 2 órgãos se divergem, até porque o conselho ele é composto pelo órgão gestor, pelos técnicos da política junto com a

sociedade civil eu acho assim é só a gente ater, o conselho ele tem que fazer uma nota técnica por isso que é técnica com embasamento dos parâmetros legais da política da assistência social, se a nota técnica está ferindo os parâmetros legais aí sim que eu acho que a gente tem que apelar a uma assessoria jurídica mas se ela não está ferindo nossa legislação eu acho que o conselho tem toda liberdade de estar aprovando a nota técnica a outra coisa que me chamou atenção um item da nota técnica que fala ressalta-se que a política municipal de assistência social devem estar em consonância com a lei elaborada pelo poder executivo municipal, então pelo entendimento o conselho também é formulador da política não é só o poder, o órgão executivo, então eu acho que parece que ficou assim que o conselho ele vai só aprovar e a competência dele não é só aprovar, ele também elabora a política, ele também tem competência de formular a política pública que foi aprovada pelo município, então só que me veio a impressão que o conselho não participa da elaboração da política. **Helder:** Diante das palavras do conselho Márcio eu retiro a proposta porque ele tinha falado de uma questão da segurança jurídica então se a nota técnica ela dá essa segurança eu retiro a proposta. **Rodrigo:** Conselheiros então podemos votar a nota técnica? **Helder:** Mais tem uma questão que a própria Ivone colocou sobre a questão do conselho. Juanita: O que a Ivone colocou a nota está completamente e coloca que o conselho tem a competência da formulação e proteção. **Rodrigo:** Ela não questionou isso não ela destacou. Rosa no microfone, encerrando na Rosa. **Rosa-Técnica da comissão:** Esse destaque da conselheira se você pegar a nota como um todo, isso aí já está claro no início quando a gente fala que o conselho municipal tem que está discutindo com o gestor é bem claro na fala sobre a política de assistência social e local aí ele elabora a lei que cria a política por meio da discussão com o conselho municipal que faz parte de elaboração então no início quando se fala do gestor fala da lei e da participação do conselho. **Rodrigo:** Então conselheiros, podemos votar, estamos esclarecidos? Então conselheiros que aprovam a nota técnica, contrários, abstenções. A comissão acabou? Agora o próximo ponto de pauta conferência de assistência social. Consolação: Ontem na parte da manhã de 08:00 às 10:00 a mesa diretora se reuniu com a comissão organizadora da conferência. Rodrigo: Eu pedi a Consolação porque são 11:40 h e se a gente adiantasse o almoço. Comissão de política é pequena, a gente puxa então? Então por favor comissão de política. Patrícia-Cmas Nova Lima: A comissão de política ontem tratou apenas de 2 pontos eu não vou trazer aqui porque seria informes não tem nenhuma deliberação mas a gente se reuniu com a comissão de apoio, com o objetivo de discutir a importância de articulação de ambas as comissões junto as Urcmas também no sentido de fortalecer o controle social muito pensando na forma de tratar as denúncias que nós temos recebido de uma forma mais ampla porque a gente recebe muita denúncia de gestão do trabalho sobre os conselhos que não estão muito atuantes, aí nossa comissão geralmente pede alguma resposta, alguma informação para os conselhos municipais e muitas vezes a gente percebe que há indício de que a resposta é do próprio denunciado do próprio gestor que foi denunciado então a gente está tratando isso pensando nas Urcmas e talvez também apoio técnico da Sedese fazendo algumas capacitações pra tratar dessas denúncias de uma forma mais ampla não ficando apenas naquela tratativa cartorial de enviar ofícios, etc então nós não temos nenhum ponto para deliberação. **Elerson-Cáritas:** Eu acho que uma coisa que nós discutimos também que tem várias denúncias que mês a mês elas estão na comissão e elas voltam justamente por conta disso as vezes o gestor público não responde ou resposta insatisfatória e a gente não chega em uma conclusão, algo que nós conversamos ontem pra ser debatido por esse pleno em outras reuniões é da gente criar um fluxo de encaminhamento por exemplo chegou a denúncia, solicitou a

informação, veio a resposta, precisa de uma complementação maior de uma informação, solicita de novo mas que isso tenha um final, por exemplo porque tem denúncias que chegam que são que é isso, que é uma formação para o conselho um empoderamento maior do conselho, resolve ,agora tem denúncias que chegam de municípios que recebem recursos federais não executam a política não executam o programa então a pergunta que nós fazíamos lá, era se por exemplo um simples arquivamento, ou não encaminhamento dessas denúncias para os órgãos competentes de investigação caso seja depois comprovado algum ato ilícito se o conselho não pode ser arrolado nesse processo, então é um pouco nesse sentido porque foi consensual na comissão de que a gente não leva nada pra Ministério Público ou para os órgãos de justiça sem antes uma certa averiguação, uma certa prudência e a proposta da comissão e até mesmo do próprio conselho é esse caráter mais orientativo, de apoio de fortalecimento mas há casos ali que são casos de investigação e que não são nosso, talvez se tenha um fluxo mais estabelecido e que isso também seja comunicado ao solicitar informação, olha a denúncia é essa se não tiver resposta à gente vai encaminhar a quem é de direito, acho que nos facilita porque foi sugerido também de que o próprio conselheiro estadual faça visita no local mas quem conhece o norte de minas, algumas regiões aqui como que você vai chegar ao gestor ou chega na pessoa solicitando informações sobre recursos não implementados, isso tem que ser estrategicamente melhor construído. **Patrícia**- Cmas Nova Lima: Está na pauta de hoje, a constituição de grupo de trabalho para tratar sobre as denúncias que chegam no Ceas, eu acredito que nesse ponto de pauta a gente possa discutir também a importância desse grupo de trabalho criar um fluxo comum para todas as comissões, de tratativa das denúncias, um instrumental no caso de visita in loco e etc. **Rodrigo**: Existe no Ceas essa resolução que foi feita um trabalho coletivo pela comissão de normas, foi reformulada um tempo atrás e isso foi motivado em função de um arquivamento de uma denúncia passada, existiam várias questões, vários procedimentos que a gente poderia ter adotado e na ocasião a gente não adotou, não vem ao caso e aí o que foi pedido é que se esse fluxo de qual a função do Ceas para além do cartorial, pra além de encaminhar para a Sedese ofício pedindo apoio técnico, encaminhar para o Cmas o ofício pedindo que ele olhe se o recurso foi aplicado e se o Cmas falar está tudo ok, o recurso foi aplicado igual a Patrícia relatou e aparentemente dentro até pelo teor do ofício da gestão e do ofício da Cmas ser o mesmo praticamente e a gente sabe que isso acontece em vários municípios pequenos a dificuldade do trabalho e aí não é de reformular essa resolução a ideia é traduzir essa resolução em fluxo, se há necessidade de visita, quando há necessidade de visita quais os procedimentos que serão adotados na visita para que isso também não tome um caráter investigativo, punitivo nos municípios, então é desenhar um fluxo respeitando inclusive o trabalho que a comissão já fez, a comissão de normas fez lá trás, é óbvio que nesse momento a gente encontrar alguma coisa na resolução que precisa qualificar, ou melhorar, ou suprimir poderemos fazer, não há impeditivo então foi muito nesse sentido que a gente conseguir dar mais respostas para os municípios porque o que a gente tem percebido é que a gente faz um trabalho de estudo técnico de nota técnica subsidia os ofícios mas a gente não consegue mensurar qual a resolutividade disso no território, que tipo de alteração que protagonizou ou não qual a resolutividade disso mesmo no território, e eu tenho pra mim uma coisa muito clara que um conselho forte também é um dos pilares da proteção social, é ele que vai garantir como que a política funcione, junto com gestor contribuindo e as vezes dirigindo para que ela caminhe às vezes nesse espírito. **Cristiano**-Sedese: Só mesmo para reforçar um pouco da discussão que a gente fez ontem, uma das coisas que até o Helder estava na

reunião ontem de benefícios lá da Subas, que é assim, esse papel de apurar a denúncia porque é esse o processo a gente recebe do Ceas que é necessário fazer uma apuração e aí a Subas inicia todo um processo de levantamento de informações e de contato com a gestão do município, então para além disso é importante a gente reforçar toda orientação e informação para os municípios também junto pra não ficar só isso que você falou que é um caráter meramente investigativo que não é legal apesar de que tem que ser considerada a questão de que se há uma denúncia é importante apurar e enfim dentro das competências e outra coisa que nesse processo de discussão sobre fluxos eu até sugerir ontem que seria interessante paralelamente junto chamar para discussão também para ajudar na discussão os conselhos, os conselhos profissionais, CRP, conselhos de serviço social e OAB também, até para ajudar nessa discussão sobre competência até porque algumas denúncias que chegam para o Ceas e que são encaminhadas também para a gente lá dizem respeito às questões de ótica profissional e outros assuntos que é importante esses conselhos darem a sua contribuição também até para o Ceas também entender qual o seu papel até onde a gente vai e a terceira coisa que eu sugeri também é que a gente possa de novo estreitar essa parceria com o estado porque a gente tem lá na Subas uma superintendência de monitoramento e avaliação e também tem a superintendência de base que é a de especial para tentar fazer um levantamento de todas essas denúncias que me parecem que pelo menos esse ano são várias que tem chegado então de repente fazer um diagnóstico simples das denúncias do último ano, dos últimos 12 meses e tentar classificar qual tipo de assunto que é mais demandado porque tem denúncias que são de gestão de trabalho tem denúncias que é de uso de recurso público tem denúncia que envolve ética profissional e outras coisas então de repente fazer um diagnóstico e inclusive cruzar dados que o estado tem isso lá na superintendência de monitoramento pra saber também se esse município que está sendo denunciado esse equipamento ou o que seja se já foi ofertado por parte do estado, apoio técnico, capacitação se o município participou de alguma vídeo conferência, se participou de alguma outro evento que tem a ver com aquele tema dentro daquele assunto, além de outros dados que estão disponíveis no sistema federais, estaduais acho que é importante de repente fazer esse diagnóstico até para subsidiar as ações porque no final das contas a ideia é pensar na efetividade dessas ações, então eu acho que um diagnóstico ajudaria.

Rodrigo: Ontem a discussão foi bem proveitosa né Cristiano na comissão a gente rodou as comissões pra dizer dessa que estão de fugir do cartorial inclusive destacando também a importância dessa aproximação da Sedese a partir das subsecretarias que estão mais próximas do território que isso inclusive fortalece as regionais cria vínculo dessas regionais com os municípios facilitando o apoio técnico, logístico, uma série de questões e os conselhos profissionais é mais evidente o apoio que eles podem nos dar também na proteção mas como foi relatado pela Patrícia a gente vai discutir isso mais a tarde, a questão desse fluxo. Almoço. **Rodrigo:** Retomando as atividades, o Helder tinha pedido ponto de pauta? Então você vai aguardar um pouco. Consolação vai apresentar os encaminhamentos da primeira reunião que nós tivemos da Conferência. Então, nós tivemos a primeira reunião da comissão organizadora da conferência, em substituição da mesa diretora porque a gente já tinha dados alguns encaminhamentos, Consolação, eu, Janaína, despachamos semanalmente então a gente já tinha encaminhado bastante coisa, pra otimizar tempo visto que o Cnas demorou bastante para chamar a Conferência e a gente precisava dar mais celeridade aos encaminhamentos, pra dar uma resposta aos municípios porque daqui a pouco nem os municípios conseguem executar os processos de compras então a gente optou por diluir a mesa diretora e chamar nesse momento a comissão organizadora, então foi a

primeira reunião e nós tivemos diversos encaminhamentos e a Consolação vai fazer a transcrição pra gente do que foi tratado. **Consolação:** Boa tarde a todas e todos, ontem participaram presidente, o vice presidente, a 1ª secretária Arlete, a Ivone, Helder, Isac, Patrícia, Soyla, Sandra e a Cecília. Abrindo um parêntese aqui nós estamos justificando a ausência da vice-presidente Janaína agora na parte da tarde, em virtude de uma convocação extraordinária com o governador, então é as 14:00 horas da Cidade Administrativa e ela teve que se retirar e se der tempo ela falou que ela retorna, e ainda contamos com a presença da Gabriela da Vigilância da Suzane diretora de Vigilância e da Joana da Assessoria da Subsecretária dessa reunião, eu estava lá secretariando. Então iniciamos a conversa sobre conferência e ontem nessas duas horas que tivemos de 08:00 às 10:00 tratamos apenas da conferência municipal pela urgência de algum tipo de encaminhamento de orientação aos municípios, então primeiro a gente conversou sobre as conferências municipais, essa necessidade de encaminhar a orientação e eu vou levantar aqui alguns pontos que foram tratados nessa reunião e depois o encaminhamento dado. Os pontos, tema nacional a avaliação do Suas à luz do plano nacional a conferência nacional foi convocada e está com esse tema, no entanto a resolução de convocação ainda não saiu, a gente sabe da conferência que consta na ata da reunião do conselho nacional, e começamos a falar que para a realização das conferências municipais o município ele pode realizar a conferência municipal em 1 dia dependendo da metodologia e a gente pensar em instrumentais mais objetivos que podem passar orientações nos seus equipamentos, que essa comissão ela tem que se inclusive ampliada, comissão organizadora que é convidar professores pra discutir o tema propor uma forma mais fácil de ser trabalhada pelos municípios, nós vamos convidar os fóruns estaduais, de entidade, usuário, trabalhador, nós vamos também convidar o Cress, Crp, a Sandra que é uma conselheira daqui de minas que é uma conselheira do CNAS, então nós vamos estar chamando essas pessoas e órgãos, também orientação ao município de realização de pré conferência que pode se dar por segmento com experiências inclusive que foram trazidas por alguns conselheiros estaduais em seus municípios, lembrou-se da população rural que a gente tem que envolver, fortalecer segmentos e dar visibilidade da sua demanda, o Ceas poderá estar gravando vídeos com temas curtos como prosseguimentos, pílulas para incentivar e pautar discussões, incorporar discussão nesse momento como a gente está falando da avaliação do Suas ao luz do plano decenal a gente sabe que muitos municípios ou alguns não fizeram o plano decenal, então da gente está incorporando a discussão do acórdão do TCU um plano de assistência social do artigo 30 da Loas que requer uma oportunidade, um retorno ao planejamento que pode ser conquistado de curto, médio e longo prazo, trabalhar também as deliberações da conferência de 2017, saber se houve a incorporação delas no plano de assistência social do município, dar voz às pessoas, incentivar o debate, mobilizar o maior número de pessoas para as conferências, pensar e solicitar aos municípios gravações de vídeos pequenos pra mostrar às outros seriam boas práticas a gente instituir boas práticas municipais em realização da organização da conferência, como foi dado exemplo a colcha de retalhos de Paracatu, a Sandra trouxe também experiência de Montes Claros, como trabalhou envolvendo toda população rural, sinalizamos o prazo para as conferências municipais mais ou menos 15 de agosto mas nesse requisitos nós temos que aguardar alguma orientação do Conselho Nacional em termos de calendário, atenção aos eixos, se a gente for trabalhar em sistemas, traduzir bem o que se quer para facilitar um vocabulário mais acessível, talvez até encaminhar apresentações prontas para o municípios, orientar em relação ao regimento interno e também encaminhar orientações e a questão de tiragem de delegados para regionais,

como foi levantado que nós temos que aguardar ainda orientações do Conselho Nacional pra saber não só a questão de prazos, tema do mês e essas publicações foi discutido que se a gente começasse a encaminhar uma orientações uma normativa agora a gente correria o risco que já aconteceu em conferências passadas que durante o processo a gente ter que alterar essa normativa porque a gente não tem todos os dados ainda pra que a gente possa estar fazendo uma resolução do conselho, então definiu-se que a gente encaminharia pela urgência da matéria, uma carta, um ofício circular aos municípios colocando pra eles alguns pontos inclusive para que eles possam adiantar a realização da sua conferência, aspectos que não precisam esperar o eixo inclusive, da definição de tema para que vocês podem iniciar, também inserindo o passo a passo que foi feito do Conselho Nacional, a gente encaminhar isso junto, então o encaminhamento dessa reunião a gente vai ter o desdobramento a gente vai ter 2 outras reuniões ainda da próxima plenária a expectativa é que a gente traga para a próxima plenária já uma resolução disciplinando a matéria mas a gente vai trabalhar mais sobre isso e nesse momento apresentamos aqui em plenária vai ser projetado ali uma correspondência, um ofício circular, que vai ser encaminhado aos conselhos municipais, para ser o primeiro contato para já adiantar algum tipo de organização, a logística no município, esse ofício ele foi construído não só com os aspectos ali teve colaboração do próprio presidente, da vice presidente, da Joana que ajudou a gente, da Marta Silva então assim teve várias mãos pra gente tentar ver uma forma mais clara de encaminhar isso para os municípios. Vou ler o ofício-circular. Senhor Presidente, Senhora Presidente, em detrimento da convocação da conferência nacional que ocorreu na última plenária do conselho nacional de assistência social nesse mês e considerando que as orientações do processo conferencial deste ano serão exaradas posteriormente encaminhamos por meio deste ofício circular as orientações prévias para a realização das conferências municipais para este ano desta forma a fim de darmos maior efetividade às conferências estamos trabalhando nas normativas a serem seguinte e propomos a adoção das seguintes questões. a-□Existem aspectos logísticos que podem ser tratados por esse conselho municipal em parceria com a gestão municipal (documento detalhado anexo – Passo a Passo do CNAS – Informe 2/2015), sendo eles: - convocação formal da conferência municipal – recomenda-se que seja um ato conjunto do CMAS e do órgão gestor (Elaboração e Publicação de Resolução; edital; entre outros); - formação de uma comissão organizadora – é importante ter a referência de quem está na organização; - definição de uma data e local em que serão realizadas a Conferência Municipal – ressalta-se que o limite previsto para a realização das conferências municipais está sendo avaliado, mas a princípio sinalizamos até 15 de agosto; a conferência municipal pode ser realizada em um dia, otimizando o tempo; o local deve ter acessibilidade;- mobilização dos atores – usuários, trabalhadores, entidades e órgãos públicos – para se ter maior participação – informar nos equipamentos públicos sobre a realização da conferência municipal; - orientação quanto à realização de pré-conferências por segmentos (usuário, trabalhador e entidades), e em todo o território, garantindo a presença da população rural, o que pode contribuir para maior participação e representatividade na conferência; envolvimento dos fóruns existentes (de usuários, de trabalhadores e de entidades); b) Quanto ao tema o CNAS deliberou por: avaliação do SUAS à luz do plano decenal nos caso em que os municípios não tenha elaborado seu plano decenal é possível fazer avaliação a partir do plano de assistência social das deliberações da conferência de 2017 c) No que concerne aos eventuais custos para a realização da Conferência Municipal, destacamos ser possível a utilização do recurso do IGD SUAS; d) A participação, o diálogo, o debate, a avaliação e a proposição são muito importantes para o êxito da conferência,

e) Em relação às normativas do CEAS para a realização das Conferências Municipais, estas serão deliberadas na 243ª Plenária Ordinária, que ocorrerá no mês de maio. Em tempo, solicitamos que, caso esse município disponha de uma experiência exitosa na organização das conferências Municipais, grave um breve vídeo e encaminhe-o ao CEAS, pois estaremos divulgando como “Boas Práticas” para os municípios a fim de que possam aproveitar essa experiência. Colocamo-nos a disposição para esclarecimentos e agradecemos. **Rodrigo:** Antes de qualquer discussão eu só gostaria de chamar atenção do Fórum estadual de trabalhador, usuários e entidades, nós vamos oficializar vocês obviamente mas que indique a pessoa rapidamente para compor a composição organizadora da conferência para que a gente possa tão logo chamar uma reunião da comissão antes da plenária mas está prevista em calendário junto com a reunião da mesa diretora novamente igual a gente fez mas eu acredito que dada a urgência e as necessidades a gente vai ter que chamar por que tem muito documento para preparar, termo de referência, muita coisa para ser encaminhada, muitos convites a serem feitos, então eu acho que a gente vai precisar de reunir antes, então a gente pede assim que vocês sejam oficiados, vocês já estão sendo comunicados oficialmente nesse ato mas assim que recebam ofício encaminhar por favor a representação, em discussão os encaminhamentos, algumas dúvidas. **Juanita-Federação das Apae's:** Nós não temos que iniciar o ofício com as 2 resoluções mencionadas? Em detrimento da resolução Ceas nº tal, resolução Cnas nº tal e as 2 resoluções que convoca a conferência elas não tem que ser mencionadas no ofício para eles se reportarem a ? É uma pergunta que eu estou colocando. **Consolação:** A gente até pensou nisso Juanita, mas o Conselho Nacional ainda não publicou a resolução de convocação, nós estamos acompanhando todo dia mas eu não consegui ter acesso até joguei no jornal da União mas realmente não saiu até perguntamos pessoas, mas fizemos assim para tentar inclusive a gente sabe que nós estamos começando a conversar com o município um pouco atrasado, a gente pode falar assim, a gente chamar a atenção da nossa resolução que foi do ano passado a gente falar assim: nossa, agora que vocês estão falando então a gente tentou fazer de uma forma só para chamar porque em detrimento da nacional dessas decisões só foi uma forma mesmo de escolher numa vez também que não há resolução da nacional. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu penso que mesmo com esse problema nacional a gente não pode deixar de colocar a nossa Resolução: Conforme a resolução do Ceas e convocação da conferência Nacional, entendeu, eu acho que a gente tem que colocar. **Rodrigo:** Acho oportuno, mais alguma contribuição conselheiros, entenderam os encaminhamentos. **Joana – Sedese:** É só uma dúvida que eu tenho que na verdade essa resolução do Ceas, Resolução Conjunta Ceas/Sedese que foi publicada em 07 de dezembro do ano passado ela convoca a conferência estadual de assistência social e ela única e exclusivamente fala que convocou a conferência estadual e que ela será realizada em outubro de 2019 e que todas as outras normativas e tratativas serão feitas posteriormente da conferência estadual como a gente está dando orientações preliminares as conferências municipais e nós estamos remetendo de forma prévia essa resolução conjunta Ceas/Sedese que fala da conferência estadual que será feita em outubro de 2019 e assim eu entendo que não teria que mencionar a resolução conjunta Ceas/Sedese, se tivesse outra resolução do Ceas sobre as conferências municipais tudo bem, mas a resolução conjunta Ceas/Sedese eu não vejo viabilidade das conferências municipais de forma preliminar. **Rodrigo:** Eu estou pedindo a resolução do Ceas porque eu acho que tem uma correção, ela fala de tratativas mas não é posterior a conferência estadual ela fala das tratativas para as conferências de assistência municipal. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu tenho um pensamento diferente porque

na verdade o processo conferencial ele segue toda uma lógica e ao Ceas que tem a responsabilidade de fazer este **jornamento** primeiro ele faz dentro do seu próprio âmbito mas isso replica a luz do município então eu continuo com o encaminhamento que tem que colocar na resolução do Ceas aqui que inicia-se esse processo no âmbito de MG. **Rodrigo:** Entendi, ela não trata da municipal é o rito mesmo, ela vai tratar da estadual, eu entendi e nesse ponto eu concordo com a Juanita que inclusive isso motiva, o que estartou o processo que foi a convocação da conferência estadual, eu entendi o que a Juanita está colocando mas eu não vejo que uma coisa anula a outra não, não vejo prejuízo em colocar a proposta da Juanita não, em discussão conselheiros, a gente tem que votar. **Soyla-Cmas Paracatu:** Eu acredito que o estado, o conselho estadual ele é norteador, também é orientador para os municípios e eu estava comentando aqui sobre a experiência na saúde, em 2017 ou 2015 também na saúde o estado convocou e a nacional não convocou a conferência nacional de saúde mas o estado de minas convocou a conferência estadual de saúde e daí os municípios começaram a fazer suas conferências municipais norteado pelo estado e o estado no final das contas acabou não fazendo a conferência estadual mas os municípios fizeram e agora a gente vai fazer a conferência estadual de saúde, esse ano porque uma coisa leva a outra e eu acho fundamental a gente colocar sim a nossa resolução. **Ivone-Cogemas:** Concordo plenamente que o ofício deve que ser acompanhado da resolução porque a resolução é a convocação da conferência estadual ela já foi convocada e ela confirma pra nós os municípios o compromisso de realizar os compromissos municipais através da orientação do ofício, então é uma forma de lembrar porque tem alguns municípios que viram a resolução da convocação da estadual estão aguardando a conferência nacional a convocação, então se já está convocada acho que é mais no intuito de maior divulgação pois a conferência já está convocada no estado. **Rodrigo:** Podemos votar conselheiros, estamos esclarecidos, então eu vou colocar 2 situações, a votação com a resolução com a contribuição da Juanita e sem a resolução, conselheiros que aprovam o documento o número do ofício com o acréscimo da resolução, contrários, abstenções, então aprovado. Helder havia pedido o ponto de pauta e havia pedido que esperasse os conselheiros todos que retornassem a plenária. **Helder-Cmas Pedro Leopoldo:** Presidente eu só quero reafirmar o entendimento que eu tive e conversando com outros colegas aqui do compromisso que a Rosa enquanto técnica tem frente a comissão é um respeito que eu tenho por ela e até um carinho que a gente começou a ter porque é final de semana, é a noite, é de manhã, ela manda email, ela manda whadsapp, a gente tem um diálogo muito bom, e eu gostaria de reafirmar que em nenhum momento eu questionei do posicionamento técnico, do parecer técnico dela, e se esse pleno aqui alguém compreendeu que a gente está pedindo, que o parecer dela fosse apreciado pelo jurídico eu peço desculpas, porque não foi isso que eu quis dizer eu disse em relação a matéria, que a matéria sim até em consideração algumas coisas que tinha colocado aqui que a matéria ter se tratado de questões jurídicas talvez seria da gente apreciar a consulta jurídica, mas no sentido de contribuição e não no sentido de pegar o parecer da técnica que foi muito bem elaborado, que debruçou sobre isso durante vários dias então é só retratar mesmo, e reafirmar mais uma vez seu trabalho viu Rosa, muito obrigado pelo trabalho que você vem desempenhando. **Rodrigo:** obrigado Helder, então nada a ver da conferência vamos passar para as comissões temáticas, orçamento? Vamos lá comissão de orçamento, o presidente da comissão não apareceu, o coordenador, por problemas de saúde, nós temos encaminhamentos, eu vou pedir para que a técnica da secretaria executiva apresente os encaminhamentos que estão aqui e a gente coloca

em discussão. **Consolação:** Estiveram presente na reunião coordenadores, César, Ivone, João Alves, Rodrigo, conselheiro Paulo Jamim da Seplag, a Cláudia Falabella pela Sedese contribuindo aí com o debate da comissão, justificaram ausências o João Victor da Seplag, a Juanita da Federação das Apaes os 2 por questões de trabalho, o Wilson Lana porque está de férias, a comissão ela tratou sobre planejamento e baseou-se nas competências expostas no regimento interno, não vou ler todas as competências a gente vai direto da questão encaminhamentos, então pegou o regimento uma a uma e ela fez o quê, fez um quadro, apresenta o quadro pra mim primeiro Rosa por favor, separou mensalmente de acordo com as suas competências o que a comissão vai pautar pra discutir e subsidiar deliberação desse conselho, em relação ao mês de abril, foi essas diretrizes do planejamento anual, o ofício a assembleia legislativa e a secretaria de planejamento em relação a LDO esse ofício solicitando a inserção do **posto** sobre não contingenciamento de recurso da assistência social na LDO fomos ontem informado que a LDO no mês de maio o seu encaminhamento na assembleia e aí a gente já vai fazer essa solicitação como sempre o conselho faz de pedir que o recurso da assistência não seja contingenciado, em relação ao mês de maio a prestação de contas do primeiro trimestre, a validação dos recursos e termos de referência da conferência regional e estadual, em junho o plano de aplicação de recursos do Feas, em julho a prestação de contas do segundo trimestre, em agosto a discussão da lei orçamentária anual e do plano plurianual de ação governamental PPAG e somado aqui plano estadual de assistência social que é uma matéria conjunta com a comissão de política, em setembro dedicado as conferências regionais que a gente tem uma perspectiva que seja em agosto e setembro realização de conferências regionais, outubro dedicado a conferência estadual em si, em novembro prestação de contas do terceiro trimestre e planejamento para a conferência nacional e proposta de emendas para o PPAG 2020 que a gente faz sempre para participar da audiência pública na assembleia legislativa, em dezembro a conferência nacional, isso aqui é as ações ditas como ordinárias do conselho que a gente está colocando os prazos em termos de pauta, existem ainda ações que são continuadas, então são várias que inclusive são juntas com outras comissões que coloca o nosso regimento interno para todas as comissões como aprovar a política estadual e outras questões e pode haver alguma questão nova, alguma emenda parlamentar, alguma coisa que venha para o Feas e que necessite de tratativas e preparação de matéria pela comissão de orçamento, então ficou essas ações ordinárias e essas outras, só para fechar o encaminhamento então primeiro esse calendário que a gente está apresentando que o planejamento da comissão, a questão dos ofícios que eu falei, da LDO e por fim a comissão encaminha também para apreciação e deliberação da plenária, a proposta de um ofício à secretária Elizabeth Jucá com cópia para a subsecretária Janaína, que considerando o decreto que o governador aprovou em reunião com a AMM para tratar do passivo da saúde, da educação e segurança então considerando que ele tratou sobre esse passivo e que foi junto a AMM, então ofício à secretária solicitando que seja inserido também o passivo da assistência social ressaltando aí o piso mineiro, casa lar e rede cuidar, lembrar também dos 3 meses que não foram empenhado e liquidado em 2018, então é uma das estratégias, o conselho decidiu a comissão decidiu pra gente tratar desse passivo em relação ao piso mineiro, casa lar e rede cuidar. **Cristiano-Sedese:** Na hora que eu vi casa lar não tem passivo de casa lar não, é porque do jeito que está escrito parece que tem passivo de casa lar e no caso de casa lar está em dia o pagamento não tem pra trás devendo não. **Consolação:** Eu vou tirar então porque ontem quando a gente foi colocando o que era, eles ligaram assim, piso mineiro, casa lar e depois a rede cuidar então a gente retira. **Rodrigo:** Ivone me mostrou aqui

também que não é um decreto é um termo de acordo, a gente discutiu mas ontem eu tive em algum momento me ausentar da reunião da comissão ficou pendente um encaminhamento aqui mas não chegou a ser sistematizado que é um ofício para a Elizabeth Jucá a secretária falando sobre a LDO, qual é a grande questão: esse conselho nunca aprovou e apreciou a LDO contudo a nossa legislação na Loas diz que o conselho aprova o orçamento, e o orçamento entende-se então toda a concepção, LDO, Loas e PPA, e a gente envidou uma discussão muito grande em cima disso e nós localizamos na Nob o que traduz melhor essa questão é a Nob 2012 no artigo 121 inciso 8º que trata expressamente as peças orçamentárias nominando elas, então lá coloca que o conselho tem que deliberar e aprovar sobre as peças orçamentárias vejam bem eu quero deixar claro que não estou fazendo cobrança a gente comeu mosca lá trás, eu pelo menos não digo que o conselho comeu, eu técnico Rodrigo, comi mosca ao não perceber esse tempo que eu estou aqui no Ceas que isso não tinha sido aprovado mas também é o que todos os conselheiros falam a gente chega a gente vai aprender a gente trás uma espertice de municípios obviamente mas quando chega aqui muda algumas concepções, muda algumas coisas orçamento, regimento aí conversando hoje de manhã apesar que a nossa lei regimento não dizer expressamente que a gente tem que aprovar LDO, a Nob diz que sim que é função, então prevalece a regra maior, e uma das discussões que a gente fez ontem como que a gente pode opinar no orçamento e aí os gestores sabem melhor que nós técnicos, trabalhadores, usuários, os gestores tem concepção melhor disso como que eu vou querer mudar ou alterar alguma coisa na Loas sendo que a LDO que traçou as diretrizes já foi fundamentada e eu não participei eu não vejo isso acontecer, não são raras as vezes e a gente técnico custou a fazer esse movimento e a intendência é apropriar dessa peça, porquê? As vezes a gente fala assim, tem dinheiro mas o prefeito fala não tem orçamento, então muitas vezes o conselho vai querer fazer determinadas coisas ou impulsionar o gestor em algumas questões e aí se a gente não participou da LDO que traçou as diretrizes para concepção da Loas, a gente perdeu esse **trem de história** a gente só vai poder opinar no ano que vem, e aí a gente não opina porque nunca opinou e aí o encaminhamento que historicamente é dado fazer uma gestão junto a assembleia, isso é um ato que a gente tem que continuar fazendo mas nunca exige o conselho de deliberar sobre a LDO, então me fundamentando ontem eu falei mas me fugiu todos os argumentos, eu sabia que estava escrito mas eu não achei na hora, não é só a Loas é a Nob então está aqui o artigo e volto a dizer não é uma cobrança, não é uma mudança de concepção eu não estou invertendo o jogo cobrando agora de uma gestão que está começando não, estartou isso agora e nós vamos construir isso então a proposta que foi traçada ontem, que foi pedido e que eu não sistematizei para Consolidação colocar nos encaminhamentos mas eu peço para acrescentar aqui aqui, é que oficie a secretária para que no ano que vem envie os esforços para passar a LDO previamente para esse Conselho, nada mais que isso, apenas uma solicitação mesmo. **Consolidação:** Eu pedi o retorno a fala que a Claudinha me lembrou aqui ontem na reunião que a prestação de contas que nós estamos colocando segundo trimestre em julho ela seria na verdade apresentada em agosto no tempo da nossa resolução, nós passamos que houve um pedido do próprio **César** coordenador da Comissão que passasse para julho porque ele entendeu que tem muita matéria em agosto, e que a Sedese, Superintendência inclusive da Claudinha que está aqui, fazer um esforço para apresentar isso em julho agora se não consegui porque é muita coisa a ser elaborado foi acordado que isso voltaria no prazo da nossa resolução que determina a apresentação da prestação de contas, aí passaria para agosto, é só esse

esclarecimento. **Rodrigo:** Em discussão Juanita. **Juanita**-Federação da Apae's: Eu peço desculpa por não ter estado ontem na reunião, apresentando a justificativa eu vou aqui fazer algumas reflexões porque já que eu não pude estar lá e colocar aqui alguns encaminhamentos meus, já desculpando porque eu sou da comissão e ter que trazer isso direto para o pleno, muito bacana o planejamento que foi feito e também Rodrigo a sua colocação foi muito na hora, da leis de diretrizes orçamentária, a gente é humano a gente está sempre aprendendo e vendo que é necessário não medir esforços para zelar pelo funcionamento do Suas não é que a gente nunca fez que a gente não tem que fazer, quando várias cabeças pensam é sempre muito importante, às minhas reflexões e alguns encaminhamentos, primeiro a prestação de contas no Feas já tinha passado por aqui e eu vi que alteraram algumas datas, aí o Rodrigo justificou a de julho considerando a fala do coordenador mas a gente tem um regulamento que fala da prestação de contas trimestral e tinha ficado acordado no ano passado que a prestação de contas se daria pós trimestre então nós teríamos aí a prestação de contas acontecendo em abril, julho, outubro e janeiro, eu estou enganada? . Rodrigo: A resolução diz que a Sedese tem 30 dias posterior ao trimestre para elaborar e apresentar ao Ceas, foi a última resolução que a gente fez, a última semana do mês seguinte. Juanita: Eu entendi então eu que perdi essa parte mesmo, e tem outra questão aqui que está pedindo para o plano de aplicação em junho eu vou pedir pra trazer isso pra maio presidente, porque junho nós estamos praticamente no meio do ano, então eu queria pedir para gente passar nesse pleno que o plano de aplicação do Feas para 2019 seja a partir do mês que vem já vem para plenária para a gente deliberar sobre ele, o outro encaminhamento é que a gente tem metas da conferência se eu não me engano 5 metas da conferência que é sobre financiamento, nós temos que colocar isso no nosso planejamento e aí eu queria que a gente colocasse ela na mesma data da análise da prestação de contas porque as coisas comungam, então monitorar as metas da conferência de orçamento é claro se eu não me engano são 5 que foram aprovadas no mesmo período que a gente for analisar a prestação de contas do Feas, aí colocar nos meses que está a prestação de contas, e um outro encaminhamento eu penso que a gente deve disseminar esse calendário para os conselhos municipais, a gente fazer um ofício para o conselho apresentando o planejamento da comissão recomendando os conselhos que façam seu planejamento anual da comissão de orçamento ou do monitoramento da fiscalização dos recursos do fundo e inclusive a gente colocar algumas questões importantes para eles observar quando for fazer o planejamento do colegiado, como verificar o saldo em conta, solicitar a suplementação do orçamento do município, solicitar planos de aplicação, datas de prestação de contas, enfim, isso tudo aqui a gente colocar como recomendação para os conselhos municipais, eu acho que a gente nunca pode perder o foco disso, presidente, era isso. **Rodrigo:** Brilhante Juanita. **Patrícia**- Cmas Nova Lima: A partir da sua fala presidente sobre a deliberação LDO eu fiquei em dúvida sobre a liberação da PPA ele vai passar aqui pelo conselho vai ser submetido porque até 30 de setembro eu não vi no planejamento, eu não reparei e em cima da fala da conselheira Juanita eu queria fazer uma sugestão de repente de passar pela comissão de apoio porque já tem alguns municípios que já possui o planejamento eu vou dar como exemplo do município de Nova Lima o fundo nacional até pegou o do conselho e colocou no blog do **FMAS** de boas práticas porque já tem o calendário anual de LDO, Loa, prestação de contas trimestral todas as ações não só da comissão de financiamento é um plano bem extenso assim, já tem as datas que geralmente são as mesmas e de repente a comissão de apoio possa dar uma avaliada para poder utilizar esse instrumental para todo o estado e compartilhar também. **Francielle**-Fórum dos trabalhadores de BH: Eu

queria em cima da fala da Juanita, que ela disse para mandar o calendário para os municípios aí eu queria perguntar seria esse planejamento aqui esse calendário porque se for eu acho muito importante incluir o mês que vai apreciar a Ldo eu acho que é muito importante é uma prática muito importante nos conselhos e já que o Ceas ele reconhece que deixou essa prática e que precisa resgatar isso é importante que ele incentive os municípios também a fazer essa apreciação porque a LDO é o que o Rodrigo disse, ela dá as diretrizes para a política e muitos municípios ele fazem parte da construção da Loas mais não fazer parte da LDO e isso é muito importante e talvez incentive os municípios também. Rodrigo: Mais alguma questões conselheiros, a Juanita trás alguns encaminhamentos, precisa discutir ponto a ponto ou eu posso colocar em votação. Claudinha-Sedese: Boa tarde eu preferia que se pudesse manter o plano de aplicação em junho mesmo, isso foi amplamente discutido na reunião é o que a gente enquanto gestão acredita que vai ficar melhor entendimento a gente está numa série de negociações com o governo até mesmo por questão de recursos porque a gente sabe que está escasso, então eu acho que esse e mais um mês que a gente ganharia para as discussões para as negociações ia fazer diferença pra trazer as informações pra vocês, esse foi um prazo que até a nossa subsecretária pediu e estava todo mundo lá concordou com ela e eu também porque eu acho que é o prazo mais viável, inclusive no ano passado foi nessa época do ano que a gente trouxe o plano de aplicação também porque tem muita coisa ainda em discussão inclusive em questão de recurso que inclusive não vai ser suficiente trazendo em maio. **Rodrigo:** Eu queria antes de continuar com a discussão que explicasse para os conselheiros, eu não sei se todo mundo aqui tem clareza do que é o plano de aplicação? Sabem conselheiros? Então a gente pode votar? Não? Então por favor Claudinha e quem quiser contribuir também explica pra gente o que significa, qual o impacto desse plano de aplicação, o que é o plano de aplicação, que tipo de trabalho que ele dá, porque ele não pode ser apresentado. **Claudinha-Sedese:** Na verdade a gente faz a Loa quando a gente senta e discute a Loas, PPAG aqui no Conselho a gente já está mais ou menos dizendo com o que vai gastar a gente não tem detalhado mês a mês mas a gente diz, nós vamos pagar 12 parcelas do piso, a gente vai pagar, nós vamos pagar 12 parcelas do piso variável, então ali já tem a Loa onde a gente define recurso e meta, o plano de aplicação é dizer como isso vai ser feito, inclusive a gente tem orçamento na Loa estimativa de receita que a gente trás para o conselho a medida que a gente vai recebendo vai executando, então o plano de aplicação é um detalhamento é colocar o conselho mais próximo do que a gente vai fazer, conforme eu disse com essa questão ainda do recurso financeiro do estado esse movimento que a gente está fazendo pra poder conseguir mais recursos pra assistência pra não ter tanta perda essas coisas todas ainda está em negociação porque todo mundo está vendo então tem a saúde, educação e até mesmo a AMM você viu que na assistência eles vão fazer um trabalho para reforçar a assistência, então tudo isso a gente vai ter mais conteúdo para colocar no plano de aplicação se a gente deixar para junho, plano de aplicação é dizer como a gente vai fazer aquilo tudo que a gente planejou aqui na Loas junto com vocês. **Rodrigo:** Em discussão, Juanita. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu vou aqui defender minha colocação porque eu acho que tem que ser em junho e também contribuir com a fala da Claudinha com relação ao plano de aplicação do Feas, na verdade o plano de aplicação ele é um regramento disposto na 4.320 que trata de recursos captados e colocados em fundos especiais no caso do fundo da assistência é um fundo especial e lá fala desse instrutivo desse instrumento então como a Cláudia falou nós temos uma previsão orçamentária que pode ou não entrar recursos durante o ano considerando aquele planejamento que foi feito e o planejamento também é óbvio

que ele não é estático, o gestor vai falar conosco quando que ele vai gastar aquele recurso e de que forma, ele é extremamente necessário e a gente não pode deixar ele pra junho porque junho nós estamos praticamente no meio do ano, o semestre já passou então assim, se não vai acontecer nada no primeiro semestre é só colocar lá no primeiro semestre que não tem previsão de execução, mas que tem que vim pro Ceas com antecedência eu defendo que deveria ter vindo inclusive na primeira reunião do ano e não em junho, nós que demoramos a cobrar acho eu inclusive que isso não deveria nem ser cobrado pelo conselho isso é uma responsabilidade da gestão, entretanto na comissão de orçamento a gente tem que cobrar mesmo que é o nosso papel, então vamos pegar uma rubrica do orçamento, um programa em uma ação que é a vigilância socio assistencial a gente sabe que tem um recurso lá por exemplo 500 mil reais a Sedese tem que falar conosco como que ela vai gastar esse recurso, com que e quando que ela vai estar gastando se é com capacitação, se é com diária, e não quando a prestação de contas chegar a gente não ficar tentando entender, então isso é mais um instrumento de controle de fiscalização dos recursos instituído no fundo, e aqui eu defendo pra ele ser mantido em maio e tardiamente eu quero colocar novamente. **Rodrigo:** Eu concordo com você Juanita eu queria entender pelo que eu tenho visto nessa gestão esse planejamento ele já está pronto, essa gestão imprima muito por planejamento estratégico, por meta, por resultado então ele já está pronto eu acho que é uma questão de meta de reajuste, por que senão eu não acredito que essa gestão está trabalhando com o que está acontecendo entendo o caos que está principalmente quando eu digo o caos não é só a questão financeira eu estou dizendo questão de barragem, de Brumadinho, eu estou querendo colocar tudo que chegou esse ano junto com a nova gestão, não é o melhor dos mundos não é fácil você lidar com um cenário desses, mas o que eu tenho visto é uma gestão muito organizada. **João-Cmas Pirapora:** Eu queria tirar uma dúvida com a Claudinha e parte disso a Juanita já falou aqui mas eu queria também que a gente pensasse um pouquinho quando a gente discutisse alguma coisa de instrumento de gestão aqui nesse conselho a gente pensasse também remeter alguma coisa para o interior para os municípios principalmente os de porte pequeno porque eu lembrei aqui agora que ontem na discussão de nossa comissão quando o Rodrigo citou a situação de não discutir aqui eu nunca vi discutir aqui e nem o conselho da criança a questão da LDO mas é sério então esse conselho tem que aprovar a política, mais a gente não discute a LDO que faz os apontamentos aí eu também fiquei imaginando a dificuldade que a nós temos de entender isso lá no interior esse ano pela primeira vez eu como presidente do conselho de saúde e meu amigo Reginaldo como presidente do conselho de assistência nós falamos olha se não mandar pra gente em janeiro a LDO nos não vamos discutir porque nós estamos num conselho novo que ninguém sabe o que é isso ,então eu estou pedindo aqui gente que a gente possa também eu não sei se Sedese ou Ceas e Sedese juntos está remetendo alguma orientação para os conselhos municipais porque com sinceridade a gente não consegue discutir isso no interior não consegue, se tem conselhos que consegue eu fico aqui enaltecendo isso porque a gente é passado pra trás, não se discute o que chega pra discutir pra nós lá é um negócio que eu também não sabia que, vim aprender isso no ano passado, que é um documento que o gestor fala bem assim, é decreto ou é portaria não sei, apontando lá, aponta receitas e fixa despesas, eu recebi isso no ano passado e fiquei o que é isso meu Deus do céu e eu também nunca vi a gente discutir isso aqui então eu não sei se é uma prerrogativa do estado ou se é do município mas eu quero que os municípios entendam o que estão fazendo porque a gente está votando coisas lá as vezes no interior principalmente no conselho da assistência sem saber o que estamos votando

haja vistas a questão que foi levantada aqui da situação lá de estar usando a frente do trabalho como política e aí eu falei precarizando a situação dos trabalhadores e muitas coisas que a gente discute aqui que quem está aqui consegue entender mas quem está no interior não sabe. **Consolação:** Eu queria chamar a uma reflexão que eu estou fazendo então eu quero fazer essa reflexão alta e eu estou aqui pensando, vendo em que ponto eu posso estar caminhando para uma razão ou um lugar que possa ser bom para essas situação, no sentido de que a gestão é uma gestão nova eu penso que existem 2 situações a gente sempre fala que situação que a gente está falando que lugar que a gente está falando e de que situação, nesse momento que a gestão iniciou que ela estão tomando pé de uma série de questões que os planejamentos ainda está sendo feito a gente está sabendo isso tudo que está sendo feito está sendo, isso conseguiu isso não conseguiu, nós estamos já batalhando pra isso que está conseguindo aos poucos dar algumas respostas em relação a própria assistência, vê aí o piso da forma que conseguiu resolver nesse primeiro momento, e aí eu pergunto então nesse momento que a gestão está chegando não seria o caso de realmente ter um tempo maior para essa elaboração? Porque são pessoas que estão realmente pegando o orçamento que está sendo disponibilizado a gente sabe aos poucos, tem pouco tempo que saiu o decreto falando inclusive de limites orçamentários, eu penso que nesse primeiro ano sabe João, até quando você cita o seu exemplo do município você me fez ser foetides também porque quando você tem uma ação já continuada por exemplo talvez o segundo ano eu não acredito que essa data ela tenha que ser, agora você já sabe desde o início então você faz um planejamento maior porque há uma continuidade agora pra que está chegando eu fico pensando se realmente em virtude de tudo da secretaria a gente sabe da questão de recursos humanos, a gente tem acompanhado tudo que está acontecendo a sobrecarga mesmo, as elaborações que estão vindo, a gente viu até do próprio conselho a gente começou esse ano também em março pela da mudança, então entendendo isso eu pergunto se nesse caso, nesse ano, especificamente não seria o caso desse tempo até junho dessa programação considerando a fala da Claudinha que está esperando inclusive essas informações para compor essa programação? Eu fico pensando que talvez seja e que no próximo ano acredito eu que a gente tenha um calendário inclusive diferente que é a questão que é incluir a própria LDO um outro calendário de referência e que nesse ano seja isso, é uma reflexão. **Paulo-Seplag:** Eu estou percebendo aqui que a gente está se referindo a 3 peças tidas como de planejamento e talvez alguns saibam outros não, então talvez seja interessante tentar esclarecer essas 3 peças mais ou menos a época que elas funcionam e o que elas fazem, eu estou me referindo da LDO, da LOA e do PPAG, cada uma é uma exigência legal está na constituição e tem que ser feita, e cada uma cumpre o seu papel, no caso da LDO ela trás umas metas e prioridades de uma maneira mais geral assim como a questão fiscal que é uma expectativa de quanto que o governo vai arrecadar para poder gastar e aprovar na LOA é nesse momento, está acontecendo agora nós estamos em abril, o governo está se esforçando de buscar em todos os órgãos as arrecadações que eles tem em mente e que são viáveis em outras épocas se trabalhava super estimando o que ia arrecadar e não aconteceu que é os créditos humanos, então a gente está colhendo nesse momento o que todos os órgãos do estado em termo de arrecadação quanto que é possível, quanto se deve é uma projeção feito isso é encaminhado até maio e isso vai ser discutido, vai se tornar em lei a LDO na assembleia depois dessa primeira peça vem a segunda que a gente chama como importante que é a Lei orçamentária anual que é discutida também nas assembleia no estado o início da discussão dela normalmente é em junho, julho que começa a ter, é isso que o João estava falando, é uma lei, lei orçamentária, é nela que

ela fala que estima as receitas e fixa as despesas na tentativa de manter o equilíbrio então diante de uma possibilidade de arrecadação é o que a gente tem que distribuir para gastar é uma lei e essa lei, o executivo tem por prioridade e prerrogativa de fazer essa lei e encaminhar para a assembleia, nesse momento quanto o estado já tem uma expectativa de quanto tem para distribuir e na reunião a Claudinha também falou, o estado começa a distribuir os limites, o que a gente chama de limites, quanto que consegue distribuir é o primeiro momento em que se há uma repartição dos valores que a gente vai poder trabalhar, cada secretaria, cada órgão, recebe sua fatia que como a gente está sabendo todo mundo tem plena ciência disso, a situação está delicada e a gente tem muitos ocios que a gente tenta superar, mas feito isso o estado dedica uma parte em cada unidade ela trabalha em cima do que ela pretende fazer, as metas, os objetivos, os programas, a revisão e nesse momento faz a revisão de programas, ações que nessa fase no caso a Sedese, e todas as outras se debruçam para que sejam contempladas a maioria das ações que você entendeu como importante, eu vou dar uma deixa aqui também, que nesse momento no caso do estado a Seplag está sendo plano piloto está tentando implementar isso deve ser lançado para todas as outras depois o que está sendo chamado de orçamento base zero, que é uma tentativa de se dedicar, de entender aquilo o que é limiar, importante que tem que ser feito o mínimo e aquilo que você consegue incrementar na medida que for sendo possível, nesse momento então quando a secretaria assina o número de votos desse documento é unificado e daí é tido a proposta do executivo e isso acontece o que, quando ele já vai encaminhamento em setembro pra assembleia então nesse momento cabe ao Ceas a participação, é por isso que eu vejo lá quando se discutiu sobre a LDO no primeiro momento eu penso que nesse segundo que está se discutindo a Loas em si lá eu acho que tem um espaço rico para o Ceas se fazer presente, se manifestar e tentar se enxergar dentro da proposta que é própria secretaria, os problemas que o fundo vai apresentar, o Ceas se enxergar ali é o primeiro momento mas ainda não é o único, essa proposta do executivo é enviada em setembro e segue pra plenária na assembleia e lá 3 meses fica discutindo e ainda sim entra também segunda a possibilidade que o Ceas sempre através das emendas dos deputados, é nas lidas do deputados isso é muito comum a gente ver a área social muito presente, é no segundo momento sim que a gente consegue junto aos deputados de forma individualizada inclusive a legislação agora ela está dando um caráter pras emendas dos deputados, o que é emenda dos deputados para aqueles que estejam um pouco distante? É um recurso acordado que o executivo disponibiliza para a assembleia para o legislativo cada deputado tem um valor eu não sei se eu estou certo de falar 5 ou 4 milhões, tem um valor que o executivo disponibiliza para que ele seja executado e é esse valor que o deputado de forma individualizada consegue identificar as bases, aquelas que se manifestarem que pedirem e aqui a assistência social ainda bem que ela se faz presente a gente vê lá em muitos momentos além da parte de forma individualizada também a comissão de participação popular e aí não é de um deputado vai depender da movimentação na assembleia e aí eu vou lembrar de novo porque em meados de novembro, início de novembro a assembleia abre as portas para chamadas audiências públicas, vocês já devem ter ouvido falar também e já se fizeram presente, esse também é outro momento muito importante ainda vindo da área social de participação em que vocês conseguem colocar de alguma forma seus objetivos lá presente na emenda dos deputados ou da comissão, então eu acho interessante mencionar as 3 peças de planejamento e no momento que vocês tem que botar estrelinha e abrir os olhos que eu acho que é de forma eficaz é ali que tem uma participação mais efetiva. **Rodrigo:** Obrigado Paulo, Sandra. **Sandra-Cmas Montes Claros:** Eu gostaria de reportar a fala da Consolação

ela não está aqui mas eu queria dizer o seguinte, na administração pública eu vou falar o óbvio aqui, na administração pública não tem interrupção de serviços, ele continua independente de quem entrou se é A ou B não tem interrupção e aí eu pergunto nós deixamos de pagar alguns impostos, o estado deixou de arrecadar? não, então o que eu penso, eu penso que o plano de aplicação ele tem que se apresentar no início do ano, se deixar pra frente vai chegar no meio do ano, no meio de 2019, então assim, existe toda uma burocracia do estado administrativo que faz o trabalho fuir, e nós não estamos cobrando isso não é de quem está chegando não é de quem já está, o estado tem funcionário efetivo que está lá e que está fazendo o serviço, quem chega, compreende, aprimora e toca o barco pra frente, então assim eu não sinto que precisa desse tempo eu acho que a questão é que se deixa muito para o meio do ano, eu não sei, vamos ficar abrindo excessão, acho que nós temos que pensar que a administração pública ela anda ela não fica parada não, se tem algum impedimento aí que eu acho que não tenha então tem que dizer qual é o impedimento pra nós. **Claudinha:** Gente, essa questão é que eu estou lá no fundo eu sei o que tem que fazer, nós temos que pagar piso, só o que acontece, a gente tem um novo secretário, um novo governador e tem questões que são de gestão e estão na esfera deles, eu não posso dizer assim nós vamos fazer um planejamento em maio mas se não tiver diretriz da secretária que o planejamento vai ser feito dessa forma a gente não pode colocar no plano de aplicação por isso que a gente pede um prazo maior para que o secretário neste momento tenha tempo de planejar e que mês que a gente vai fazer porque a gente tem que vocês o planejamento em mês, não tem uma secretária nova a rotina a gente vai nela, vai pagando, vai fazendo, vai fazendo plano de serviço, vai fazendo o demonstrativo, a reforma administrativa não saiu ainda, a gente ainda está negociando recurso, mas se a intenção for em maio não tem problema não a gente faz, a gente pediu o prazo de junho foi para fortalecer, ter mais informações para colocar no plano de aplicação, ficar mais próximo, por isso que a gente pediu de acordo com o que a gente acha que vai dar conta de fazer e trazer mais informações, mas se for decisão do conselho trazer em maio a gente trás ou no princípio do ano só que a do princípio do ano vai ser basicamente a Loa, nós vamos pegar a Loa dividir em 12 meses e trazer pra cá mas eu não acho que é assim, o plano de aplicação é nosso planejamento, é o que a gente vai apresentar para o conselho, então eu acho que ele tem que vir bem fortalecido, mas se vocês podem ficar a vontade o que vocês falarem a gente vai cumprir direitinho. **Márcio Caldeira-**Assprom: Eu acho que essa discussão da aplicação ela é complexa no conselho eu vou pegar aqui pela minha experiência de entidade, todo nosso planejamento, orçamento, ele tem que ser aprovado no ano anterior ao exercício para que no início do ano ele já tenha a minha visualização daquilo que eu tenha que fazer e acredito eu que as grandes empresas trabalham nesse perspectiva, o estado trabalha numa lógica diferente começa a executar, depois começa os planejamentos, ou seja tem algo aqui que é da cultura do público nesse sentido, faz parte de todo processo da engenharia política que está por trás desses orçamentos, enquanto política pública que a gente está trabalhando aqui é numa perspectiva de tentar alinhar ações clara para o conselho e o conselho ele precisa de ter elementos para que ele possa executar a sua ação política, executar as suas atribuições, o conselho ele dá o tom para os 853 municípios o que a gente precisa realmente é ter clareza das nossas ações, os conselheiros anteriores aqui sabe que na gestão passada das dificuldades que a gente teve, esse ano a tendência é uma tendência conjuntural econômica complexa e a gente não pode incorrer na mesma situação que a gente viu no ano passado, por isso que a gente precisa de elementos concretos para que a gente possa apontar os nossos caminhos, então acho que nesse sentido eu penso com muita clareza que a gente ter

que na mesma brevidade possível à apresentação do plano que está sendo colocado aqui, eu acho que esse é um planejamento que o conselho precisa ter, a nossa ação é uma ação política, nosso conselho aqui é um conselho de fiscalização, acompanhamento, fortalecimento da política, acho que nesse sentido que a gente está colocando, que se a gente for seguir um rito do estado será que realmente em junho nós vamos ter esses elementos com toda essa conjuntura que está sendo colocada, não sei? Aí mais tardiamente a gente vai ter condições de tomar decisões, acho que nesse sentido eu parto de um princípio que a gente tem que realmente solicitar que seja apresentado no mês de maio esse plano de aplicação de recursos. **Rodrigo:** Podemos encerrar conselheiros, eu acho que os argumentos, contra argumentos já foram colocados, então nós temos 2 propostas: trazer ele para maio e a manutenção dele em junho, então eu vou colocar em aprovação dele em maio e os contrários quem quer permanecer em junho vote ao contrário, dá para entender, estamos esclarecimentos, quem for contrário não vota agora, quem aprova os encaminhamentos da comissão com as considerações da Juanita, Francielle fez, inclusive a alteração dele para maio, foram feitos alguns encaminhamentos, retoma pra gente Rosa por favor, está ruim para mim aqui, faz favor. Rosa-Técnica da comissão de normas: Deliberação da plenária, monitorar as metas da conferência trimestralmente, ofício ao CMAS que coloca em suas discussões para conferência metas deliberadas, o saldo em conta do fundo municipal, a suplementação do orçamento, a aprovação do orçamento para o ano seguinte, aprovar o planejamento anexo, a LDO em maio, ofício a assembleia legislativa para seplag solicitando a inserção de textos sobre não contingenciamento do recurso da assistência social, ofício para secretária com cópia para Janaína considerando o termo de acordo que o governador aprovou para tratar o passivo da saúde e da educação e segurança solicitando que seja inserido também o passivo da assistência social, piso mineiro, rede cuidar, lembrar dos 3 meses que não foram empenhados e liquidados em 2018, e a plenária acrescentou esses encaminhamentos da comissão, monitorar as metas da conferência estadual trimestralmente e encaminhar ofício ao CMAS que coloca em suas discussões para as metas deliberadas na conferência anterior, o saldo em conta do fundo municipal, a suplementação do orçamento e aprovação do orçamento para o ano seguinte. **Rodrigo:** E tem o ofício para a secretária Elizabeth Jucá pedindo que envie esforços de encaminhar a LDO para apreciação e deliberação desse conselho em 2020. **Rosa:** Eu vou acrescentar isso agora. **Rodrigo:** Alguma contestação sobre algum encaminhamento? Então ok. Se a gente aprovar da forma que está, questão de ordem. **Márcio Caldeira-Assprom:** Questão de ordem presidente só para a gente fazer encaminhamento dividir em 2 propostas, essa aí que contempla todas as questões do encaminhamentos e a única que deu essa divergência à relação, só para ficar mais fácil a votação. **Rodrigo:** Então o Márcio pede para gente votar separadamente a questão da alteração do plano de aplicação para maio, acho melhor mesmo vai dar menos confusão, então quem aprova os demais encaminhamentos da comissão com os demais acréscimos, contrários, abstenções, então aprovado, agora conselheiros quem aprova a alteração do plano de aplicação para maio, contrários, Paulo, Cristiano, abstenção, Sara absteve, então alteração aprovada para maio. Comissão de apoio, neste momento rapidamente eu passo a presidência para a 1ª secretária. **Arlete-Graal do Brasil:** Nós já tivemos a apresentação de 2 comissões na parte da manhã e agora a gente retoma o trabalho das comissões com a comissão de apoio com o coordenador Isac. **Isac:** Boa tarde, obrigado Arlete, para todas e todos a comissão de apoio reuniu ontem em junto em 2 momentos, num momento com a comissão de normas e outro tempo com a comissão de política para tratar de alguns temas que eram

comum para essas comissões, assuntos diferentes para essas 2 comissões, tivemos também a participação de membros da Sedese para discutir alguns pontos só que nós não tivemos nenhum ponto que fosse para deliberação da plenária e pensando nisso até para recomendação do nosso presidente, a gente decidiu alguns pontos que não eram deliberação para não tomar tempo da plenária, eu só vou passar um informe que eu acho muito relevante não que as outras discussões não sejam e outros membros da comissão que quiserem acrescentar alguma coisa fiquem a vontade, só referente à questão da capacitação do município de Brumadinho era também uma discussão que foi feita e parece que teve uma aprovação da plenária anterior para que fossem os conselheiros fazerem a capacitação lá a gente escolheu ontem quais seriam os conselheiros, seria a Dona Arlete pela comissão de apoio e o conselheiro Márcio pela outra comissão lembrando que já está na região metropolitana e eles vão tentar fazer isso o mais rápido possível para que atendam o conselho municipal de Brumadinho, esse que eu achei mais relevante se alguns outros conselheiros quiserem fazer mais algum outro comentário fiquem a vontade, a Juanita está perguntando se o conselho tinha solicitado, pelo o que eu entendi tinha solicitado lembrando que na reunião do mês passado eu não participei porque eu estava na Amazônia eu cheguei aqui na plenária e é o que a gente está passando. Não tem pontos para deliberação. **Juanita:** Eu queria só fazer uma reflexão para a secretaria executiva e para os conselheiros que vão apoiar o conselho municipal de Brumadinho, lá tem uma situação atípica, o conselho de lá tem uma resolução que versa sobre a inscrição de entidade e ela é em desconforme com a resolução do Suas, lá coloca como responsabilidade das entidades apresentar para o conselho além do plano de ação, relatório de atividades, enfim, da documentação que a resolução nº 14 de 2014 versa eles colocam ainda que a entidade deve apresentar alvará do corpo de bombeiro e alvará de funcionamento então a resolução deles prejudicam as entidades, nós estamos num momento do Suas muito delicado, as entidades estão passando por uma situação financeira muito dificultosa se a gente não fazer esforço para garantir que as entidades pelo menos mantenham o que ela já conquistou esse Ceas não pode colaborar com que as entidades saiam do painel do sistema a gente sabe que as entidades existem por causa de um vazio assistencial do estado no atendimento à população principalmente criança e adolescente, pessoa com deficiência e pessoa idosa, são as entidades e assistência social que garantem a proteção social para esses usuários eu falo isso porque a Apae de Brumadinho solicitou o conselho que deliberasse sobre a emenda do deputado federal Eduardo Barbosa para o financiamento do centro dia e o impeditiva do conselho é que as entidades não tinha apresentado esses documento ainda e a entidade estava numa inscrição irregular, então eu fui pessoalmente conversar com o conselho conversei inclusive com a Consolação na época que isso aconteceu, falei das não conformidade com as normativas da assistência e pedi para ele levar para a plenária para revogar esse artigo, se eu não me engano é o artigo 3º da resolução do conselho, eu tenho a resolução lá eu tenho o ofício que a federação fez solicitando eles pra rever a resolução e a gente sabe que isso tem um efeito meio assim isso acontece com os municípios e quando os municípios ficam sabendo que isso mudou inclusive a gente está numa conversa com a Sedese que também tem um entendimento muito parecido nesse sentido com relação às casas lares mas lá a nós estamos num processo de construção dessa ideia junto com a subsecretaria mas eu estou pegando a oportunidade porque nós vamos ao conselho municipal de Brumadinho para capacitar e não podemos nos furtar disso e caso a secretaria executiva precisar eu me ofereço para enviar o ofício que nós encaminhamos para lá e ofereço também para enviar a resolução do conselho sobre inscrição de entidades que está em desconforme. **Rodrigo:** Juanita, é impressionante

como que a situação mudou de um tempo para cá prejudicando demasiadamente as entidades, a gente sabe disso tenho acompanhado isso, e nas 2 reuniões que você não pode participar da sociedade civil nós discutimos inclusive isso, pensando no recurso que a gente tinha na questão de fazer o trabalho de fortalecer os fóruns, uma das iniciativas de fortalecimento os fóruns foi essa de trazer principalmente a vacância das entidades para o próprio fórum estadual numa iniciativa de fortalecer, a gente acha que isso dá um peso estratégico para as entidades, a outra questão dos fóruns estaduais como protagonista e a gente mesmo de pressão foi trazê-los para dentro da comissão organizadora da conferência e a gente discutiu também na ocasião como a gente utilizar melhor aqueles recursos que a gente tem para poder fazer os trabalhos que a gente fez no ano passado com os fóruns, usuários, trabalhadores e entidade como que a gente pode dar luz a essa problemática e como a gente pode otimizar isso fortalecendo as entidades e criando uma colisão uma forma, hoje está pejorativo a gente falar de resistência porque toma um ar partidário mas não é, a gente sabe que a resistência é porque a gente precisa lutar pelos nossos ideais, pela nossa política como você mesmo diz a gente não pode permitir que ela saia do painel do Suas, elas são mais do que parceiras então a gente precisa avançar nessa discussão aqui e rápido, fórum estadual de entidades, conclamos vocês representantes das entidades, a gente sentar aqui eu já tinha falado isso aqui com Márcio, o Elerson e outras pessoas na reunião para a gente sentar, desenhar junto com a secretaria executiva o que a gente pode fazer para fortalecer as entidades sobretudo no estado, o que a gente precisa fazer, quais atores a gente vai chamar porque sozinho a gente vai perder ainda mais então estou disposto a gente precisa dar luz nisso, então estou ao comando de vocês para gente utilizar o Ceas não pejorativamente, utilizar o Ceas para criar essa resistência necessária e fortalecer as entidades, e essa questão de Brumadinho nós tivemos com o conselho municipal detectamos uma série de questões essa eu não sabia ainda, outrora você já tinha falado isso aqui também mas eu não me recordava estou lembrando aqui agora, encontramos diversas questões no conselho de Brumadinho sentamos com o presidente cobramos dele no sentido de apoio inclusive, dizendo aonde que ele tem que ir com o conselho o que ele pode fazer enquanto presidente do conselho porque muitas vezes sinalizando inclusive que existem espaços que a gestão as vezes vai ficar atravancada, o conselho pode ir, intencionar e conseguir avançar no Suas na proteção aos serviços sobretudo porque agora está complicada a situação, a secretaria executiva tem dado apoio mais eu peço que pra comissão de apoio e os técnicos da secretaria executiva que tiverem dando apoio talvez a gente assessoria a eles, a gente voltar lá a Rosa está indo em curso lá e ficar atento e evitar esforços e ajudar nessa organização e tentar rever essas questões que estão cersiendo os direitos das unidades e contrariando a resolução nacional independente de gostar ou não de entidades você não pode contrariar uma norma está no regramento a gente tem que obedecer, então a gente tentar dar mais atenção e não só Brumadinho a gente tinha falado também de Itatiaiuçu, Barão de Cocais, outros municípios a gente tem que organizar uma forma o Ceas está presente, o controle social está lá, pra ver como está esse controle social e o que eles estão fazendo para apoiar o gestor e conseguir as vezes avançar nas negociações para com o controle. **João-Cmas Pirapora:** Antes da gente de sair par ao almoço eu até perguntei para o Helder como que a gente fazia para tentar orientar não é como forma de punir os municípios porque de repente gente esses conselhos também não tem nenhum tipo de capacitação para orientar e até para elaborar as resoluções aquilo que preconiza na leis tem conselhos e conselhos gente nesse estado que é um país é difícil da imaginar que o conselho lá de Pirapora ou lá de Janaúba ou lá de Espinosa que é na divisa da bahia com minas vai pensar ou vai ter a

qualificação da região metropolitana e olha que nós temos problema com os conselhos daqui eu estou trazendo aqui um questionamento do meu município, porque é um município que tem um monte de gente qualificado, capacitado mas que a gente também está invertendo algumas lógicas essa questão de colocar lá nas prerrogativas pra ser, pra fazer sua inscrição do conselho você tem que apresentar uma relação de documento uma relação de cuidado uma relação de isso e daquilo colocam lá que tem que ter laudo de tudo e isso não é uma particularidade desse conselho de Brumadinho não ou de alguns aqui não, é quase no estado inteiro parece que estão num cola, cópia danado e aí eu estou falando isso porque 1 mês atrás eu reuni com 11 entidades que recebem recurso de convivência e fortalecimento de vínculo e olha o que acontece, Pirapora fechou o ano passado com mais ou menos R\$500.000,00 em conta no caixa da assistência porque teve uma denúncia alguém denunciou lá para o MDS e a secretária entendeu que não podia gastar esse dinheiro enquanto não fizessem o tal do chamamento público e as entidades começaram a me pressionar João como é que vocês resolvem isso, como o conselho vai nos ajudar, eu falei olha a gente tem que levar para o conselho e trazer pra vocês numa forma de orientar mas não de punir também o município porque de repente o secretário e a secretária podem até não estar repassando os recursos porque tem medo de ser penalizados lá na frente mas é inadmissível a gente deixar passar e aí eu quero remeter essa cobrança a comissão de apoio aos conselhos porque pode ser que não seja só nosso município que está com medo de repassar o dinheiro porque não fez o edital de chamamento público, porque seleciona e aprova aquelas entidades que estão capacitadas a fazer a execução do programa dos serviços, o que eu estou falando aqui é que não dá para a entidade passar o ano executando serviços sem receber o recurso e o recurso ficar no caixa do município então eu estou propondo que esse conselho encaminhe alguma coisa orientando os municípios principalmente aos gestores principalmente no interiorzão mesmo o que deve fazer e como deve fazer para repassar os recurso porque gente é complicado não dá para você fechar o ano com R\$500.000,00 e não repassar durante o ano o recurso que é das entidades, e essa cobrança me foi feita por 11 entidades que executa esse serviços, então eu estou imaginando, 3, 4 mil mensal para uma prefeitura não vai fazer falta mas para uma entidade que cuida de criança e adolescente faz uma diferença danada tem entidade que até parou temporariamente, então eu não estou entendendo porque nosso município não repassou, eu quero que a gente orienta não é como forma de punição não gente, porque de repente tem essas questões que eu estou trazendo aqui da própria pessoa da gestão não entender, então eu estou trazendo isso eu queria ter ido ontem na comissão pra fazer essa discussão porque eu acho e eu entendi que isso não era uma prerrogativa porque ela me pediu enquanto membro da comissão de finança eu falei não eu acho que a gente tem que remeter isso é para a comissão de apoio de conselho e fazer alguma orientação nesse sentido é muito triste eu estou vendo companheiros nosso eu presido também uma federação comunitária em Pirapora e a gente fica triste porque são as entidades não é nenhum serviço nenhum programa de governo que está deixando de ser executado é o trabalho das entidades que estão sendo prejudicado e são de onde? E usuários sem serviço e aí fica mais triste ainda, então eu não sei como vamos resolver isso Rodrigo mas eu estou trazendo isso como forma de indignação porque assim a gente vai punir o município ou o gestor? Não, a gente tem que orientar porque de repente ele não sabe o que ele está fazendo ali, e no nosso caso a nossa secretária é bem assim, ela foi colocada lá mas não é da área, ela não é do meio, ela não consegue nada, então a gente tem que fazer alguma coisa para ajudar, o que tem que ser dito deve ser dito, começa pelo meu próprio município. Rodrigo: obrigado João, Consolação, Helder e a gente pode encerrar no

Helder. **Consolação:** O Isac falou da decisão das comissões em relação de ser 2 conselheiros me parece seria os 2 conselheiros e também não sei se teria alguém da secretaria executiva, eu queria chamar atenção gente, é um papel chato, o meu mas é o papel mesmo em relação ao próprio orçamento da questão do conselho, essas definições da capacitação quando a gente fala em propor 1, 2 pessoas que ela seja atrelado a metodologia até para gente justificar a questão da saída e a gente está pensando numa metodologia eu dia entendido internamente inclusive com a Rosa que a gente teria condições de fazer essa capacitação com 1 conselheiro e 1 técnico da secretaria executiva, porque seria uma capacitação de 1 dia com o conselho, esse era o meu entendimento então eu estou externando aqui porque não era uma única capacitação que a gente vai ter, era só um apoio ao município de Brumadinho inclusive tem outros municípios está sendo pensado inclusive um apoio, uma ida chamada aqui da gente pensar como otimizar mesmo essa questão então eu acho que aquilo de repente nessa vão 2 e na outra capacitação em outro município 1 técnico com 1 conselheiro e aí a gente vai otimizando inclusive o orçamento do conselho. **Rodrigo:** Só para me clarear aqui Isac essa capacitação que está falando é que o Ceas vai fazer para o conselho eu saí na hora mas é a capacitação piloto que a gente tinha proposto aquele dia da reunião com o Ministério da Cidadania quando a gente teve reunião lá, que a gente tinha se prontificado a fazer. **Isac:** É isso mesmo lembrando que eu não participei da discussão das comissões no mês passado mas o que eu entendi é que havia das 2 comissões uma perspectiva de participar 1 conselheiro de cada uma das comissões e membro da secretaria executiva e que teria sido discutida na plenária passada e pegando essa questão do recurso em si a gente tomou o cuidado inclusive de não indicar 2 conselheiros do interior, nisso o Márcio que está na região metropolitana estaria o que pouparia alguns gastos então as 2 comissões fizeram essa discussão e é com base que a gente mantém o nosso pleito. **Rodrigo:** Ok Isac, eu queria entender porque eu acho de como é a capacitação piloto vai ser a primeira e como eu disse nós temos Barão de Cocais, Itatiaiuçu, Nova Lima, e tantos outros municípios, eu acho oportuno sim ir os 2 e eu acho legal ter tido esse cuidado mas nas próximas nós vamos ter essa observância porque a gente ter infelizmente o condicionamento de diária a gente tem que pensar nisso aí e nem é condicionamento a gente tem é um orçamento muito apertado senão a gente acaba comprometendo outras ações, então nesse piloto eu acho interessante inclusive agradeço o cuidado da comissão em pensar um do interior e um do metropolitano para diminuir esse impacto eu parabeno vocês é lógico o técnico da secretaria executiva tem que acompanhar, apesar de não ter sido falado mas é óbvio que tem que acompanhar e aí depois pra gente pensar. **Cristiano-Sedese:** É rapidinho só um comentário, aproveitando que está nesse assunto da capacitação, porque a Sedese junto com o Ministério da Cidadania deu uma capacitação lá em Brumadinho para os profissionais, todo mundo já sabe que a gente teve lá presente durante 30 dias direto, nossa equipe esteve lá a gente participou muito diretamente das ações que aconteceram lá não só em Brumadinho como em todos os municípios que vieram depois, inclusive Nova Lima, Barão de Cocais, Itatiaiuçu, Mário Campos, Itabirito e todos os outros então assim é só uma dica não precisaria nem falar mas é só uma dica que é assim durante o processo de construção dessa capacitação que eu fui para os profissionais lá de Brumadinho a gente fez questão o tempo inteiro de ressaltar a importância de se ouvir as pessoas do lugar, então assim é só um cuidado que é importante independente de qualquer coisa essa capacitação vai ser para conselheiros municipais é ir com muita humildade porque eles estavam lá eles vivenciaram as coisas que estavam acontecendo lá foi um negócio muito difícil muito complexo, muito pesado, pra não chegar eu tenho certeza

que não se vai com essa ideia, mas é só tomar esse cuidado para não parecer que vai chegar trazendo uma informação que eles não tem conhecimento nenhum, é lógico que isso não vai acontecer eu tenho certeza que não, mas as vezes é meio automático que quando a gente vai num processo de capacitação levar uma informação é só ter esse cuidado de saber que eles vivenciaram toda aquela situação, eles tem muita coisa pra dizer, muita coisa pra contar, muita coisa pra trocar experiência, só para ir com esse espírito de trocar experiência com as pessoas que estiveram lá e vivenciaram toda essa situação. Rodrigo: Essa capacitação é controle social, a Rosa quer fazer esclarecimento, pode falar Juanita e depois eu passo para Rosa. **Juanita:** Eu queria dar uma contribuição para secretaria executiva e para o conselheiro que vai, já que a gente está tendo essa oportunidade de falar sobre o controle social do Suas diretamente com os conselheiros eu acho que pra gente não fazer uma capacitação muito ampla comparando as normativas eu acho que a gente já pegar da realidade deles o que já existe então eu penso assim que a gente já tem hoje no âmbito do Suas o diagnóstico do controle social do município e pra gente pegar o senso suas 2017 que é o que já está disponível as informações do questionário do conselho municipal e tentar organizar a capacitação considerando os eixos que o questionário do conselho municipal pega, principalmente com relação a composição, com relação a inscrição de entidade, com relação a legislação no âmbito que se já tem lei que cria a política municipal de assistência, porque o questionário do senso suas de conselho fala sobre isso, a representatividade da sociedade civil, porque eu acho que falando mais próximo deles talvez a gente tenha resultados melhores, do que ser capacitações muito amplas assim considerando só a parte legal, é só uma sugestão. Rodrigo: Pode falar Rosa, depois de você Helder e Patrícia. **Rosa:** Eu penso que é importante os conselheiros ficarem sabendo que durante a reunião das 2 comissões nós tivemos presentes pessoas que tiveram o tempo todo lá em Brumadinho, que foi a Suzane, Gabriele e o Rafael, que são da Sedese então nós trocamos muitas informações com relação a capacitação, não vai ser capacitação vai ser uma orientação, uma conversa com o conselho municipal porque é como o Cristiano falou aqui, eles não estão muito aceitando essa ideia de chegar pessoas e capacitá-los, nós vamos ter um momento de troca de informações, nós vamos estar buscando dentro daquilo que eles estão necessitando a Sedese fez um formulário com eles de quais são as necessidades do município e uma das necessidades que eles apontaram foram o controle social, o conselho necessita de informações sobre o controle social então nós vamos estar levando isso, a partir dessa informação que a Sedese nos deu ontem nós já tinha planejado essa capacitação que vai ser o dia inteiro, nós vamos estar falando sobre o controle social, sobre a legislação e ontem na comissão que se eu tiver errada alguém poderia me ajudar, nós vamos estar acrescentando na parte das normativas e benefícios eventuais e agora quando as comissões concordarem a gente podia falar um pouco sobre de inscrição de entidades com eles, porque a comissão achou que aquilo ali era importante e um pouco de situação de planejamento levando pra eles também a experiência que o Ceas tem em relação à acompanhamento de barragens, nós não vamos falar sobre situações emergenciais porque foi isso que nos passaram, olha, já saíram da situação emergencial eles querem informações de como proceder agora, como que o conselho vai fazer o controle social e é isso que nós vamos estar levando, não é essa característica de situações emergenciais mais, nós vamos dar informações da rotina, do controle social, das normativas, e a experiência não com foco de capacitar mais a experiência que o Ceas tem em relação ao acompanhamento dos planos de assistência social para a população atingida por barragens, não de mineradora, mas sim de barragens, de negociação, de planejamento, diagnóstico qual esse olhar que o

conselho poderia ter em relação à essas situações, então essa vai ser a capacitação, não capacitação a gente mudou o nome para orientações eles pediram para a gente mudar o termo de capacitação para orientação, então vai ser mais uma troca de informações pautado naquilo que eles já apontaram nesse formulário que eles fizeram com a Sedese. **Helder:** Meu assunto é sobre o que o João levantou é sobre essa temática? **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu queria saber com a comissão não foi pensado na possibilidade dessa orientação do controle social não ficar restrito ao município de Brumadinho considerando que a gente está trabalhando também com as regionais eu queria dar uma sugestão de solicitar a Urcmas da região metropolitana que o próximo encontro de maio fosse realizado no município de Brumadinho e essa orientação sobre o controle social já que o foco não é barragens, que essa orientação fosse feita no momento da reunião das Urcmas eu conheço alguns conselheiros de Brumadinho alguns deles participam das Urcmas, essa solicitação deles é antiga em diversas reuniões das Urcmas em que nós nos capacitamos eles tem colocados essas dificuldades, Juatuba tem dificuldades muito parecidas, Sarzedo, vários municípios que são da região metropolitana que estão próximos de Brumadinho eles iriam e a gente conseguiria otimizar. **Rodrigo:** Algum comentário conselheiros, estão de acordo com o encaminhamento da Patrícia? **Patrícia:** Essa orientação fosse utilizado o espaço da Urcmas na reunião de maio que é a última terça feira do mês, a gente vai ter reunião da Urcma Metropolitana agora dia 30 de abril terça feira que vem, essa solicitação pode até ser colocada lá, e aí com a sugestão de que a reunião seja no município de Brumadinho porque é itinerante né, eles já estão esperando receber o Ceas para uma orientação, com os outros municípios seria uma troca de experiência também. **Rodrigo:** Eu acho que a gente inclusive otimiza, eu só penso o seguinte, primeira coisa a secretaria executiva vai ter que levantar lá em Brumadinho se eles tem a responsabilidade de receber a Urcmas, existe a questão do lanche mas não é condição se não tiver não tem problema, o ideal é que tenha, Brumadinho sabe porque eles participavam das Urcmas, tanto Felip quanto o Alisson eles eram assíduos na Urcma, então o Alisson é agora presidente do Conselho então fica bem mais fácil de articular. **Soyla-Cmas Paracatu:** Rodrigo, quando a gente fala sobre Brumadinho é um caso especial por isso que a gente teve esse respeito de ir até Brumadinho e falar os conselheiros vão até Brumadinho para poder dar orientações, e bem como disse a colega aqui realmente Brumadinho tem solicitado com certa urgência a gente até comentou isso dentro da comissão, que é uma urgência o atendimento tanto que a gente colocou uma meta de uns 15, 20 dias para fazer o processo, eu estou maravilhosa a ideia da Urcmas mas eu não sei se vai ser possível fazer essa articulação uma vez que agora já é final do mês mas o atendimento de Brumadinho é urgente também, talvez se marcassem para o meio de maio tem que ver também porque a Urcmas é um fórum e ela também tem o poder de decisão, então vamos ver se o parceiro vai querer parceria, mas é bacana demais a gente pensou em possibilidades virtuais e tudo mas isso a gente está deixando para o segundo momento que são os outros possíveis atingidos, que tomaram que não sejam os possíveis atingidos e a gente está fazendo um planejamento nesse sentido para atender até para ter materiais para estar poder estar passando para essas cidades e outra coisas que eu queria falar um pouquinho já aproveitando que quando a gente fala de capacitar um conselho a gente fala de ter uma abertura de fala, de conversar com os nossos, ter realmente uma conversa e falar assim, espera aí o Ceas está aqui, se vocês precisarem de qualquer tipo de orientação a gente está à disposição é trocar experiência, porque um conselho pra vocês que estão chegando de outras políticas, outras políticas não tem a obrigação de compreender a assistência, mas a partir do momento que um colegiado

tem governo e sociedade civil sentado numa mesa esse é o lugar de fazer política pública na verdade não é o governo que faz política pública sozinho não, quem faz política pública é essa mesa aqui, é esse colegiado que senta o governo e sociedade civil, por isso que a gente luta e a gente acredita que tirar a participação da sociedade civil é cruel é absurda e não é democrático então sentar nessa mesa é sentar vários saberes, entender que planejamento vai entender de planejamento, fazenda vai entender de fazenda, assistência vai atender de assistência mas todos acrescentam e nesse perspectiva que esse conselho vai até Brumadinho levar os diversos saberes, é essa a proposta da comissão. **Consolação:** Eu achei a ideia da Patrícia ótima, eu acho que aí junta, a gente poderia ter uma parte da manhã que a gente vai pensando que tipo de planejamento dessa conversa, na parte da manhã uma conversa específica com o município e a gente estaria otimizando inclusive pra outros que estão em risco a gente convidaria pra essa Urcmas que estão também na região metropolitana e a gente falaria com esses município inclusive dividir esse tempo acho que fica super interessante e conversar com o conselho municipal, ver o que ele pensa a respeito inclusive dessa espera eu acho que a gente tem que consultar até para o tempo é o próprio conselho que vai ser capacitado o que ele pensa dessa agenda e inclusive eu acho que levar a Urcma para o município é uma forma de fortalecer o município nesse momento então eu acho que casar essas duas coisas você fala você fez tudo, você inclusive otimizou toda essa questão da capacitação e investimento, eu acho muito legal e pegar isso e aproveitar esse momento e repassar eu acho que a gente pode tentar e dentro daquilo que foi planejado a gente faz uma programação e divide realmente o tempo, acho que fica bem aproveitado. **Rodrigo:** Eu devolvo para a comissão, o que a comissão decide para trazer pra gente para gente colocar em deliberação, se vocês acatam o encaminhamento, porque eu acho a gente entendendo muito o trabalho que a comissão tem feito e esse respeito à urgência que Brumadinho como a Soyla trás, vocês concordam comissão? **Isac:** Eu vou um pouco na linha da Soyla ali, eu acho que é uma coisa que a gente está devendo ao município, e um pouco mais do início da fala da Consolação a proposta é muito boa mas eu acho que precisaria de ter um acordo do município para que acontecesse dessa forma, mas eram 2 comissões discutindo o tema, pra mim é nesse sentido se o município achar que está contemplado eu acho que não tem problema nisso e a Urcma também, se os outros quiserem se manifestarem fiquem a vontade. **Rodrigo:** Então ver se pode ser isso Isac como proposta de encaminhamento ver com o município a possibilidade de receber a Urcma, e fazer igual a Consolação colocou na parte da manhã e tal, não havendo já fica deliberado a participação de 2 conselheiros porque não dá para esperar até maio pra gente deliberar de novo, não havendo essa possibilidade de construção fica mantido o encaminhamento de 2 conselheiros a Arlete e o Márcio e a secretaria executiva através da Rosa que estava organizando isso, pode ser conselheiros? **Arlete-Graal Brasil:** Eu estava aqui pensando eu falo ou não falo principalmente quando é o nome da gente que estava sendo citado e a gente está presente e a gente fica sempre pensando eu não quero fazer a política da defesa do nome eu quero defender a política da acessibilidade eu penso que o papel das urcmas são tão fundamentais, eu estou até falando igual a Soyla, porque na medida que a gente consegue fazer um trabalho que estão empoderando os grupos e que eles dão conta por si só no uso de suas vozes com responsabilidade fazer com que a política aconteça isso é um ganho para o Ceas e para toda sociedade e eu só quero voltar na fala de ontem com cuidado com o tempo né presidente que você disse e aí trazendo uma fala antiga que aqui todo mundo conhece: quem tem fome tem pressa, então é nessa perspectiva que eu coloco que é preciso

agir, porque de novo repetindo o que eu disse ontem Mariana já tem 3 velinhas de aniversário. **Rodrigo:** Arlete, eu fico muito preocupado mesmo, a questão de Brumadinho mesmo quando aconteceu nós ficamos esperando o momento de ir lá porque tem muita coisa para se resolver a gente viu a movimento de vários atores, Cress estava lá, Crp estava lá e outros atores participando e a gente entendeu que naquele momento era preciso viver o luto e os sobreviventes organizar a vida e aí então houve um momento da gente entender como que era o conselho mas eu acho que tardou, eu acho que nós fomos lá demoramos a ir nós não conseguimos ainda ir em Barão de Cocais, Itatiaiuçu, fomos em Nova Lima porque eu estou lá como trabalhador, é minha realidade, está dentro da minha casa, moro lá na cidade, mas a gente está pecando com o controle social nessa questão das barragens, concordo e a gente deve estar mais vivo e é muito pensando nessas coisas que eu fiz a rodada de conversa nas comissões para a gente dar a vida para esse conselho e trazer a vida real pra dentro desse conselho e a gente dar resposta à essa vida, espero que a gente consiga reparar os danos e as nossas fragilidades a gente entende que somos trabalhadores, somos pais de família também, temos os nossos limites, somos usuários, temos uma vida e estar de fora pra gente fiscalizar, acompanhar, estar aqui hoje não é fácil a gente abre mão de muita coisa, demanda muito da gente mas é um exercício a gente se colocou frente a isso e foi eleito pra isso então a gente tem que fazer um esforço para responder e é com esse sentimento Rosa que eu peço que esse levantamento seja feito que seja mais eficiente para o município e não mais confortável para nós do Ceas. Podemos caminhar assim conselheiros é para votação, conselheiros que aprovam o encaminhamento então, contrários, abstenções, ok agora tem a questão do João que o Helder veio falar pra gente também dar o encaminhamento. **Helder-Cmas Pedro Leopoldo:** É só uma preocupação mesmo temos a portaria nº 113 de 2015 do Ministério, que ela fala sobre a questão de suspensão de repasses e em consulta aqui em questão do município de Pirapora realmente João tem um acúmulo de saldos aí no valor de quase meio milhão, isso dá proteção básica e vocês não estão mais recebendo e o acúmulo total em conta de quase 1 milhão de reais, dentro da perspectiva da gente questionando aqui do conselho sobre a questão da falta de repasse os municípios sobrevivendo só quase com os recursos ordinários, eu acho presidente que é válida a colocação do nosso colega e vale realmente essa questão dessa contribuição se é uma dificuldade de utilização dos recursos porque o acúmulo de saldos aqui é enorme, são dados públicos e qualquer um pode acessar aqui são parcelas pagar só da proteção social especial que está acontecendo. **Rodrigo:** Helder me perdoa, me chamaram a atenção aqui, qual o encaminhamento mesmo? **Helder:** O encaminhamento, o próprio João chegou a colocar que não saberia que se seria dificuldade da gestão mas tem um acúmulo de saldos considerável no valor de 1 milhão novecentos e noventa e oito mil e tendo em vista essas dificuldades seria realmente de questionar o conselho, se o conselho está acompanhando sobre os gastos de acordo com a portaria nº 113 de 2015, ele trouxe aqui para gente o exemplo de Pirapora e também trouxe a preocupação de vários outros municípios que também podem estar na mesma situação com acúmulo de saldos. **Rodrigo:** Eu penso Helder é ótima a proposta do João, o encaminhamento que vocês deram, penso também que a gente pode encaminhar ofício para a Sedese para a assessoria técnica, eu penso que a gente pode oficiar a Sedese inclusive para a questão, não tem o qualifica, fazer a capacitação, a assessoria técnica a este município que foi levantada a questão aqui de Pirapora e a gente já preparar esse ofício, esse documento uma circular para os 853 municípios. **Juanita-Federação da Apae's:** Eu penso, eu queria fazer um encaminhamento presidente até porque o

João é nosso conselheiros então assim acho que não pode ser colocado no limbo comum e eu entendi que ele fez um pedido de socorro para esse Ceas, então eu penso com relação ao conselho municipal de assistência a comissão de apoio podia colocar o conselho na lista desses que vão ser atendidos com a capacitação até por causa do nosso conselheiro que é de lá e ele colocou esse pedido de apoio, acho que pra lá vai ter que ser um atendimento mais diferenciado e a gente solicitar a Sedese que oriente a gestão municipal com relação as dificuldades que ela está tendo para gasto do recurso e pelo o que João me falou execução da Mrosc que é a parceria público privado, então que essa parte ficaria pra gestão e a gente capacitaria os conselheiros com relação ao controle social do orçamento do fundo municipal, pode ser esse encaminhamento João, Te atende? **Cristiano:** Em concordo, é isso a gente precisa trocar informações, porque quando se fala de município eu penso se ouve alguma ação nos últimos 6 meses, 4 meses em relação a esse município porque quando vai ver alguma coisa teve, algum tipo de orientação, não em relação a este especificamente porque a gente tinha que pesquisar, mas eu acho que independente de ter tido ou não eu acho que é importante a gente sempre reformar essas orientações e este apoio técnico tem que acontecer mesmo. **Paulo:** Eu só fiquei pensando uma coisa você mencionou o exemplo seu lá de Pirapora que é um problema documental vamos dizer assim eu entendi isso não sei se entendi certo, havia certificação no corpo de bombeiros e que pra se chegar a funcionar eu penso assim tem 2 maneiras para o recurso poder ser validado e para ser usado ou se cumpre o que exige lá ou talvez a exigência está muito grande ou então tem que se alterar ver com o próprio corpo de bombeiro que seja, porque eu não conheço essa área e estou vendo aqui estar dizendo que numa unidade a título de exemplo se estiver faltando uma documentação que seja como foi o caso citado o corpo de bombeiros o repasse não é feito por receio do gestor. **João:** Que o conselho também colocou como prerrogativa as vezes pra liberar o alvará de funcionamento da entidade ou o certificado de inscrição mas o que me assusta não é isso não, o valor que está lá no caixa fechou o ano com quase 1 milhão de reais e as entidades terceirizadas que executam serviços sem receber 1 centavo durante o ano todo. **Paulo:** Eu concordo com você, exatamente assusta, quando a gente fala que não tem dinheiro, que não tem recursos e está morrendo no caixa da prefeitura meio milhão parado, sem chegar onde tinha que chegar mas eu estou falando assim como que a gente pode de forma legalizada conseguir fazer chegar é isso que eu estou colocando porque o exemplo que eu pensei foi essa questão do alvará do bombeiro para funcionar se não tiver não vai receber e a gente também não pode autorizar que vá se tiver vedado, então é uma maneira de se pensar como resolver ou se corrige e ele recebe o alvará fazendo o que tiver que ser feito eu não sei ou se conversa com o órgão responsável para verificar qual o nível de exigência que está sendo cobrado para citar esse alvará, mais enquanto reza dessa maneira tem que ter alvará se não recebe a gente fica meio impedido de autorizar esse repasse. **Rodrigo:** A Consolação está me lembrando aqui que a Juanita está na comissão organizadora da conferência para registrar em ata. **Juanita-Federação das Apae's:** Eu não incomodo de participar não o problema é a agenda porque a gente viaja muito e aí assim talvez eu não possa participar de todas as reuniões porque as entidades que assessora outras entidades tem esse problema de agenda, mais fiquei ciente agora obrigada, eu queria fazer uma colocação aqui até contrapor o que o conselheiro Cristiano colocou porque na verdade é uma situação atípica no sentido que a gente ter tido um pleito de um colega nosso de uma situação que eles estão vivenciando lá, e a gente sabe também que essa questão das políticas principalmente nos municípios tem uma rotatividade de profissional, de conselheiros muito grande então mesmo se capacitou a 4 meses a 6 meses esse Ceas

tem essa função de capacitar conselhos municipais para o efetivo controle social então o encaminhamento que eu fiz aqui considerando a fala do João é para colocar ele na comissão de apoio como uma das prioridades de atendimento e este conselho solicite a Sedese que oriente o Gestor que são orientações distintas, orientação da Sedese vai ser em outro patamar, a questão de gastos de recursos, quais as dificuldades que ela está tendo em relação ao Mrosc, e aproveitando a oportunidade na fala do João que eu tinha esquecido, na verdade a Mrosc veio para tentar minimizar as dificuldades e impactos no estabelecimento dessas parcerias entre o público privado mas na verdade ela está sendo hoje um dificultador, os municípios estão tendo muita dificuldade, as procuradorias jurídicas de fazer a execução do termo de colaboração e de fomento considerando a Mrosc, colocando vários impeditivos, vários dificultadores para as entidades inclusive no âmbito da assistência não precisa ter chamamento público exceto de tiver e precisar de ampla concorrência e em município pequeno a gente sabe que não tem ampla concorrência, então eu falo isso por causa próprio porque a gente tem subsidiado as Apae's no interior de Minas com relação à inclusive improbidades administrativas com relação ao chamamento público está quase sendo uma licitação o chamamento público para passar recurso para entidade de parceria de assistência está sendo uma licitação então assim eu acho que a Sedese pode contribuir no caso desse município é essa orientação nesse sentido mas eu mantenho o meu encaminhamento.

Rodrigo: Nós temos então Patrícia e Cristiano encerrando em Cristiano. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu só queria chamar atenção pra sempre que a gente tratar de coisas de capacitação que a gente pense nas Urcmas que a gente não fazer capacitação só com os municípios, Pirapora pertence a Urcmas da região de Montes Claros eu estava perguntando pra Soyla e ela soprou pra mim que ela está instituída e esse tema da Mrosc ele continua sendo muito importante ser debatido eu acredito que seja possível chamar por exemplo o pessoal da diretoria regional de Montes Claros para participar desse momento pedindo uma pauta, o conselho já trata dessa temática de forma mais abrangente então mais ou menos nesse sentido. **Cristiano:** É só para deixar claro quanto a questão que a Juanita colocou de contraponto, em momento nenhum a ideia de fazer um levantamento sobre se houve algum tipo de apoio técnico ou capacitação envolvendo o município isso de maneira nenhuma é para impedir, ou dificultar, ou atrapalhar, ou inviabilizar ou que seja qualquer tipo de orientação que pode ser dada, porque esse é o papel da Sedese mesmo, a Juanita esteve lá e ela sabe como é que funciona, então assim, a ideia é realmente é contribuir eu me remeto a questão do dado porque ele ajuda a entender quais são as dificuldades que o município já teve mesmo sabendo que tem muita rotatividade então mas é mesmo para contribuir, de maneira nenhuma é para impedir qualquer tipo de ação, acho que esse é o papel e a gente tem que fazer realmente e sempre faz. **Joana-Sedese:** E também acerca da Mrosc por exemplo a muito tempo a gente vem recebendo ligações dos municípios eu inclusive atendo ligações de vários municípios com dúvida a cerca da Mrosc de quando utilizar a dispensa do chamamento público, quando utilizar a inexigibilidade do chamamento público, de quando fazer o chamamento público, qual a resolução porque existe a resolução nº 21 do CNAS que fala sobre requisitos para a dispensa do chamamento público no caso da assistência social ele regulamenta o artigo 30 do inciso 6º da lei 13.019 a gente está sempre à disposição, os municípios ligam pra gente, perguntam e a gente fala que a gente não pode amenizar o caso concreto em si porque a gente não tem em mãos o processo mas a gente dá todas as instruções, ver se o município tem decreto específico ou não, e recomenda-se que seja feita o decreto, a questão da Mrosc, a utilização do recurso, parceria público privado a gente tem vídeos na assembleia legislativa na gestão passada foram feitos vários vídeos inclusive

diretamente no Suas, como utilizar a Mrosc no Suas, tem disponível no you tube, tem disponível no google, e se tiver também dúvidas a Segov dava orientações e se precisar a gente dar essas orientações. Rodrigo: Então ótimo, encaminhamento da Juanita da gente incluir o CMAS no rol de capacitação por meio das Urcmas, aí agregou a proposta e também tem a questão de orientar os 853 municípios, não é isso João? Podemos repassar os vídeos que a Joana falou e também pensar numa força tarefa, a gente ver como se pode ser feito enquanto Ceas para além disso a gente vai pensando daí pra frente porque realmente essa questão do marco regulatório que veio pra dar transparências as parcerias público privada com as entidades para poder facilitar o processo de parcerias com as entidades virou algoz das entidades, virou contra as entidades, então conselheiros que aprovam os encaminhamentos, contrários, abstenções. A comissão concluiu né Isac? Obrigado, então concluímos as comissões, apresentação sobre o fluxo de análise de barragens, eu queria que Rosa se recuperasse um pouquinho e rapidamente em Minas Gerais o porquê do fluxo, como surgiu essa questão. **Rosa**-Técnica da secretaria executiva do Ceas: Esse assunto que eu trago aqui para vocês muitos de vocês antigos já conhecem, toda vez que assume novos conselheiros a gente trás esse assunto pra que vocês tenham conhecimento como que funcionam as questões de barragens dentro do Ceas, inicialmente nós temos uma lei de nº12.812 que determina que o conselho estadual de assistência ele avalie os planos de assistência social para população atingidas por construções de barragens de recursos hídricos com fins econômicos ou seja, geração de energia, irrigação, abastecimento de água, não aquela de mineradoras só esse tipo de barragens, então a lei nº 12.812 ela coloca que o Ceas ele aprova o plano com uma condição para que o empreendedor receba a licença de instalação, então para que o empreendedor instale o empreendimento num determinado município ele tem que ter entre os seus requisitos a aprovação do conselho estadual em que o plano de assistência social está de acordo com a legislação e durante esse período de instalação a gente vai monitorando por meio de relatórios ou visitas e a outra condição é que pra ele receber a licença de operação ou seja começar a gerar energia um dos documentos que eles tem que apresentar na área ambiental é o Copam que libera essa licença de operação e que o plano de assistência social aprovado no Ceas foi implementado e o Ceas que avalia isso, e porque eu estou trazendo isso, porque vocês conselheiros são relatores desse processo, nós temos o plano que é determinado por lei, o conselho estadual ele tem uma resolução que é a 498 que determina o que tem que ter e quais são os direitos que são garantidos nesse plano, e nós temos uma resolução que é a 318 que determina qual é o fluxo, qual é o procedimento para análise desse plano, e um desse procedimento é a relatoria por um conselheiro estadual, ele começa da seguinte forma, ele protocola o plano de assistência social aqui no Ceas, há uma análise técnica desse plano essa análise técnica inclui visita técnica in loco aos futuros atingidos, faz uma análise documento, entrevista com os atingidos, reunião com o conselho municipal de assistência social para que ele tome conhecimento daquele plano, o Ceas ele coloca também que o conselho municipal receba cópia desse plano estadual que vai ser avaliado e monitorado pelos 2, após isso eu emito um parecer e por meio de um sorteio que foi realizado aqui no início do ano passado, uma relação sequencial, gente, o parecer de vocês que é são votados aqui, só lembrando para vocês prestarem um pouquinho mais de atenção porque não é o parecer técnico que é votado em questões de barragem e sim o parecer do relator, voltando o relator ele vai receber esse processo já existe uma relação sequencial, ele foi feito em fevereiro do ano passado, eu agora esse mês com a chegada dos novos conselheiros governamentais e da sociedade civil que foram alterados eu alterei essa listagem sequencial que foi feita por sorteio por

nome de entidade e de secretaria eu já alterei essa relação, vocês tem 30 dias do recebimento de uma plenária até a outra plenária para emitir o seu parecer, esse parecer é por meio da análise documental, vocês podem pedir diligências ao processo ou seja ou documentos a mais por meio de ofícios ou por meio de visitas os conselheiros tem o direito de fazer as visitas com técnico ou sem técnico, geralmente os conselheiros pedem que eu acompanhe nessa visita, vocês emitem um novo parecer e no processo é incluído o meu parecer e o parecer do conselheiro mas a votação é a do conselheiro que é pautada no meu parecer também, esse processo ele pode ser pedido de vistas, ou seja, suponhamos a Sandra está apresentando um processo aqui, o Isac pede vistas mais de um conselheiro pode pedir vistas no mesmo processo e esse pedido de vistas passa o processo para o outro mês que esse processo pode ser apresentado um processo único ou individual, esse processo é avaliado pela plenária que se caso a plenária votar a favor é emitido uma resolução do Ceas que essa resolução é que vai compor o processo do Copam que é aí que ele vai receber a licença de instalação, a licença de operação depois que o Ceas aprova o plano de assistência social que pode alterado durante o período e esse plano só pode ser alterado a partir da aprovação do conselho o empreendedor ele tem que vir aqui no Ceas. **Elerson-Cáritas:** É só em relação à essa lista de conselheiros, das datas, eu lembro que no ano passado de fato foi falado sobre isso mas depois a gente acabou se perdendo, eu não sei se você tem se você pode lembrar. **Rosa:** E tem uma coisa, quem é sorteado é o conselheiro titular, se o titular naquele momento da apresentação da plenária ele estiver ausente o conselheiro suplente tem que ser munido das informações pelo conselheiro titular, ele passa assumir a relatoria mas o conselheiro titular ele tem a atribuição de passar para o suplente, o próximo da lista é a Fabrícia da Seapa, o quinto é o Elerson, o sexto é a Janaína, o próximo é a Arlete, próximo é Ivone, 9º é a Soyla, 10ª Luanda, 11ª é a Sara da secretaria de saúde, o próximo é o Cristiano, o 13º é João Víctor da secretaria de planejamento, 14º Isac, 15º Maria do Carmo, 16º Wilson, 17º João Crisóstomo, 18º Rodrigo, 19º Damião e por último a Juanita. **Elerson:** O seu parecer em relação à esses processos, eu sei que não está pronto de todos mas alguns já estão prontos? Eu entendi o fluxo, estou só pensando em agilidade de encaminhamento. **Rosa:** É porque a medida que chega o plano de assistência social é que ele entra na lista então ontem eu recebi 1 plano de assistência social, ultimamente a gente está recebendo mais relatório final de empreendimentos que nós já aprovamos anteriormente, e como muitas vezes o conselheiro relator ele já não está mais no conselho por causa do fluxo de conselho que suponhamos que o Márcio Caldeira mas ele já saiu da titularidade deixa eu ver um titular, um conselheiro que pegou um plano de assistência social e que está aqui ainda, mas vamos dar exemplo do Márcio Caldeira, ele pegou um plano de assistência social e ele continua aqui e se chegar o relatório final desse plano e ele continuar aqui no Ceas é encaminhado para ele porque ele já conhece todo fluxo daquele empreendimento, agora nesse caso não, todos os relatórios finais ou plano de assistência social que chega ele entra nessa lista, a Fabrícia, eu recebi um plano de assistência social que é novo, é um empreendimento que eu dei uma folheada nele, ele é na divisa do Rio com Minas Gerais, eu vou fazer todos esse processo, o técnico tem 60 dias para fazer essa análise, a visita à campo, as solicitações de autorizações e depois a gente trás para a plenária para ser encaminhada ao conselheiro, aí sim você vai ter acesso a todos os formulários que eu preenchi de entrevista, todo processo, aqui dentro do Ceas você só podem estar recebendo por email o meu parecer, o processo, o plano, as documentações referente ao plano vocês só vão ter acesso aqui dentro do conselho, a gente agenda um dia para você vir e conhecer todo o processo, isso está na resolução 318 tudo que eu fui falando

aqui ele está regulamentado da resolução 318 do Ceas. **Rodrigo:** Mais alguma questão Rosa, mais alguma questão conselheiros, não? **Rosa:** Eu posso amanhã mandar esse resumo que eu fiz pra todos e a lista sequencial de novo então amanhã eu mando e hoje eu vou entregar físico para os novos conselheiros porque a gente fez isso quando os outros tomaram posse. **Rodrigo:** Rosa muito obrigado pelo seu brilhante trabalho, eu acompanho de perto, é muito bacana mesmo e não é fácil viu gente, esse negócio de barragem como isso dá problema como o conselheiro que a empresa vem e vocês já viram algumas empresas pequenas aqui, vindo, olhando, acompanhando, querendo pegar uma falha nossa, não é fácil não, e esse processo que a Rosa está falando, ele é bem complicado porque ele tem 2 legislações, Minas que tem legislação específica que tem o PAS, mas o Rio não tem, então vai exigir muita calma, muita negociação para convencer para fazer com que a população atingida no Rio de Janeiro tenha a mesma nível de proteção de minas, então isso é importante. **Rosa:** Só informando que já tinha chegado uma versão desse plano pra nós, nós devolvemos porque ele não está de acordo com a legislação e o Rodrigo ele antecipou e pediu que encaminhasse ofícios para o conselho estadual do Rio de Janeiro e do município do Rio que vai ser atingido também, e quando for no município, fazer reunião com o conselho municipal eu vou estar convidando o conselho municipal do Rio de Janeiro pra participar com a gente também desse empreendimento, e nós acordamos também com o empreendedor porque tem uma audiência pública que a nossa legislação determina que é específico sobre o plano de assistência social que ele não é feito pelo pessoal da área ambiental é por técnicos da área social e nós acordamos quando fomos pedir a alteração do plano que nessa audiência pública que fosse convidado também o conselho municipal do estado do Rio de Janeiro para eles entenderem como que é esse fluxo, como que é esse procedimento aqui em Minas, a gente adiantou isso gente só por causa da audiência pública que foi no mês passado, então pra gente não perder a oportunidade de inserir a população atingida do estado do Rio de Janeiro nós antecipamos isso só para uma garantia de direito mesmo. **Rodrigo:** Obrigado mais uma vez Rosa, então esse processo vai exigir bastante estudo, bastante paciência e dedicação dos conselhos e está muito sincronizado com a população, com muita calma. Constituição do grupo de trabalho para tratar sobre as denúncias que chegaram ao Ceas e aí eu vou colocar junto do que eu estava pensando do grupo de trabalho para o setor de identificação, setor de identificação, qual que é o grande problema, porque eu pensei num grupo de trabalho e não na própria comissão de normas, porque denúncia, todas as comissões recebem e a gente sabe que o Ceas principalmente por esses tardar do início também, tem muita matéria, tem muita coisa, então o grupo de trabalho ele se reuniria, ele faria algumas tratativas que não engessaria a comissão, então eu já queria frisar isso pra não achar que eu desenhei eu menosprezei o saber da comissão de normas ou passei por cima das comissões, esse é o primeiro ponto, não é isso, a intenção não é essa, a intenção é fazer com que a comissão continue com o seu trabalho fluindo e a gente paralelamente execute uma ação que eu acho que a gente tem essa necessidade, primeiro na questão das denúncias que a gente precisa estabelecer esse fluxo como eu falei na parte da manhã, ver o que a resolução nos garante, o que ela não nos garante, clarificar, falar qual que é o procedimento, igual a Rosa trouxe o fluxo da barragem a gente ter esse protocolo, ter esse fluxo estabelecido, nós vamos receber, nós vamos acionar quem, quando, porque, então desenhar isso de forma mais clara, a outra questão é com relação ao setor de identificação que também é um grupo de trabalho, pode ser a própria comissão de normas? Pode, não vejo problema algum nessa questão, o que eu peço que essa questão seja feito muito rápido, a questão do grupo de trabalho é porque envolveria também a Sedese, qual que

é a proposta? Na gestão passada a gente recebeu denúncias e isso não é pra gente que é trabalhador de ponta, técnico de município não é estranho usuários sendo humilhados ou tendo seu direito cerceado pelo setor de identificação da polícia civil ao serem encaminhado para requerer de identidade, segunda vida de identificação gratuita e aí essa tratativa iniciou na gestão passada, porque nós não tocamos isso, houve o resultado da eleição e a gente resolveu aguardar essa nova gestão chegar porque a ideia é a gente iniciar uma conversa com os órgãos estaduais, segurança pública, o setor responsável pela questão de identificação do estado, um formulário, um fluxo, e formulário específico vindo de cima para baixo e a polícia civil, a polícia militar, a gente sabe que o setor de segurança pública trata isso de uma forma muito hierarquizada e a gente aproveitando disso a gente então propõe que essa crise de protocolo e o modelo de formulário porque existem municípios que condicionam a inserção no CadÚnico, tem municípios em que a polícia civil atribui cota, tem municípios que atribui horário, tem municípios que simplesmente não atribui nada e não dá o direito da conta porque fala quem manda e a polícia civil que a assistência social não tem que pautar nada como já aconteceu, e foi feito uma discussão, esse relato também eu já tinha trazido na Cib e estou trazendo para que a gente **istarte** isso no conselho, para que se inicia esse protocolo no intuito da gente proteger essas famílias, esses usuários, houve uma fala na Cib que me preocupou muito, da tentativa, da possibilidade, apenas especularam a questão de liberar senha do CadÚnico para a polícia civil para que os municípios fizesse isso e aí é lógico que eu enquanto presidente do Ceas e uma secretária na ocasião Andrea Brás de Matozinhos, nós já saímos com o fogo nas ventas lá, e o negócio então caiu por terra à princípio não foi proposta da Cib não, alguém que ventilou, não me recordo não é fofoca não me recordo qual a agente que falou isso mas é melhor nem saber e aí o fato é, nós assistentes sociais nós temos um trabalho muito específico, muito caro à nós e o trabalho social que é feito com a família o acompanhamento que a gente faz é que vai determinar se eu vou ou não liberar pra eles uma segunda vida de identidade ou um outro benefício eventual seja ele que for, pobreza nem sempre vai ser a condicionante, muitas vezes eu preciso exonerar aquela família para que ela consiga pactuar outras questões comigo num acompanhamento familiar e as vezes ela tem até condições de pagar mas não é o caso, quem vai dizer é o meu olhar, a minha **espertice** técnica e o meu acompanhamento técnico, não vai ser a polícia civil que vai determinar isso, condicionar a inscrição ao CadÚnico pior ainda, a nossa resolução inclusive coloca que deve ser viabilizado não coloca como condição, inclusive coloca que não pode ter condicionantes, vechatórias, não que o CadÚnico seja fechatório eu estou colocando condições fechatórias, CadÚnico, porque o CadÚnico quando a gente coloca ele como possibilidade de encaminhamento ele abre outras possibilidades, mas eu também vou acordar com a família de repente aquela família não é perfil, não é público naquele momento, não é a hora de fazer, a família não quer fazer nem por isso ela vai ter o direito negligenciado ou direito negado à acessar outro benefício porque a polícia civil assim o quer, então por isso que eu estou pedindo a criação desse grupo de trabalho específico para essa questão da identificação e bem rápido porque as coisas estão bem difíceis nos municípios, e a outra questão é essa da denúncias para não sobrecarregar a comissão de normas a gente precisa fazer esse trabalho com as outras comissões porque todas elas recebem e aí eu coloco as 2 matérias em discussão. **Helder**-Cmas Pedro Leopoldo: A nossa preocupação Rodrigo quando esse tema chegou na comissão de normas à questão do fluxo de procedimentos de denúncias, pelo menos a comissão questionou porque foi uma matéria bastante discutida nós trouxemos ouvidor do estado, nós discutimos toda forma e procedimentos para ter essa celeridade que o conselho está requerendo no momento,

a minha dúvida Rodrigo é exatamente se vai haver sobreposição qual que é o trabalho das comissões porque a resolução que versa sobre as ela já foi matéria aqui desse conselho e aí quando eu questionei isso aqui na secretaria executiva o que me foi colocado foi a seguinte, muitas vezes a questão da denúncia são tratadas de forma cartorial e por ofício e o que a gente gostaria de verificar é a questão de resolutividade e a forma como que a gente estava tratando as denúncias, não seria isso não, seria exatamente a celeridade porque essa matéria a gente já discutiu, porque quando você fala sobre a questão assim: precisamos de que seja mais céleres ou precisamos de maior celeridade porque as denúncias elas tem alguns encaminhamentos ou é a questão da resolutividade é só para deixar claro essa questão. **Rodrigo:** São as 2 coisas, eu sei que você está reportando o que foi falado na comissão, talvez eu vou repetir então pra te responder que eu acho que tentei ser claro porque não foi na comissão e eu sei que existe essa resolução, o que eu estou falando é a criação de um fluxo que possibilite interpretação e que seja mais claro e mais fácil para os conselheiros que dê celeridade nas respostas, que permita os conselheiros a ser mais propositivo para com o município, ser mais eficiente para com o município inclusive avaliando essa resolução se tiver alteração, a proposta do grupo de trabalho porque todas as comissões recebem denúncia então foi contornar isso tipo procedimento padrão, pop, fluxo, dê o nome que quiser não me importo com isso, mas que extrapolem o Ceas cartorial, porque o que eu vi me incomodou de alguma forma não estou culpando ninguém não é isso eu estou dizendo que a gente está nos permitindo nos criticar mesmo, avançar, o que tem sido exigido desse conselho é um pouco mais, então que a gente estude nossas atribuições, estude qual que é o papel da Sedese frente a isso, qual é o papel das regionais da Sedese, qual é o papel do Conselho, do Creas, do CRP que traga isso pra discussão materialize isso dentro do fluxo porque houve um ofício encaminhado para o Cress em junho de uma denúncia que foi arquivada pelo conselho e o Cress não respondeu, e olha que eu estou aqui, o Cress simplesmente não respondeu, eu estou virado lá na diretoria, nós temos 2 diretores aqui envergonhados por isso ele pode ter feito mil ação para o técnico do trabalho mas tem que dizer para esse conselho, tem que respeitar esse conselho, tem que dar retorno para esse conselho senão nós não somos parceiros, e aí eu tenho que questionar inclusive minha representação aqui, e aí quando eu vi esse encaminhamento, vai arquivar sem resposta disso, sem aquilo e eu vi ali os documentos, eu estou pegando só uma para exemplo que foi o que me incomodou e eu tomei a decisão, eu vi documentos igual Patrícia relatou ofício para gestão e ofício para o conselho, similares se você pegar ofício do conselho, óbvio que eu acredito a capacidade técnica para qualquer pessoas, qualquer secretaria executivo, acredito na capacidade técnica de cada município, mas são muito parecidos, palavras muito igual, uma linha narrativa muito similar o que nos leva a entender que foi a mesma pessoa que fez e aí me preocupa que se foi a mesma pessoa que fez o conselho está atuando de fato ou está simplesmente respondendo e tentando cortinar uma questão para o Ceas, que tipo de controle que está sendo exercido no município e eu vejo trabalhar gritando no território por assédio, eu vejo trabalhadores gritando por desvio de conduta de gestores, eu vejo trabalhadores gritando por má versação de recurso público, enfadados, vamos usar equivocadamente mais a palavra que eu gosto de usar não é essa porque eu acho que é mais duro que isso, equivocadamente nos registros mensais de atendimento, no CadSuas, no Censo Suas, o que tende a facilitar a vida do município o cumprimento de metas junto a parte de aprimoramento e tantos outros, mas **sem cessar** o direito dos usuários que não está tendo um política efetiva lá, será que está tendo e aí vem parte desse incômodo que eu rodeio as comissões foi fazer com que a gente consiga

extrapolar esse cartorial e trazer respostas mais coerentes para os municípios nesse sentido de forma célere sim mas respeitando a burocracia que é típica ao estado mas mais do que isso efetiva de quem denunciou, mas efetiva para os municípios. **Helder:** Concordo, é bom esclarecer esses pontos porque esse pontos apareceu na comissão de normas, foi pra que nós não vemos nenhum impedimento sobre esse IGT que fosse criado mas é só Rodrigo lembrando a questão da competência para que a gente não infrinja a competência de outro órgão isso também foi colocado lá no grupo pra gente tomar muito cuidado por exemplo a gente tem sim que extrapolar essa questão cartorial, verificar a questão das resolutividades das denúncias mas sim com muito respeito ao órgão gestor, ao conselho local da mesma forma que a gente tratou a questão de Brumadinho e aí eu estou reportando o que os membros da comissão colocaram lá que é pra gente também ter esse cuidado, precisamos sim dessa resolutividade mas precisamos também ter esse respeito para quem está lá no território, foi o que os membros colocaram. **Rodrigo:** Helder é isso, é por isso que o IGT vai ser responsável para estudar isso, a competência se a gente vai fazer visita in loco e quando, com qual sentido que a gente vai fazer essa visita, a gente tem que entender também que nada adianta a gente sair do cartorial e ir para o punitivo, então não é esse sentido por isso que foi pensado no IGT e não só na comissão, primeiro que ela perpassa para todas as comissões então cada representante cada comissão reuniria para discutir isso, para pensar quais as nossas atribuições, qual a atribuição do Ministério Público, qual atribuição da Câmara Municipal, do executivo municipal, do Tribunal de Contas, e assim sucessivamente porque eu penso que na comissão sobrecarregaria e tomaria um tempo muito grande também talvez atravancando uma comissão tão importante como a comissão de normas. **Juanita-Federação das Apae's:** Presidente, eu pensando na discussão aqui, nas questões colocadas por você e por Helder eu fico refletindo que no ano passado as 2 comissões se eu não me recordo se eu não tiver enganada, de política e de normas trabalhou sobre o aprimoramento da resolução que esse Ceas já tinha muito antiga inclusive da minha época na gestão de denúncias chegadas aqui, acho que é isso mesmo o aprimoramento é constante e sempre que necessário, não seria essas 2 comissões sentar novamente, e ver se é necessário fazer nova revisão nessa resolução ou as mesmas considerando a resolução existente considerando o que a Nob Suas 2012 já trás sobre isso não seria essas 2 comissões em vez de construir um grupo de trabalho apresentar um fluxo considerando essas normativas já existentes ou precisa instituir um grupo de trabalho novamente porque isso vai o ano inteiro partindo do princípio do ano passado, considerando a agenda dessa colegiado, das questões que são trazidas mensalmente pra cá para deliberação, não seria esse porque eu fico pensando assim, essas 2 comissões sentar para extrair dessa resolução e da Nob Suas 2012 que fala sobre isso das questões da denúncias e colocar no fluxograma, e trazer pra gente já uma questão construída que eu acho que é mais rápido, você não pensa dessa forma não? **Rodrigo:** Juanita eu não pensei e eu vou explicar o porquê, não seria só as 2 também que teria orçamento que também pode receber denúncia, tem política, apoio, normas, orçamento. **Juanita:** Mas na verdade quando a denúncia chega para o Ceas é do Ceas e considerando a temática da denúncia, a mesa diretora é que vai encaminhar para a comissão específica considerando a temática porque o fluxo é o mesmo, então assim eu penso que a gente pode aprimorar seria esse fluxo mas se for uma denúncia com relação ganho de recurso ou não ganho de recurso outras questões orçamentária iria para comissão, porque a porta de entrada dessa denúncia é a mesa diretora que faz esse encaminhamento, que subsidia o pleno na tomada de decisão e a gente tem uma resolução que foi muito exaustiva refletida pelas 2 comissões e por esse pleno eu não

sei se seria novamente um grupo de trabalho ou se seria essas 2 comissões até pelo árduo trabalho que elas fizeram de muito tempo apresentar uma proposta de um fluxo assim eu fico imaginando. **Francielly-** FTBH: Eu sou da comissão de política e nós estamos com muita dificuldade em relação as denúncias e isso é uma grande demanda da comissão de política também que a gente estava conversando na nossa última reunião, Juanita quando você fala que as denúncias são do Ceas eu concordo plenamente com você, que precisa ter um fluxo e ser pensado como as denúncias são do conselho não é nem dessa comissão e nem daquela, por isso que eu acho que o grupo de trabalho ele vai ser mais ágil do que as comissões porque querendo ou não a comissão ela pensa ali enfim na sua especificidade esse grupo de trabalho eu entendo que seria vários componentes vai ter uma diversidade e ele vai ter um tempo para ele entregar esse produto e ele pensaria nesse fluxo dessas denúncias enquanto Ceas, e traria também orientações pra essas comissões que aí talvez esse grupo de trabalho sentir a necessidade que ele precisa sentar e conversar com a comissão de apoio, comissão de política eu não vejo problema nenhum também entrar nesse construção, fato é que eu penso nessa proposta do Rodrigo como se fosse a Loas, por exemplo a gente tem a Loas que vem dizer da assistência, da política mas depois a gente tem várias resoluções que vão vim destrinchando tudo aquilo que está dito na Loas, caderno de orientações e tudo, nós temos essa resolução que fala das denúncias mas talvez precisa destrinchar mais, colocar prazos, colocar outras coisas que estejam faltando, como o Rodrigo falou de manhã é com muito respeito em relação ao produto que já tem, é o trabalho que já tem é o trabalho que já foi realizado pelas comissões, não é preciso ser refeito, refazer, mas é o que você mesma disse de qualificar, a qualificação a gente tem que sempre estar buscando isso, eu penso que talvez esteja faltando alguns pontos de fluxograma mesmo operacional, operacionalidade, pra essas denúncias, em que momento de arquivar, quanto tempo de resposta, visita in loco, vai ter visita ou não vai, como que vai ser essa visita, vai ter um instrumental, que instrumental é esse, então eu acho que são coisas para complementar, a palavra certa é complementar a uma normativa que a gente já tem. **Rodrigo:** Só para esclarecer e pegando a outra questão que a Juanita tinha colocado também Juanita eu não penso em negócio exaustivo não eu penso em 1 membro de cada comissão e 3 meses de trabalho, é suficiente as coisas estão maduras a gente tem maturidade pra resolver e a gente tentar as coisas e até porque também vem daqui a pouco uma nova gestão que vai querer se apropriar também pode alterar alguma coisa é pra gente deixar uma coisa mais consolidado frente essa enorme renovação que o conselho vai ter. **Elerson-Cáritas:** Eu só queria reforçar essa sugestão do IGT eu ia até perguntar isso diante da fala da Juanita se tem alguma regra no sentido de dizer que o IGT tem que durar o ano inteiro, porque eu concordo com a urgência dela quando ela fala da brevidade do tempo eu acho que tem que ser curto mesmo mas eu acredito que o IGT vai ser melhor pra resolver essa demanda que é necessária, foi feito um trabalho grande ano passado e tal mas a gente tem tido esse problema, 14 pautas nós tivemos na comissão de políticas ontem, 12 eram denúncias, eu estou imaginando no mês que vem porque a gente não resolveu nenhuma, mês que vem vai ter mais pautas ainda então eu até sugeriria que para além de um representante dessas comissões tem o pessoal da Sedese que pode também participar, as pessoas pode vir como convidados como a Joana acho que podem participar também, o pessoal pode contribuir conosco. **Ivone-Cogemas:** Eu acho muito pertinente essa questão da resolutividade, porque se a gente colocar no lado de lá de quem está encaminhando as denúncias lógico que eles estão aguardando retorno e se o conselho não der essa resolutividade, não der esse feedback então a leitura do conselho para quem está de lá vai ser diminuída então eu acho que se as

denúncia se elas tem um grupo específico para fazer as análises, porque todas as análises ela vem pra plenária então assim, eu só queria perguntar o grupo vai ser constituído para 1 ano, para a gestão inteira, pra 3 meses, e até no ponto de dar condições de mais conselheiros estar acompanhando as denúncias não ficar só no título de conselheiros, acho interessante. **Cristiano-Sedese:** Eu concordo com a Juanita e com tudo que já foi falado aqui, eu acho que não dá para desconsiderar de tudo que já foi feito, já tem um histórico aí já longo de discussão à respeito disso e eu sugeriria aqui que invés de 3, 2 meses porque como já tem um histórico de discussão e já um acumulado de discussão eu acho que 2 meses daria pra fazer essa discussão. **Rodrigo:** Ótimo então vamos colocar na plenária de junho a proposta, 1 de cada comissão para a gente otimizar isso e não parar a comissão, porque se vai 2, 3 a comissão acaba parando, quem se habilitar, comissão de apoio, vamos por regra, primeiro eu tenho que deliberar a criação do grupo eu estava esquecendo, conselheiros que aprovam a criação do grupo de trabalho, contrários, abstenções então aprovado o grupo de trabalho para a questão das denúncias, então comissão de normas quem que vai? Normas, Consolidação está dando a sugestão que sejam os coordenadores das comissões. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Como vai ser durante o horário da reunião da comissão eu acho interessante que seja outro membro que não seja o coordenador porque se o coordenador se ausenta durante a reunião depois como vai trazer as propostas. **Rodrigo:** A gente vai pensar no horário porque por exemplo enquanto está tendo a comissão organizadora da conferência pode ter de manhã e se precisar pega a tarde também como o tempo está corrido a gente faz isso começa 8 horas da manhã junto com a mesa diretora. Comissão de Política, Francielly; comissão de apoio, Ariadna e Marleide; orçamento, então independente de comissão qual o outro conselheiro que quer contribuir? Márcio da Assprom e Irajá, fechou comissão, a outra questão é com a relação a identificação essa tem que ser grupo de trabalho porque vai envolver secretaria de estado, já conversei com a Janaína falei que a gente ia tocar isso aqui, porque vai envolver a subsecretaria, vai fazer com que a subsecretaria articule com outra secretaria estadual. **Patrícia-Cmas Nova Lima:** Eu não sou muito favorável à constituir um grupo de trabalho para tratar dessa temática talvez a própria mesa diretora, ou comissão da mesa diretora ampliada porque a própria subsecretária já está na mesa diretora enquanto vice presidente e essa é uma articulação. **Rodrigo:** Eu não acho que é função da mesa diretora não, articulação é uma parte do processo, nós temos que pensar que esse IGD ele seria responsável por estabelecer fluxo, participar em reuniões junto com a secretaria de estado, estabelecer fluxo, propor modelo formulário, então não dá pra ser na mesa diretora isso não, eu penso que não mas eu acato se for a decisão da plenária obviamente, alguém quer falar mais alguma coisa? Um foi deliberado outro não. Mantém a proposta Patrícia, então eu tenho que colocar em votação a criação do IGD e da mesa diretora, quem é a favor da criação do IGD, então eu vou voltar novamente, esse IGD ele é para padronizar processos junto a secretaria de segurança pública ou quem for responsável no estado para liberação de 2ª via de carteira de identidade via assistência social, via gratuidade, hoje o Cras, Creas, os trabalhadores do suas liberam documento mas nem todo setor de identificação tem aceitado, pra mim não pode ser a mesa diretora em função da especificidade que vai ter que ser trabalhada, alguma pergunta, não, então conselheiros que são a favor da criação do IGD pra resolver a problema da identificação no estado, contrários Patrícia, abstenção Juanita, então IGD criado, quem se disponibiliza a participar desse IGD para discussão inicial vai chegar o momento que vai ter articulação entre secretaria de estado aí a mesa diretoria vai participar sim obviamente, mas nesse

momento de construção quem se disponibiliza? Arlete, Helder, se tiver mais alguém a gente chama, então a Joana propõem convidar o Helder da proteção básica, tá a gente convida e óbvio que a gente vai acatar com sua ajuda nesse também, Ivone nessa, então nada a mais a tratar a gente encerra. Obrigado.

Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento GRAAL do Brasil	
Camila Rita da Silva	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	
Cecília de Araujo Carvalho	Associação Quilombola Porto Pontal	
César Augusto Calinçani Pereira	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Cristiano de Andrade	SEDESE	
Damião Braz (Nome Social – Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Eleniudes Santos Silva	Feneis	
Elerson da Silva	Cáritas	
Fabricia Ferraz Mateus Lopes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	
Francielly Ferreira Caetano	FMTSUAS BH	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS de Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
Janaína dos Reis Nascimento	SEDESE	
João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	

Luciana Alves de Melo	SEE	
Márcio Caldeira	Assprom	
Márcio José Ferreira	Associação dos Deficientes Físicos de Betim – ADEFIB	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS Leopoldina	
Marleide Marques Castro	Conselho Regional de Psicologia – CRP – 4ª Região	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Noelle Lana da Silva Prata	Seapa/Seda	
Paulo Antônio Peixoto de Brito Jamim	Seplag	
Patrícia Carvalho Gomes	CMAS Nova Lima	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Sara de Souza Campos	SES	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS de Paracatu	